



UNIFACS
UNIVERSIDADE SALVADOR
LAUREATE INTERNATIONAL UNIVERSITIES*

**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO
REGIONAL E URBANO - PPDRU
MESTRADO EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL E URBANO**

ROBERTO MESQUITA SANTOS

**DO GLOBAL AO LOCAL: AS METAMORFOSES DO
TRABALHO NO PERÍODO DE 1980 A 2010**

Salvador
2011

ROBERTO MESQUITA SANTOS

**DO GLOBAL AO LOCAL: AS METAMORFOSES DO
TRABALHO NO PERÍODO DE 1980 A 2010**

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado em Análise Regional e Urbano, Universidade Salvador – Unifacs - Laureate International Universities, como requisito parcial para a obtenção do título de mestre.

Orientador: Prof. Dr. Carlos Costa Gomes.

Salvador
2011

FICHA CATALOGRÁFICA

Elaborada pelo Sistema de Bibliotecas da Universidade Salvador – UNIFACS

Santos, Mesquita, Roberto

Do global ao local: as metamorfoses do trabalho no período de 1980 a 2010. Salvador, 2011.

111 p. : il.

Dissertação (Mestrado) – UNIFACS Universidade Salvador. Laureate Internacional Universities. Mestrado em Desenvolvimento Regional e Urbano.

Orientador: Prof. Dr. Carlos Costa Gomes.

1. Trabalho e trabalhadores 2. Globalização - Aspectos econômicos. I. Costa Gomes, Carlos, orient. II. Universidade Salvador – UNIFACS. III. Título.

CDD: 331.12042

ROBERTO MESQUITA SANTOS

DO GLOBAL AO LOCAL: AS METAMORFOSES DO TRABALHO NO
PERÍODO DE 1980 A 2010

Dissertação aprovada como requisito parcial para a obtenção do grau de mestre em Análise regional, Universidade Salvador - Unifacs, Laureate Internacional Universities, pela seguinte banca examinadora:

Prof. Doutor Carlos Alberto da Costa Gomes – Orientador _____
Doutor em Ciências Militares pela Escola de Comando e Estado Maior do Exército Brasileiro
Universidade Salvador – Unifacs - Laureate Internacional Universities

Prof. Doutor Fernando Cardoso Pedrão _____
Livre Docência em Ciências Econômicas pela Universidade Federal da Bahia - UFBA
Universidade Salvador – Unifacs - Laureate Internacional Universities

Prof. Doutor João Apolinário da Silva _____
Doutor em Desenvolvimento Regional e Urbano pela Universidade Salvador – Unifacs - Laureate Internacional Universities
Universidade de Uberaba - EAD

Salvador, de de 2011.

Às pessoas especiais que fazem parte de
minha história de vida.

AGRADECIMENTOS

Formalizo aqui meus agradecimentos às pessoas que direta ou indiretamente contribuíram na construção deste estudo.

Inicialmente, agradeço à minha família, pela compreensão dos momentos ausentes e pelo apoio incondicional durante o tempo dedicado a esta pesquisa.

Ao Prof. Dr. Carlos Alberto da Costa Gomes, orientador, pela presteza, atenção, e dedicação.

A todos os professores que sempre se prontificaram em colaborar quando solicitados.

Aos colegas do curso, importantíssimos para o aprendizado e meu crescimento acadêmico.

Por fim, agradeço a todas as pessoas que contribuíram durante essa caminhada em busca do conhecimento.

“O espaço se globaliza, mas não é mundial como um todo senão como metáfora. Todos os lugares são mundiais, mas não há um espaço mundial. Quem se globaliza mesmo são as pessoas.” Milton Santos (1993).

RESUMO

As transformações ocorridas no trabalho estão associadas à hegemonia das principais potências econômicas do globo. Funda-se, a partir do período entre 1980 e 2010, uma lógica de acumulação com base na globalização, reestruturação produtiva e neoliberalismo, a qual captura os eixos periféricos, produzindo desemprego e precarização do trabalho, a exemplo da Bahia. A presente pesquisa possui por finalidade apresentar as consequências das mutações do trabalho na Bahia no período de intensificação da globalização. Para tanto, promoveu-se estudos e correlações de dados obtidos juntos à Organização Internacional do trabalho (OIT), Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged), Relação Anual de Informação Social (RAIS), Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE) e Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (Sei). Os estudos realizados proporcionaram um entendimento das razões estruturais da precarização do trabalho e desemprego, que incidiram sobre a Bahia nos últimos 40 anos.

Palavras chave: Precarização. Desemprego. Trabalho. Globalização.

ABSTRACT

The changes which have occurred at work have been linked to hegemony of principal economical powers of the world which have originated from 1980 to 2010, accumulation logical, based upon the globalization and Neoliberalism which have reached all over the world by provoking unemployment as well as lack of work, as an example in Bahia. Such a research has as aim to show the consequences of work changes in Bahia in period of globalization intensification. Therefore, it has been developed studies and caught data from Work International Organization (OIT) Unemployment and Employment General Register (CAGED), Social Information Annual Relation (RAIS), Statistics Geography Brazilian Institute (IBGE) and Social Economical Studies Bureau of Bahia (SEI). Such studies have lead to a comprehension of structural reasons of lack of work and unemployment which have appeared in Bahia for 40 years.

Keywords: Lack of work. Unemployment. Work. Globalization.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Empregos em recortes de tempos - Brasil.....	35
Gráfico 2 - Emprego na indústria - 1980 a 2010 – Bahia.....	60
Gráfico 3 - Emprego na indústria - 1980 a 1983 – Bahia.....	61
Gráfico 4 - Emprego na indústria - 1984 a 1987 – Bahia.....	61
Gráfico 5 - Emprego na indústria - 1988 a 1991 – Bahia.....	62
Gráfico 6 - Emprego na indústria - 1992 a 1995 – Bahia.....	62
Gráfico 7 - Emprego na indústria - 1996 a 1999 – Bahia.....	63
Gráfico 8 - Emprego na indústria - 2000 a 2003 – Bahia.....	64
Gráfico 9 - Emprego na indústria - 2004 a 2008 – Bahia.....	64
Gráfico 10 – População por faixa etária na década de 1980 – Bahia.....	69
Gráfico 11 – População por faixa etária na década de 1990 – Bahia.....	69
Gráfico 12 – População por faixa etária na década de 2000 – Bahia.....	70
Gráfico 13 – População ativa e número de empregados – década de 1980 à década de 2000 – Bahia.....	72
Gráfico 14 – Emprego por atividade econômica – 1980 a 1985 – Bahia.....	73
Gráfico 15 – Emprego por atividade econômica – 1985 a 2008 – Bahia.....	74
Gráfico 16 – Emprego na construção civil – 1980 a 2010 – Bahia.....	75
Gráfico 17 – Emprego na construção civil – 1980 a 1983 – Bahia.....	76
Gráfico 18 – Emprego na construção civil – 1984 a 1987 – Bahia.....	76
Gráfico 19 – Emprego na construção civil – 1988 a 1991 – Bahia.....	77
Gráfico 20 – Emprego na construção civil – 1992 a 1995 – Bahia.....	77
Gráfico 21 – Emprego na construção civil – 1996 a 1999 – Bahia.....	78
Gráfico 22 – Emprego na construção civil – 2000 a 2003 – Bahia.....	78
Gráfico 23 – Emprego na construção civil – 2004 a 2008 – Bahia.....	79
Gráfico 26 – Ocupação no setor de serviços – 1988 a 1991 – Bahia.....	81
Gráfico 27 – Ocupação no setor de serviços – 1992 a 1995 – Bahia.....	81
Gráfico 28 – Ocupação no setor de serviços – 1996 a 1999 – Bahia.....	82
Gráfico 29 – Ocupação no setor de serviços – 2000 a 2003 – Bahia.....	83
Gráfico 30 – Ocupação no setor de serviços – 2004 a 2008 – Bahia.....	83
Gráfico 31 – Ocupação no setor de serviços – 1980 a 2010 – Bahia.....	84
Gráfico 32 – Ocupação no comércio– 1980 a 2010 – Bahia.....	85
Gráfico 33 – Ocupação no comércio – 1980 a 1983 – Bahia.....	86
Gráfico 34 – Ocupação no comércio – 1984 a 1987 – Bahia.....	86
Gráfico 35 – Ocupação no comércio – 1988 a 1991 – Bahia.....	87
Gráfico 36 – Ocupação no comércio – 1996 a 1999 – Bahia.....	87
Gráfico 37 – Ocupação no comércio – 1992 a 1995 – Bahia.....	88
Gráfico 38 – Ocupação no comércio – 2000 a 2003 – Bahia.....	88
Gráfico 39 – Ocupação no comércio – 2004 a 2008 – Bahia.....	89
Gráfico 40 – Ocupação nas áreas do comércio, construção civil, serviço e indústria – out. 2008 - Bahia.....	93
Gráfico 41 – Ocupação nas áreas do comércio, construção civil, serviço e indústria – nov. 2008 - Bahia.....	93
Gráfico 42 – Ocupação nas áreas do Comércio, construção civil, serviço e indústria – dez. 2008 - Bahia.....	94
Gráfico 43 – Ocupação nas áreas do comércio, construção civil, serviço e indústria – jan. 2009 - Bahia.....	94
Gráfico 44 – Ocupação nas áreas do comércio, construção civil, serviço e indústria – fev. 2009 - Bahia.....	95
Gráfico 45 – Ocupação nas áreas do comércio, construção civil, serviço e indústria – mar. 2009 - Bahia.....	95
Gráfico 46 – Ocupação nas áreas do comércio, construção civil, serviço e indústria – abr. 2009 - Bahia.....	96

Gráfico 47 – Ocupação nas áreas do comércio, construção civil, serviço e indústria – maio 2009 - Bahia	96
Gráfico 48 – Ocupação nas áreas do comércio, construção civil, serviço e indústria – jun. 2009 - Bahia	97
Gráfico 49 – Ocupação nas áreas do comércio, construção civil, serviço e indústria – jul. 2009 - Bahia	97
Gráfico 50 – Ocupação nas áreas do comércio, construção civil, serviço e indústria – ago. 2009 - Bahia	98
Gráfico 51 – Ocupação nas áreas do comércio, construção civil, serviço e indústria – set. 2009 - Bahia	98
Gráfico 52 – Ocupação nas áreas do comércio, construção civil, serviço e indústria – out. 2009 - Bahia	99
Gráfico 53 – Ocupação nas áreas do comércio, construção civil, serviço e indústria – nov. 2009 - Bahia	99
Gráfico 54 – Ocupação nas áreas do comércio, construção civil, serviço e indústria – dez. 2009 - Bahia	100
Gráfico 55 – Ocupação nas áreas do comércio, construção civil, serviço e indústria – jan. 2010 - Bahia	100
Gráfico 56 – Ocupação nas áreas do comércio, construção civil, serviço e indústria – fev. 2010 - Bahia	101
Gráfico 57 – Ocupação nas áreas do comércio, construção civil, serviço e indústria – mar. 2010 - Bahia	101
Gráfico 58 – Ocupação nas áreas do comércio, construção civil, serviço e indústria – abr. 2010 - Bahia	102
Gráfico 59 – Ocupação nas áreas do comércio, construção civil, serviço e indústria – maio 2010 - Bahia	103
Gráfico 60 – Ocupação nas áreas do comércio, construção civil, serviço e indústria – jun. 2010 - Bahia	103
Gráfico 61 – Ocupação nas áreas do comércio, construção civil, serviço e indústria – jul. 2010 - Bahia	104
Gráfico 62 – Ocupação nas áreas do comércio, construção civil, serviço e indústria – ago. 2010 - Bahia	104

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	14
CAPÍTULO I ASPECTOS ESTRUTURANTES DESESTRUTURANTES DO TRABALHO	18
1.1 APROFUNDAMENTO DAS MUTAÇÕES NO MUNDO DO TRABALHO CAPITALISTA	26
1.2 OS SEQUESTRADORES DA ECONOMIA BRASILEIRA: NEOLIBERALISMO, REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA E GLOBALIZAÇÃO FINANCEIRA	28
CAPÍTULO II QUESTÕES SOCIAIS DO TRABALHO	41
2.1 A ASCENSÃO FEMININA E O DECLÍNIO DA FORÇA JOVEM	44
2.2 MOTIVOS DE PROCUPAÇÕES PARA O TRABALHADOR.....	45
2.3 TRABALHO E CIDADANIA	50
2.4 INDÚSTRIA PETROQUÍMICA: A METAMORFOSE QUE DESCONTINUOU O CENÁRIO DO TRABALHO BRASILEIRO	53
2.5 EXEMPLO DA PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO NA BAHIA: O POLO PETROQUÍMICO DE CAMAÇARI	55
CAPÍTULO 3 A BAHIA NO CENÁRIO DO TRABALHO GLOBALIZADO	59
3.1 PRINCIPAIS ATIVIDADES ECONÔMICAS BAIANAS NA ERA DA GLOBALIZAÇÃO FINANCEIRA	74
CONCLUSÃO	106
REFERÊNCIAS	108

INTRODUÇÃO

As intensas transformações políticas, da produção, do comércio e do consumo ocorridas nos séculos XV, XVI e XVII levaram os filósofos e historiadores ao estudo do funcionamento da economia (formulação ou reformulação do pensamento econômico). Destacam-se na origem desta codificação do sistema político-econômico ocidental moderno autores como John Locke e Adam Smith.

Em oposição ao que posteriormente foi identificado como mercantilismo (forte regulação do Estado para acumulação de moeda com base em exportações e restrições das importações) formulou-se o ideário do liberalismo que enfatizava que a riqueza das nações encontrava-se na riqueza de seu povo, originada pelo trabalho e não na acumulação da moeda nos cofres dos governos, e que para isso o Estado não deveria interferir ou regular as atividades econômicas ou as relações de trabalho.

Esse ideário adotado pelas sociedades que se industrializavam propiciou a intensificação da histórica exploração do trabalhador, gerando as bases para um conjunto de reações e revoluções, que ao longo do tempo, culminaram na produção de um novo arcabouço teórico para o pensamento econômico nos séculos XVIII e XIX, que passou a definir o sistema – “capitalismo”.

O termo *capitalismo* foi criado e utilizado por socialistas e anarquistas (Karl Marx, Proudhon, Sombart no final do século XIX e no início do século XX) para identificar o sistema político-econômico existente na sociedade ocidental quando se referiam a ele em suas críticas. Esse sistema se compõe basicamente dos donos de produção, os capitalistas, e dos trabalhadores que vendem sua mão de obra, mediante pagamento de salários. Frequentemente a relação entre esses atores é marcada pela acumulação financeira dos capitalistas com base na exploração trabalhista.

Ao longo do século XIX até fins da década de 1980 o mundo viu-se dividido entre áreas de influência das doutrinas econômicas, de um lado o capitalismo (liberalismo), do outro o socialismo (comunismo), gerando uma intensa escalada armamentista e o perigo de uma guerra mundial em busca da hegemonia doutrinária de cada um dos sistemas – agora sob o manto da ideologia política.

Neste período se destaca a crise de 1929, que inaugura um período de crise liberal o qual leva economias mais pujantes do mundo a aperfeiçoarem a regulamentação de suas economias. Apartir desse cenário, emerge o que hoje se nomeia como neoliberalismo. Tal sistema torna-se ainda mais requintado ao regular as relações de trabalho no interior dos países mais industrializados, levando, de uma forma geral, grande parte do processo de acumulação para fora de suas fronteiras, permitindo a manutenção da promoção da acumulação de uns em prejuízo de outrem, agora de vastos territórios com base nas melhorias advindas do processo da revolução tecnológica característica dos século XX.

O neoliberalismo aperfeiçoa no seu bojo estratégias como a mais valia (identificada por Marx), que produzem distorções na esfera do trabalho. Dentre os atores dessa desorganização, evidencia-se: a reestruturação produtiva e seus desmembramentos com ênfase na terceirização; a globalização e suas nuances ao longo do tempo; bem como o neoliberalismo, que atuando isoladamente ou conjugados se rebatem sobre a formação do mercado de trabalho. Essa tríade intensifica seus efeitos na era da globalização, conduzindo à precarização do trabalho. O trabalhador circunscrito a essa dimensão das relações com o empregador passa a ter diversas razões para preocupação com o trabalho estável, desemprego, achatamento salarial e perdas de consagrados direitos trabalhistas. Essa problemática termina por se aprofundar na Bahia, onde outros fatores como o retrocesso da indústria petroquímica se aliam aos anteriores, determinando em diversos casos distorções no comportamento do trabalhador para garantir seu posto de trabalho.

Problema e hipótese.

Neste contexto, em função de sua inexperiência profissional, o jovem na faixa etária entre 15 e 24 anos é fortemente vitimizado com a precarização do trabalho na era da globalização, conquanto todas as demais faixas sejam impactadas. Esse período é inaugurado no Brasil em meados da década de 1980, intensifica-se na década de 1990 se estendendo até os dias atuais. Cada um desses recortes temporais apresenta características singulares e simultaneas de intensa imbricação entre os fenômenos compreendidos. De uma maneira ampla pode-se supor que existem indícios de mutação das relações de trabalho ao longo do período

considerado. Com base em dados preliminares verifica-se que inicia-se com o desemprego e trabalho precário (1980) e evolui para uma maior precarização do contrato de trabalho nos dias atuais. Assim emerge o problema, este fenômeno ao nível local está ligado ou é consequência de questões globais? Esta especulação permite estabelecer a pergunta que caracteriza e resume o verdadeiro problema que orienta este trabalho: quais os efeitos da globalização no mercado de trabalho baiano no período de 1980 a 2010? Tal questionamento naturalmente gera a construção de uma hipótese estruturada e referenciada que norteia o trabalho de pesquisa e que será testada (tentativa de falseamento) através de dados reais de diferentes fontes. A hipótese pode ser resumida de forma simplificada como: a globalização (compreendida aqui como o processo de acumulação do capital internacional) tem relação direta com a precarização do mercado de trabalho baiano no período estudado.

Objetivo geral e específicos

Este estudo se propõe a avaliar como se dão e de que forma foram introduzidas e estabelecidas as condicionantes do imperativo capitalista, baseadas na lógica do discurso que envolve as transformações ditas modernizadoras das relações trabalhistas no mercado local; o objetivo geral é apresentar as consequências das mutações do trabalho, decorrentes da globalização nas décadas de 1980, 1990 e 2000 para o trabalhador baiano. O estudo em questão se ramifica nos seguintes objetivos específicos:

- a) Identificar de que forma a precarização do emprego se reflete no mercado de trabalho regional (baiano);
- b) Compreender como o emprego de novas tecnologias condiciona o desemprego estrutural e a exclusão social;
- c) Verificar a evolução do desemprego na Bahia (desestabilização dos estáveis) nas décadas de 1980, 1990 e 2000;
- d) Analisar os efeitos da globalização financeira perante o mercado de trabalho na Bahia.

Metodologia e modelo de análise

A metodologia utilizada é o método hipotético dedutivo, associado ao exame e correlação de dados concernentes ao mercado de trabalho, obtidos junto à Organização Internacional do Trabalho (OIT), Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (Sei) e Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). O modelo de análise tem sua base no exame dos autores referenciais que permitem a construção do conjunto de conhecimento formador da hipótese e o teste deste conjunto através de sua aplicação sobre os bancos de dados do Cadastro geral de emprego e desemprego, organização internacional do trabalho, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística e Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia.

Com vistas a alcançar seus objetivos o trabalho está dividido em três capítulos, além da Conclusão, Introdução e Referências

A *Introdução* que apresenta a estrutura do trabalho. O primeiro: *Aspectos desestruturantes do trabalho*, aborda as estratégias de acumulação, que resultaram na desorganização das relações de trabalho. O segundo capítulo: *Questões sociais do trabalho*, discorre sobre diversas distorções acarretadas a distintos segmentos de trabalho. O capítulo três: *A Bahia no cenário do trabalho globalizado*, procura elucidar as transformações operadas na Bahia com o progresso da globalização (efeitos em seu território).

CAPÍTULO I ASPECTOS DESESTRUTURANTES DO TRABALHO

O sistema de metabolismo social nasceu da divisão social do trabalho, que o subordinou ao capital. Nesse bojo, os seres sociais tornam-se mediados entre si e combinados dentro de uma totalidade social estruturada, mediante um sistema de produção, estabelecendo o sistema de mediações de segunda ordem¹. Esse sistema de segunda ordem sobrepujou suas mediações (elementos fetichizadores e alienantes de controle social) às mediações de primeira ordem (sistema de ordem vital que mantém a espécie, efetivando trocas diretas para a sobrevivência). O sistema de mediações de segunda ordem passou a se sobrepor e a conduzir as mediações de primeira. Com efeito, a lógica societal se inverte e se transfigura, forjando um novo sistema de metabolismo societal estruturado pelo capital.

A prevalência das mediações de segunda ordem oblitera a própria consciência das relações mediadoras primárias e se apresenta em sua “eterna presencialidade” (HEGEL, 1979) como necessário ponto de partida, que é também simultaneamente um ponto final insuperável.

De fato, elas produzem uma completa inversão do atual relacionamento, que gera como resultado a degradação da ordem primária e a usurpação do seu lugar pelas mediações de segunda ordem, alienadas com consequências potencialmente as mais perigosas para a sobrevivência da humanidade. (MÉSZÁROS, 2002, p. 71).

A inversão da lógica societal, ao se efetivar, consolidou as mediações de segunda ordem, constituindo-se em elemento fundante do metabolismo social do capital, desprovido de um cunho socialmente significativo. Por conseguinte, há uma hipertrofia da ideologia de acumulação bem como dos seus instrumentos de produção de capital. Por outro lado, verifica-se uma tendência ao abandono de fundamentos de organicidade social presentes no sistema social de mediações de

¹ Para Antunes (2000), esse sistema se constitui nos meios de produção alienados e suas “personificações”: dinheiro; produção para troca; a diversidade de formação do Estado do capital em seu contexto global; o mercado mundial sobrepõem-se, na própria realidade, à atividade produtiva essencial dos indivíduos sociais e à mediação primária existente entre eles. Somente um exame crítico radical desse sistema historicamente específico de **mediações de segunda ordem** pode oferecer uma saída para esse labirinto conceitual feitichizado.

primeira ordem. A resultante disso é a precarização do trabalho e desemprego em todo mundo capitalista.

Por ser um sistema claramente identificável e totalitário, o capitalismo subordina estritamente todas as funções de reprodução social às relações de produção. O sistema capitalista trata-se, para Marx, de uma organização social baseada no sistema de troca, cujos capitalistas, donos dos meios de produção, compram a força de trabalho mediante pagamento de salário² e organizam e dirigem os processos de produção capitalistas.

Todo trabalho é, por um lado, dispêndio de força de trabalho do homem no sentido fisiológico, e nessa qualidade de trabalho humano igual ou trabalho humano abstrato gera o valor da mercadoria. “Todo trabalho é, por outro lado, dispêndio de força de trabalho do homem sob forma especificamente adequada a um fim, e nessa qualidade de trabalho humano concreto útil produz valores de uso.” (MARX, 1996, p. 53).

A lógica da acumulação se baseia na exploração dos trabalhadores, os quais usualmente são expropriados da posse dos meios de produção, com efeito, são obrigados a aceitar salários incompatíveis com sua produtividade, vendendo sua força de trabalho como mercadoria para garantir sua sobrevivência e de sua prole.

O trabalhador, identificado por Marx como proletário, é criador da riqueza e ao mesmo tempo relegado à miséria em detrimento dos capitalistas, burgueses, donos dos meios de produção. Esse autor acreditava que tal situação exploratória criava as condições necessárias à mobilização e organização para travar uma luta política a fim de inverter a lógica de poder, passando esse poder aos trabalhadores por meio do conflito de classes.

Marx desprezava qualquer grupo que considerasse a natureza do homem como sendo benevolente, pois se a classe é egoísta o indivíduo também o é. Todavia, muitos críticos acreditam que muitas pessoas não se interessam em classes, e nem sabem quais são os interesses de suas classes.

² O salário é o rendimento que os trabalhadores auferem em troca do trabalho que despendem no processo produtivo.

É pertinente o raciocínio de que o indivíduo imbuído das bases de acumulação capitalistas é capaz de adotar expedientes ilegais para lograr sucesso no âmbito profissional. Assim, observa-se a ampliação da convivência com recursos ilícitos a exemplo da corrupção, prevaricação e extorsão comumente difundidas em noticiários. Tal convívio pode se tornar uma temeridade na medida em que as transgressões se tornem prática comum, esvaziando significativamente o bem estar social em detrimento de uma sociedade individualista e atomizada.

O capitalismo se constituiu como um dos mais poderosos e abrangentes sistemas de metabolismo social, o seu sistema de segunda ordem tem um núcleo estritamente formado pelo tripé Capital, Estado e Trabalho, inseparáveis, sendo impossível a emancipação de um sem a devida emancipação do outro (ANTUNES, 2000, p. 49).

Ricardo Antunes (2000) compara e intensifica a noção do capitalismo como elemento mais estruturante das sociedades onde opera.

Diferentemente de outros modos de metabolismo societal, o capitalismo é totalizante, histórico e com uma estrutura de controle poderosa jamais vista antes e tornou-se ontologicamente incontrolável, com uma estrutura dentro da qual tudo, inclusive os seres humanos, deve se ajustar, sob a pena de perecerem (ANTUNES, 2000, p. 49).

A acumulação insaciável do capital suscita a engenharia de modelos destinados a intensificar o enriquecimento da matriz capitalista. Tais esquemas foram sofisticados ao longo do tempo, cada vez mais preservando e aprofundando a lógica do enriquecimento de uma elite, em detrimento do empobrecimento de muitos outros países.

No século XX, como uma nova fase do capitalismo, o desfecho da Segunda Guerra Mundial, com a consagração dos Estados Unidos como líder conspícuo, constituiu-se em terreno fértil para a expansão da força motriz de dinamização da economia americana, isto é, o capitalismo. Naquela ocasião, a expansão de tal sistema era uma suposta necessidade de busca da hegemonia do planeta, visto que o Socialismo, liderado pela União Soviética, ameaçava os planos de dominação norteamericana.

O desfecho da Segunda Guerra Mundial teve suas origens no século XIX, quando as principais nações capitalistas começavam a experimentar o fortalecimento de suas economias, tendo na comercialização e imposição de produtos, usualmente às suas colônias, os alicerces para tal crescimento. Um exemplo emblemático é a chamada Guerra do Ópio (1839/42), que a Inglaterra travou com a China, forçando este país a abrir seus portos ao comércio dessa droga e transformando Hong Kong em colônia inglesa desde 1842 até 1997.

Observa-se a justaposição de forças sendo, não raro, a submissão das economias mais frágeis aos interesses capitalistas orgânicos. Esta lógica é identificada por Bauman (1999, p.232) como a gênese da globalização.

As raízes da globalização encontradas desde o século passado entre essas destacam-se: a função legitimadora da doutrina do livre comércio; redução dos custos de produção e transporte derivado das inovações que se seguiram à revolução industrial, a consolidação de um sistema de estado nação ancorado nos marcos jurídicos compatíveis com os direitos de propriedade privada e arranjos institucionais e redutores dos custos de transação; firme determinação por parte das potências coloniais da época, de implantar o livre comércio e assegurar a abertura de mercados, se necessário pela força.

O termo globalização deve ser visto com reservas, tendo em vista que a ideia subjacente de abertura irrestrita de fronteiras sofre revezes em alguns países que se impõem e agem com protecionismo; criam impeditivos à imigração, bem como não se materializa a distribuição igualitária de recursos entre os países, havendo claro favorecimento do núcleo orgânico do capitalismo, em detrimento dos países de economias mais frágeis.

O vocábulo globalização, conquanto seja menos significativo no aspecto semântico, tornou-se o mais difundido. Certamente em função deste termo ser mais eficaz no aspecto do marketing, conquistando mais facilmente a aceitação das pessoas.

Esse processo, da forma como atualmente vem acontecendo, talvez não devesse ser chamado de globalização, já que atinge o globo de forma diferenciada e exclui a sua maior parte – se observamos a circulação mundial de capital, podemos

constatar que a maioria da população mundial (na Ásia, na África e na América Latina) permanece excluída.

[...] A palavra mundialização permitiria exprimir melhor a tendência contemporânea do capital, sem a busca de unificação política, mas sim, um jogo em que os países mais fortes com ênfase no G7, pois os mesmos acreditam se beneficiar das forças econômicas e financeiras que a globalização desencadeia, que criam e se aproveitam de uma liberdade econômica e financeira [...]. (ASSAF NETO, 2007, p. 232).

De acordo com Chesnay (1995), a globalização financeira aproxima a atividade reprodutora do capital como uma indústria igual a qualquer outra. Com dois resultados altamente nocivos para o sistema: desvio de parte da mais-valia para fora do ciclo produtivo, em condições impositivas, que quebram a hegemonia do capital produtivo, a qual faz parte dos fundamentos do sistema. Não obstante, disso resulta a aplicação do capital expropriado do trabalhador no sistema financeiro para atender aos anseios de lucro do empresariado.

Esta capacidade de acumulação de capital no setor financeiro não é nova, mas nunca foi tão grande como neste período de globalização financeira. Desta forma, a apropriação de massas crescentes da mais-valia “tem a forma imediata de uma punção sobre os lucros industriais. Mas as empresas, principalmente as grandes, têm meios de transferir o peso dessa punção sobre os assalariados” (CHESNAY, 1995, p. 247).

Por essa razão, mostra-se mais coerente pensar a globalização não como um processo, mas sim como uma nova etapa da “espacialidade capitalista”. Assim, a globalização pode ser concebida como um estágio de internacionalização do capital, o qual busca dinamizar trocas entre nações. Essa comercialização que, segundo diversos autores, busca favorecer um grupo minoritário, intensifica-se progressivamente com as revoluções tecnológicas no seio do capitalismo, bem como com a desregulamentação do Estado. Nesse sentido, pode-se identificar uma íntima relação entre globalização e o desejo de acumulação de um núcleo capitalista, considerando-se que foi difundida pela pressão de forças hegemônicas internacionais, as quais atuam de modo a reduzir a autonomia política dos Estados nacionais e requalificando a intervenção desses na apreciação dos fenômenos, que se manifestam em escala mundial, associado a um conjunto de processos, e não a um único grande processo.

A ideia de globalização já estava presente desde o século XIV, no período das grandes navegações, período caracterizado pelas trocas comerciais entre colônia e metrópole. As nações mais estruturadas estabeleciam comércio de modo a ofertar produtos mais sofisticados, portanto mais caros em contrapartida a mercadorias primárias ou de baixo custo.

A globalização torna-se mais complexa com o advento e fortalecimento das indústrias pertencentes à elite capitalista. Diante de tamanho empoderamento, as matrizes de produção passam a buscar outros mercados com dupla finalidade: a venda de seus produtos, mais imediata, bem como a implantação de unidades alhures, reduzindo os custos com a logística, embora essa instalação, para alguns consumidores, represente o acesso a produtos mais qualificados. De um modo mais amplo, foi percebida pelos demais quadrantes da nação como vetor de precarização do trabalho e desconfiguração dos territórios onde opera.

O traço que caracteriza o fenômeno da globalização à que estamos nos referindo é um progressivo debilitamento do grau de territorialidade das atividades econômicas, no sentido de que indústrias, setores ou cadeias produtivas inteiras - sejam elas pertencentes à esfera real ou financeira - passam a desenvolver suas atividades com crescente independência de recursos específicos de qualquer território nacional. Em tais circunstâncias, a localização das diversas operações de uma corporação transforma em uma variável de escolha para hierarquias corporativas transnacionais. (BAUMAN, 1999, p. 240).

A ação de empresas estrangeiras alterou profundamente a relação do indivíduo com o seu território, acarretando um estranhamento que pode levar ao abandono do último. Tal raciocínio se apóia na noção territorial mencionada por Milton Santos e Maria Laura Silveira (2001) na obra: *Brasil, Território e Sociedade no início do século XXI*. Nessa obra, os autores fazem menção a território como extensão apropriada e usada. Isto é, para alguém se apropriar de um objeto ou espaço, faz-se necessário a utilização e o reconhecimento como seu. Ainda é possível que duas ou mais pessoas se apropriem do mesmo objeto ou espaço com a mesma finalidade, por conseguinte o mesmo pode ter sentidos diferentes e contraditórios, a depender do seu uso. Exemplificando: uma sala pode ser para uma pessoa ambiente de trabalho, para outra, espaço para dança.

Sabe-se que comumente as empresas transnacionais alteram os espaços ao sabor das suas conveniências, e essas mudanças, em muitos casos, promovem uma ruptura nos padrões de convivência de pessoas, que estavam completamente adaptadas ao formato anterior e não mais se adaptam à nova forma. A resultante disso pode ser o estranhamento ou a rejeição do sujeito pelo objeto em prejuízo do primeiro. Na esfera do trabalho não é diferente, haja vista que alterações de diversas ordens são promovidas e em certos casos rompem com o vínculo entre empresa e trabalhador, na medida em que este passa a se sentir estranho àquela ou a seus métodos de trabalho. Isso pode resultar em desligamento, caso o funcionário não consiga se adaptar ao novo modelo. Assim, a direção das empresas transformadoras deveria estar atenta às transformações no cenário do trabalho das firmas locais.

O cenário do trabalho globalizado se sobrepõe à cultura trabalhista local, a qual é impactada em diversos níveis pela política de desregulamentação, inserindo o proletariado no universo da precarização.

O mundo do trabalho gestado pela mundialização é responsável por impactos sobre o emprego gerando principalmente desemprego e flexibilização desregulamentadoras dos mecanismos normativos de proteção social fortalecendo-se, assim, esses processos acentuadores de precarização do mundo do trabalho mundializado. (BAUMAN, 1999, p. 378).

Bordieu (1998) analisa a precarização, conferindo a ela centralidade no processo de deterioração das condições humanas, na medida em que desarticula os planos individuais concernentes ao futuro, tornando-o objeto de preocupações e incertezas. Na esteira dessa descrença no âmbito trabalhista, degrada-se a qualidade de vida e o relacionamento das pessoas com o mundo.

A precarização afeta profundamente qualquer homem ou mulher exposto a seus efeitos; tornando o futuro incerto, ela impede qualquer antecipação racional e, especialmente, esse mínimo de crença e de esperança no futuro que é preciso ter para se revoltar, sobretudo coletivamente, contra o presente, mesmo o mais tolerável. (BORDIEU, 1998, p.120).

Druck (2001) descortina os horizontes da precarização do trabalho, elucidando sob seu manto suas diversas formas de manifestações. Isso permite um entendimento mais nítido das feições assumidas pela mesma.

[...] sinteticamente podem ser nomeados cinco tipos de precarização do trabalho: 1) as formas de mercantilização da força de trabalho produzindo um mercado de trabalho heterogêneo, segmentado, marcado por uma vulnerabilidade estrutural e com formas de inserção (contratos) precários e de redução na proteção social, com destaque para a subcontratação/terceirização, recurso a cooperativas, 'pejotização', consultorias etc; 2) os padrões de gestão e organização do trabalho, que têm levado a condições extremamente precárias, em razão da intensificação do trabalho (imposição e metas inalcançáveis, extensão da jornada, polivalência, etc), sustentados na gestão pelo medo; 3) a perda das identidades individual e coletiva, fruto da desvalorização simbólica e real, à medida que há uma estratégia de gestão centrada na descartabilidade das pessoas, na insegurança e na responsabilização dos indivíduos por sua empregabilidade. A condição que mais evidencia essa fragilização é o desemprego, que se torna, cada vez mais, de longa duração, deixando de ser uma condição provisória, para se tornar uma situação de longo prazo ou mesmo permanente; 4) as condições de (in)segurança e saúde no trabalho, resultado dos padrões de gestão que desrespeitam o necessário treinamento, as informações sobre riscos medidas preventivas coletivas etc., na busca de maior produtividade a qualquer custo, inclusive de vidas humanas; 5) a organização sindical e a das formas de luta e representação dos trabalhadores, decorrentes da violenta concorrência, heterogeneização e divisão, implicando uma pulverização dos sindicatos criadas pela terceirização. (DRUCK, 2001, p.108).

O sistema capitalista fricciona a esfera do trabalho, na medida em que promove acumulação financeira. Para tal fim, recorre usualmente a uma ideologia fetichista cujo escopo se destina a desenvolver as condições para submissão e resignação da classe trabalhadora ao regime da mais valia. Por meio desta, o trabalhador é imerso e convive com um corolário de transgressões trabalhistas. Assim, a convivência com a exploração torna-se uma difícil realidade e lutar contra ela pode tornar a situação ainda mais crítica, tendo em vista que pode conduzir ao desemprego.

Na obra *O Capital*, Marx (1996) trata dos conceitos de “valor” e “mais valia”. Afirma que todos os “produtos” ou “mercadorias” têm, no capitalismo, um valor de mercado (ou preço). Esse valor, porém, não é o “verdadeiro valor” das coisas. O verdadeiro valor só pode ser o da quantidade de trabalho necessário para produzir

aquela mercadoria – e nenhuma mercadoria existe sem trabalho. É o chamado “valor trabalho”, muito diferente do preço de mercado. Em linhas gerais, o capitalismo pode existir exatamente porque não usa o valor trabalho, mas o preço. A diferença entre os dois é chamada de “mais valia” (ou “trabalho não pago”, como também gostava de denominar Marx). Quer dizer, os capitalistas só pagariam aos trabalhadores salários que representam uma parte do “valor trabalho” que eles embutiram nas mercadorias produzidas. A outra parte, “não paga” (a mais valia), vira investimento, lucro, gastos dos capitalistas ou mais capital acumulado. Assim, os capitalistas ficariam mais ricos e os trabalhadores, “roubados e explorados no seu trabalho”, sempre “pobres”.

Véras Neto (2007, p.236) em seu livro, *Análise Crítica da Globalização Neoliberal* aprofunda a noção sobre mais valia, sustentado pelas ideias de Marx referentes a esse tema.

Para Karl Marx, a ideologia econômica dominante dentro do capitalismo teria as funções nítidas de ocultar os mecanismos que impedem a contestação das premissas da valorização do capital como mercadoria amparada na fixação da retribuição salarial injusta e inferior à riqueza gerada pelo trabalho nos processos de produção, em uma dinâmica macro e micro econômica de trocas desiguais que persistem como tônica do processo de apropriação do trabalho excedente (sobretalho) pelas relações de apropriação capitalistas vigentes e hegemônicas, dentro dos processos de captação da mais valia ditando relações sociais fundamentais de trabalho excedente pelo processo de retenção concentrada de excedentes captados pelos detentores dos meios de produção através da posse direta do capital.

1.1 APROFUNDAMENTO DAS MUTAÇÕES NO MUNDO DO TRABALHO CAPITALISTA

As transgressões na esfera do emprego se acentuaram com a reestruturação do capitalismo mundial na medida em que este sistema de produção entrou em crise em 1929. Na esteira desse declínio, observou-se a decadência do fordismo. Esse modo de produção previa a produtividade em série, sustentada por um significativo efetivo de trabalhadores, os quais desenvolviam suas atividades laborais nas fábricas em longas jornadas de trabalho, percebendo salários dignos.

A decadência do fordismo a partir de 1945 deflagra a necessidade de organizar o capital adotando as bases do toyotismo³ nas quais se previam trabalho em equipe, enfraquecimento dos sindicatos, automação, terceirizações, bem como ampliação das tarefas dos trabalhadores e, conseqüentemente, precarização do trabalho, redução dos salários e desemprego.

O trabalho em equipe, uma base toyotista, é considerado positivo por muitos, na medida em que as decisões tomadas por um grupo tendem a ser mais eficazes que as individuais. Todavia Sennet (2007) apresenta uma face do trabalho grupal na qual os indivíduos buscam ser políticos e terminam sendo superficiais nas decisões.

Os grupos tendem a se manter juntos ficando na superfície das coisas. A superficialidade partilhada mantém as pessoas juntas evitando questões difíceis, divisivas, pessoais. O trabalho em equipe poderia parecer mais um exemplo, portanto, dos laços do conformismo do grupo (SENNETT, 2007, p.128).

De acordo com Sennet (2007), o desenvolvimento do caráter passa pela formação de virtudes estáveis como confiança, comprometimento e ajuda mútua, características esvaziadas com a paradoxal substituição da lógica do trabalho fordista. Vista de outra forma, essa mudança lógica de trabalho fordista (ênfase no individual) pela toyotista (trabalho em equipe) é positiva no sentido da acumulação, tendo em vista que promove maior dinamização da economia. Enfim, perdem-se valores individuais em detrimento da insaciável corrida pelo lucro.

O trabalho adquire uma nova dimensão na qual a inserção do empregado está intimamente associada ao domínio mais amplo de técnicas laborais, bem como à habilidade para mobilizar de maneira mais competente a ferramenta da comunicação; sendo o domínio desta o vetor de sucesso dos trabalhos em equipe, fortemente deflagrados a partir de então. Dessa forma, verifica-se uma profunda

³ O Toyotismo é um modo de organização da produção capitalista originário dos E.U.A, resultante da conjuntura desfavorável do país. O toyotismo foi criado na fábrica da Toyota nos E.U.A (dando origem ao nome) após a Segunda Guerra Mundial, este modo de organização produtiva, elaborado pelo americano Taiichi Ohno e que foi caracterizado como filosofia orgânica da produção industrial (modelo americano), adquirindo uma projeção global. (Cf. Wikipedia). O Toyotismo tem como característica. Mão-de-obra multifuncional e bem qualificada. Os trabalhadores são educados, treinados e qualificados para conhecer todos os processos de produção, podendo atuar em várias áreas do sistema produtivo da empresa.

alteração nos padrões de produção na era da globalização; todavia a mesma não se fez acompanhar da instrumentalização nas esferas produtivas e comunicacional, tal processo resultou na ampliação do desemprego na indústria e demais setores.

Há uma crescente redução do proletariado fabril estável, que se desenvolveu na vigência do binômio taylorismo/fordismo e que vem diminuindo com a reestruturação, flexibilização e desconcentração do espaço físico produtivo, típico da fase do toyotismo (ANTUNES, 2005, p. 28).

Para Antunes, (2000) o escopo da ideologia toyotista se fundamenta no neoliberalismo econômico, que aprofunda as desregulações do trabalho, privatizações, extinção do capital produtivo estatal e flexibilização dos direitos sociais.

Fez-se necessário, então, reorganizar o sistema com ênfase no ressurgimento do ideário liberal, que se combinou com a reestruturação produtiva e globalização financeira, aprofundando o oceano da acumulação.

1.2 OS SEQUESTRADORES DA ECONOMIA BRASILEIRA: NEOLIBERALISMO, REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA E GLOBALIZAÇÃO FINANCEIRA

A doutrina neoliberal possui fundamentos assentados na desregulamentação de leis trabalhistas, flexibilização das mesmas, bem como o reordenamento de todo sistema produtivo, produzindo intensa opacidade na esfera do trabalho.

Filgueiras (2006) analisa de forma estrutural o neoliberalismo, enfatizando a função de restabelecer as finanças das nações hegemônicas, Inglaterra e Estados Unidos, que se deu notadamente a partir de 1970.

O neoliberalismo destina-se a promover a acumulação de capital, abalado com a crise fordista. A partir da década de 1970 e meados de 1980, conhece um período de expansão dos ideais liberais sob o argumento de modernidade. A crise do capitalismo, com o esgotamento do fordismo, criou condições para a doutrina neoliberal se expandir e chegar ao poder no final dos anos 1970 (FILGUEIRAS, 2006).

Essa doutrina aprofundou seus ditames aos países periféricos a partir do “Consenso de Washington”.

“Consenso de Washington”, termo criado por Jonh Williamson, representa a proposta da comunidade financeira internacional (FMI, BIRD) para ajustar as economias dos países periféricos ao processo de reestruturação produtiva. Seus objetivos principais são promover a estabilização da economia (corte no déficit público, combate à inflação), implementar reformas estruturais com redução do Estado (privatizações, reformas tributária, previdenciária e trabalhista, desregulação dos mercados, liberalização financeira e comercial) e abertura da economia para atrair investimentos internacionais e retomada do crescimento econômico (DRUCK, 2001, p. 12).

O neoliberalismo foi um avanço no sentido de restabelecer a financeirização do sistema. Com base nessa lógica, ocorre aperfeiçoamento da engrenagem, recorrendo-se a outras estratégias com vistas a promover o enriquecimento de uma elite. Dessa maneira, emerge a reestruturação produtiva e a globalização torna-se mais sofisticada.

A reestruturação produtiva foi um dos vértices que o capitalismo internacional identificou para promover a acumulação de capital desentrosado com os pilares de desenvolvimento de países periféricos, como o Brasil. Haja vista que os fundamentos em que se basearam a nova organização do trabalho contribuíram para a promoção da precarização do trabalho e o desemprego. A reestruturação em questão exige forte supervisão da produção dos funcionários. Esse controle se expressava de duas maneiras; por meio dos equipamentos tecnológicos, os quais permitiam a monitoração à distância, ou no próprio ambiente de produção de tal sorte que, em diversos casos, invadia a vida particular dos empregados.

A reestruturação produtiva é o termo que engloba o grande processo de mudanças ocorridas nas empresas por meio de introdução de inovações tanto nos equipamentos e máquinas, agora automatizados, como organizacionais e de gestão, buscando alcançar uma organização do trabalho integrada e flexível.

A reestruturação é caracterizada por inovação tecnológica: microeletrônica, informática, máquinas de controle numéricos computadorizadas, robôs e inovação

industrial; terceirização, *just in time*⁴, *kanban*⁵, ilhas de produção, trabalho em equipe, Círculo de Controle de Qualidade (CCQ), Qualidade Total, etc.

Antunes (2006) contextualiza a reestruturação produtiva no Brasil alicerçado na compreensão desse fenômeno a nível mundial.

Ocorreram na década de 1980 os primeiros impulsos de reestruturação produtiva, levando as empresas a adotarem novos padrões organizacionais, tecnológicos e novas formas organizacionais do trabalho. Iniciou-se a utilização da informação produtiva e do sistema *just in time*; germinou a produção baseada em *team work*, alicerçada nos programas de qualidade total, ampliando também o processo de difusão da microeletrônica. Deu-se início, ainda de modo preliminar, à implantação dos métodos denominados participativos. Estruturava-se de maneira incipiente a reengenharia industrial e organizacional, cujos principais determinantes foram: imposições das empresas transnacionais que levaram à adoção, por parte de suas subsidiárias no Brasil, de novos padrões organizacionais tecnológicos com certa inspiração no toyotismo (ANTUNES, 2006, p. 17).

O neoliberalismo juntamente com a globalização e a reestruturação produtiva promoveu uma reorganização do Estado, outrora fortemente marcado pelo nacionalismo configurado no fortalecimento das empresas nacionais por intermédio dos estímulos e isenções fiscais. Tal política foi evidenciada no Brasil, principalmente no período entre 1930 e 1970.

A condução política assume uma nova feição a partir de 1980, quando o Estado restringe drasticamente a assistência às empresas nacionais. A partir de então, recorre-se, não raro, a empréstimos obtidos a juros junto a organismos internacionais, provocando o aumento da dívida bem como dos seus juros. Isso faz com que a política desenvolvimentista nacionalista brasileira seja paulatinamente substituída pela política de subordinação econômica ao investimento internacional. Erigiu-se um padrão de acumulação internacional, que reflete e determina o local;

⁴ *Just in time* consiste em produzir e entregar os produtos mesmo a tempo (*just in time*) de serem vendidos. Peças mesmo a tempo de serem montadas e materiais mesmo a tempo de serem transformados em peças. A ideia dos japoneses é produzir pequenas quantidades para corresponder à procura.

⁵ O fundamento básico desta técnica está baseado em manter um fluxo contínuo dos produtos que estão sendo manufaturados. O Kan Ban (etiqueta ou cartão) traz como grande inovação o conceito de eliminar estoques (estoque zero), os materiais e componentes agregados ao produto chegam no momento exato de sua produção/execução.

por conseguinte as economias nacionais bem como suas organizações do trabalho, outrora mais singulares, são reificadas forçosamente seguindo um modelo disseminado no mundo todo. Funda-se, assim, um período de recessão em países periféricos nos quais o Brasil se insere.

É a partir de 1980 que o Brasil experimenta o dismantelamento das suas instituições, na medida em que o Estado se aprofunda numa crise política e financeira, reduzindo a sua capacidade de investimento em infraestrutura. Isto se deve essencialmente à falência do modelo tripartite (investimento estatal, privado nacional e internacional) o qual assegurava receita à economia brasileira.

Ingressa-se num período de descontinuidade financeira, o qual elevou a inflação a patamares galopantes, contribuindo decisivamente para promover perdas salariais, greves e arrefecimento da competitividade internacional. Em decorrência disso, o país é imerso numa acintosa política de dependência do capital externo. Tal relacionamento conduz a um comprometimento da soberania e cidadania brasileira.

O Brasil conhece um período de inversão aos ideais nacionalistas, cuja centralidade reside no alinhamento aos imperativos mundiais. Tais ditames se fazem notar principalmente pela absorção de modelos de gestão externa, bem como da reorganização da economia.

Ao quadro de opacidade de investimentos e abertura da economia soma-se a deficiência dos setores de pesquisa e tecnologia, que levam as empresas nacionais a um processo crescente de perda de competitividade frentes às poderosas transnacionais.

Sabe-se que uma empresa pode adquirir tecnologia de duas formas: investindo ou através da aquisição de novas tecnologias de outrem. Ambas as situações conduzem invariavelmente à qualificação de seus trabalhadores para operarem a nova técnica. No caso brasileiro, há um predomínio pelo modelo de importação tecnológica de empresas estrangeiras a custos elevados. Tal situação configura-se num ciclo vicioso, na medida em que há sempre uma renovação tecnológica nos países desenvolvidos e uma correspondente necessidade de atualização pelas empresas dos países periféricos. Como usualmente os recursos são escassos nessas últimas, recorre-se a empréstimos como meio de manter-se

atuante no mercado. Esse endividamento, em muitos casos, termina sendo a razão de fusões, enfraquecimentos ou falências, produzindo desemprego.

As empresas dos países periféricos, que conseguem resistir à insolvência no mercado, frequentemente possuem tecnologia atrasada em comparação às fortes transnacionais, fato que faz com que se tornem especializadas na produção de produtos primários com baixa ou nenhuma tecnologia incorporada e, conseqüentemente, de baixo valor de mercado e limitada capacidade de empregar. Em decorrência, as transnacionais presidem a hierarquia da divisão internacional do trabalho, tendo em vista que agregam os principais recursos materiais e imateriais que compõem o sistema capitalista.

Por concentrarem os investimentos em pesquisa e tecnologia nos países de origem, as grandes corporações transnacionais centralizam grande parte do poder de criação e redirecionamento geográfico dos postos de trabalho de maior qualidade e remuneração, responsáveis pelas funções de controle e planejamento. Em contrapartida, a possibilidade de organização da produção em rede mundial motiva o deslocamento de parte do processo produtivo dos países ricos para os pobres, geralmente vinculando as atividades de execução e produção, que demandam ocupações mais simples e rotineiras (POCHMANN, 2002).

As nações de economias mais debilitadas buscam atrair as transnacionais, levando em consideração principalmente a potencialidade das mesmas na geração de empregos. Embora essa teoria seja predominantemente confirmada, há usualmente um descolamento entre a expectativa dos dirigentes dessas nações e a oferta quantitativa e qualitativa de trabalho observadas.

De acordo com Pochmann (2002, p. 31),

Os países periféricos e semiperiféricos, no intuito de oferecer condições mais satisfatórias à atração das corporações transnacionais, aceitam, em grande parte, o programa de agências multilaterais como FMI e BID, o que termina por provocar o rebaixamento ainda maior do custo do trabalho (usando recurso público para qualificar mão de obra, criando contratos de trabalhos especiais, ampliando jornada de trabalho, entre outras medidas e a desregulamentação dos mercados de trabalhos).

O estímulo à introdução e manutenção de indústrias estrangeiras em atividade nos países periféricos usualmente é uma prática constante, a qual se destina à acumulação capitalista das transnacionais, tendo em vista que essas se instalam com o intuito de maximizar seus lucros com o mínimo de despesas. Caso tais incentivos cessem, elas podem, inadvertidamente, transferirem-se parcial ou integralmente para outras localidades, promovendo a restrição de campo de trabalho de nações periféricas como a brasileira.

As empresas transnacionais aprofundam sua presença nos países dependentes, extraíndo diretamente o valor excedente. Esse desenvolvimento recente ampliou as contradições imanentes entre socialização da produção e apropriação privada, entre o desenvolvimento das forças produtivas e as relações sociais da produção (MARTINS, 2008).

A economia brasileira é circunscrita a uma política externa desestruturante sob o aspecto do desenvolvimento regional endógeno, processo que contribui significativamente para sua desorganização interna, promovendo a precarização do trabalho, desemprego, entre outras mazelas.

Tamanho dismantelo é materializado à medida que seu produto interno bruto (PIB) é direcionado para o pagamento de juros e amortizações da dívida. Ao passo que elevação da carga tributária, juntamente com depreciação dos salários, tornam-se auspiciosas fontes de receita para honrar os compromissos internacionais.

O país também busca a atração do capital por meio da elevação das taxas de juros dos títulos de crédito do tesouro nacional; com efeito termina atraindo um capital volátil e descomprometido com os interesses nacionais, cujo objetivo é tão somente a reprodução do dinheiro, conforme um cassino virtual.

É um modelo de atração de investimentos controvertido, tendo em vista que, tal como num jogo, os investidores (apostadores) continuam aplicando seu dinheiro, caso estejam obtendo retorno de outra forma retiram-se, podendo ir buscar em outro local a rentabilidade esperada.

A dependência da economia nacional do capital estrangeiro é de sorte a determinar as diretrizes da balança comercial de maneira a gerar superávits

primários (saldo positivo da relação exportação sobre importação), devendo empreender ajustes nesse sentido para saldar débitos internacionais.

O país persegue uma meta de inflação estabelecida e anunciada previamente, devendo promover ajustes fiscais através da obtenção de sucessivos e crescentes de superávits primários, sempre acima de 3% do PIB. Esse montante do capital dos superávits é direcionado (sic) ao pagamento da dívida pública frente aos empréstimos internacionais, o que prejudica os investimentos em infraestrutura e na área social [...]. (FILGUEIRAS, 2006, p.250).

As políticas econômicas procuraram atender, centralmente, os credores externos, aplicando ajustes recessivos, juros altos para rolagem da dívida interna, através da aplicação dos planos de estabilização, que visavam a combater a inflação de acordo com a recomendação das instituições financeiras internacionais (FMI e BIRD) (DRUCK, 2001, p. 49).

A década de 1980, marcada pela subordinação econômica externa, inaugurou um período de crise financeira, intimamente associada à crise social. Nesta seara, o desemprego estrutural desponta como um dos maiores indicadores de assimetria, que determinou a evolução das condições de trabalho, pobreza e exclusão.

O Gráfico 1 reflete a dinâmica de evolução da taxa de pobreza em períodos de desaceleração econômica no Brasil metropolitano em recortes de tempo. Nas últimas três décadas, a economia brasileira registrou quatro importantes movimentos de inflexão do nível de produção e com importantes impactos sobre o consumo, investimento, emprego e renda. No início de 1980 e 1990, o Brasil conviveu com a recessão. Entre 1981 e 1983 houve a crise da dívida externa, determinada em função de mudança da política desenvolvimentista brasileira, cujos recursos eram prioritariamente estatais ou endógenos para um modelo sustentado basicamente pelo capital internacional. Tal inversão, verificada com o alvorecer da década de 1980, notabilizou-se pela supervalorização do crescimento econômico, promovendo recorrentemente um esgarçar do tecido social, bem como a precarização do trabalho.

A partir da década de 1980 os efeitos da globalização e da reestruturação produtiva começam a alterar o cenário do trabalho no Brasil.

Foi somente em meados da década de 1980 - ao fim da ditadura militar, e sob a chamada “Nova República” de Sarney - que o setor produtivo começou a sofrer as primeiras alterações. Já era possível notar o início das mutações organizacionais e tecnológicas no interior do processo produtivo e de serviços brasileiros. Assim, a singularidade começava a ser afetada pelos traços universais do sistema global do capital, redesenhando uma particularidade brasileira que pouco a pouco foi se diferenciando da anterior e, posteriormente, em muitos dos seus traços essenciais (ANTUNES, 2006, p. 17).

A promoção do emprego na Bahia, pós 1980, esta intimamente associada ao sucesso dos planos econômicos de cunho nacional, que se rebateram sobre o mercado de trabalho regional. Desta forma, verifica-se a ação global, atuando localmente. Nos períodos de 1989/1990, 1998/1999 e 2008/2009, o Brasil registrou importante desaceleração econômica, ambas relacionadas às crises de origem financeira, as quais conduziram à evolução da pobreza, conforme apresentado no Gráfico 1.

Quando se considera a evolução da taxa de pobreza nas seis principais regiões metropolitanas do país, nos 12 meses que sucederam a cada um dos períodos considerados de alta desaceleração econômica, observa-se o impacto da retração da produção nacional sobre a pobreza. Deve-se destacar, porém, que esse impacto foi diferente nas distintas épocas. Nos anos 1982/1983, a taxa de pobreza cresceu rapidamente e com vigor, assim como entre 1989 e 1990, ainda que mais lentamente e sem atingir o patamar da recessão anterior (POCHMANN, 2010, p.19).

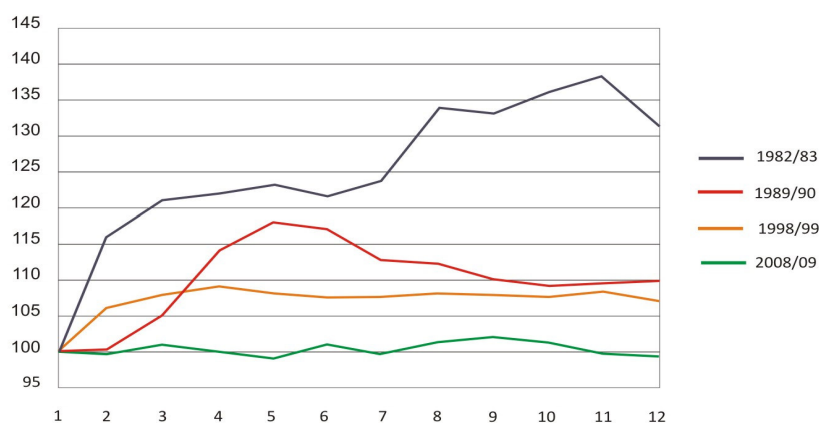


Gráfico 1 - Empregos em recortes de tempos - Brasil
Fonte: IBGE- PME (2010).

A crise da subordinação se acentua na década de 1990, mediante a conjugação de fatores, os quais somente beneficiam a centralidade do capitalismo, a abertura econômica e a intensificação da globalização (globalização financeira). O primeiro debilita ainda mais a economia brasileira, tendo em vista que reduz as taxas de importação, expondo diversas vezes as empresas brasileiras à concorrência de estrangeiras mais competitivas.

De acordo com Costa Gomes, Gomes e Pitanga (2009), a elevação da economia brasileira a um estágio competitivo é obstaculizada pela incapacidade em investir em qualificação de mão de obra, pesquisa e tecnologia, bem como de ofertar produtos a preços competitivos. Diante de tal problemática, apresentam-se soluções de duas origens. A primeira é o aumento de impostos; tal medida é polêmica visto que contraria os interesses do empresariado. A segunda, o rebaixamento dos salários, não menos polemizadora, porém atinge a classe trabalhadora cuja capacidade de protesto é arrefecida pelo exército reserva de desempregados.

A adoção do rebaixamento salarial não tem se mostrado suficiente para a revitalização da economia, assim como promoção à inclusão social. Destarte, a política econômica e social adotada principalmente a partir de 1990 sinaliza inflexões.

Os primeiros impactos dessa política se fizeram sentir com violência, resultando em queda de 4% do PIB. A desaceleração econômica somada à súbita abertura às importações teve como resultado o fechamento ou falência/concordata de várias empresas, o que implicou demissões e crescente aumento do desemprego. Além disso, com a realização das privatizações das empresas estatais, também houve uma significativa redução do número de empregos (DRUCK, 2001, p.177).

Nesse horizonte marcado pela abertura ao capital transnacional, aliado ao desenvolvimento tecnológico, o qual proporciona a intensificação de fluxos de diversas ordens, a globalização adquire uma nova dimensão - a globalização financeira. Esse processo é caracterizado pela conectividade quase instantânea entre nações, promovendo um nível de interatividade jamais visto em todos os setores.

A instantaneidade conferida pelos fluxos de informações globalizadas obedece predominantemente à lógica da imposição de valores culturais, econômicos e políticos da centralidade capitalista sobre os países periféricos. Isso promove o esvaziamento da cultura local e a exacerbação de hábitos externos. Disso resulta um empobrecimento que transcende o econômico. Tais movimentos podem ser representado pelo aumento de consumo da cultura gastronômica americana na Bahia, notadamente os sanduíches.

Em que pesem algumas controvérsias, diversos estudiosos identificam a globalização como mais um ator destinado a promover acumulação na medida em que efetiva uma competição desleal entre empresas lucrativas de nações estruturadas e empresas com menor margem de lucros. Tal competitividade é mais um elemento propulsor do esgarçamento do tecido social, desemprego e enfraquecimento de instituições dos países periféricos, a exemplo do Brasil.

Alguns sociólogos criticam o efeito da globalização em países pobres, tendo em vista que, em função da ampliação do fluxo de informação impregnado de apelos publicitários, promove o despertar do desejo de consumo de produtos que não são condizentes com a renda de uma parcela da população. Santos (2000, p.34) aprofunda a discussão referente ao fascínio exercido pelo consumismo.

O poder de consumo é contagiante, e sua capacidade de alienação é tão forte que sua exclusão atribui às pessoas a condição de alienados. O que está em jogo é a racionalidade consumista, em moldes não mais apropriáveis pelos antigos conceitos do paradigma produtivista, tais como produção-produção e sim pela forma categórica de transformar simples objetos em ícones do consumo. Para que isto ocorra, o capitalismo contribui para oprimir o ócio, reduzir o tempo, padronizar o gosto e controlar a natureza intrínseca das coisas.

Em decorrência disso, surgem alguns casos de comportamentos antissociais. Essa situação determinada pela vontade incontida de consumir, que motiva tantas pessoas a praticarem delitos. Sendo assim, a globalização do consumo pode se constituir num indutor de pobreza.

[...] Para a grande maior parte da humanidade, a globalização está se impondo como uma fábrica de perversidades. O desemprego crescente torna-se crônico. A pobreza aumenta e as classes médias perdem em qualidade de vida. (SANTOS, 2006, p.19).

Os processos de reestruturação produtiva e a globalização, sob imposição hegemônica do grande capital transnacional, de instituições multilaterais e dos governos das grandes potências, se constituíram numa resposta à crise do Fordismo. (FILGUEIRAS, 2006, p. 53).

Esses fenômenos são absorvidos pelos países subdesenvolvidos, como o Brasil, sob o verniz de modernidade e integração mundial; todavia não se observou efetivamente melhoria no padrão de vida das nações periféricas, que aderiram a tal processo, provavelmente por se tratar uma ideologia fetichista⁶. Inversamente, evidenciou-se uma irrestrita deterioração nas condições de trabalho, cujos efeitos materiais como o aumento de jornada, achatamento salarial e desemprego dão vazão aos danos imateriais irreparáveis como a perda de autoestima, suicídio, loucura, etc.

Paralelamente, os países capitalistas - sedes das empresas transnacionais - experimentam acumulação insaciável de lucros, utilizando-se de estratégias como a globalização, que acelera o fluxo e o acúmulo de capitais. Conquanto tenha intensificado seus efeitos no Brasil na década de 1990, a globalização é um fenômeno secular sobre o qual se assentam fases, sendo a atual caracterizada pelo imperialismo capitalista do século XX, mais ajustada aos interesses financeiros.

No que se refere à precarização do trabalho, a globalização se expressa de duas maneiras: a primeira está relacionada com a organização da produção no mundo; enquanto a segunda se associa à ampliação das possibilidades de investimentos financeiros permitidos por tal fenômeno: “As manifestações da globalização incluem a organização espacial da produção, a interpenetração das indústrias através das fronteiras, a expansão dos mercados financeiros”. (MITTELMAN apud RAMOS, 2005, p.102).

A globalização no trabalho age como uma força centrípeta internacional, a qual determina a produção local, bem como os procedimentos de produção e a exploração do trabalho humano. Já a financeira, que combina o desenvolvimento de inovações financeiras com informatização dos mercados, potencializa o volume de transações de curto prazo, o que, em alguns instantes, permite que se façam investimentos de um país em títulos de outro(s).

⁶ Uma ação fetichista consiste em criar uma vontade não cognitiva a outrem.

Plihon (1995, p. 61) complementa a ideia de globalização financeira como:

Instauração de um mercado unificado de dinheiro em âmbito planetário. Isso significa que as empresas multinacionais, indústria e financeiras podem contratar empréstimos ou aplicar fundos sem limites onde e quando queiram, recorrendo a todos os instrumentos financeiros existentes.

De maneira inequívoca, neoliberalismo, globalização e reestruturação produtiva formam a tríade mais auspiciosa do capitalismo na busca da acumulação e, por conseguinte, na combinação de maior influência sobre a precarização do trabalho. Tais fatores atuam isoladamente ou de maneira articulada, desorganizando o cenário econômico, social e, obviamente, trabalhista.

[...] O Neoliberalismo, a Reestruturação produtiva e a Globalização, embora se constituam em fenômenos distintos, estão profundamente articulados no processo de transformações por que vem passando o capitalismo nesse fim de século. O denominador comum aos três fenômenos pode ser sintetizado no ideal da acumulação flexível. [...]. (FILGUEIRAS, 2006, p. 64).

É possível afirmar que a reestruturação produtiva é uma cultura típica dos países hegemônicos, que se propaga por meio de um discurso dominante e repousa sua difusão nos meios de comunicação modernos e, não raro, instantâneos, conferidos pela globalização.

O processo de reestruturação produtiva se constitui num dos elementos determinantes no processo de globalização, uma vez que o crescimento da produtividade exige a ampliação/articulação dos mercados, ao mesmo tempo em que se difunde com a globalização, ao determinar, através da competição, transformações nas estruturas produtivas das diversas regiões do mundo. Adicionalmente, a Reestruturação Produtiva desenvolve do ponto de vista tecnológico (telemática), os meios materiais que permitem o aprofundamento do processo de globalização e, assim, a sua própria generalização (FILGUEIRAS, 2006).

O padrão de acumulação capitalista vigente se opõe à lógica do emprego pleno nos quais os trabalhadores possuíam vínculos e assistência das firmas onde executavam seus serviços. De acordo com Antunes (2005, p. 62)

O capital necessita hoje cada vez menos do trabalho estável e cada vez mais das diversificadas formas de trabalho parcial ou *part-time*⁷, terceirizado, os trabalhadores hifenizados que se encontram em explosiva expansão em todo o mundo.

As transformações produtivas permitidas pelas inovações foram implodindo progressivamente a densidade do contrato de trabalho por tempo indeterminado.

O contrato de trabalho por tempo indeterminado foi dando progressivamente espaço para o trabalho determinado e parcial. No entendimento de Dedecca (2009, p. 29), “[...] as mudanças nas relações de trabalho reforçaram a insegurança quanto ao futuro do mercado de trabalho, bem como acabou se expressando em maior concorrência entre trabalhadores”.

Em síntese, o trabalho no Brasil é condicionado pelas operações praticadas pelo eixo central do capitalismo. Essa relação não se mostra próspera, tampouco sinaliza um futuro melhor. Desse modo, a busca pelo entendimento da insistência nesse modelo no qual o social é asfixiado em detrimento da economia externa, constitui-se num exercício que leva a crer que os detentores do poder estão mais atentos aos interesses estrangeiros e menos preocupados com sua própria nação.

⁷ Trabalho *part-time* consiste em atividade profissional com horário reduzido, portanto com benefícios e salários menores.

CAPÍTULO II QUESTÕES SOCIAIS DO TRABALHO

O Estado nacional padece com a escassez dos investimentos nas áreas cruciais ao seu desenvolvimento, como trabalho, educação, saúde, infraestrutura urbana, etc. Assiste-se, então, ao desmanche do Estado como promotor de cidadania. Não se pode deixar de observar que a lógica do desmonte vem embutida dentro de um discurso orientado a conquistar adeptos.

Para Pochmann (2002, p. 119),

[...] Pode ser percebida a presença de maiores esforços de compressão dos gastos operacionais no setor público como forma de compensar, em parte, a expansão das despesas com encargos financeiros e demais gastos promovidos, sobretudo, com a estabilidade monetária. As alternativas de demissão de funcionários públicos não-estáveis pelo poder Executivo federal, por meio da adoção de programas de demissão voluntária, do fechamento de organismos estatais, da privatização e da aprovação da reforma administrativa indicam uma firme intenção governamental visando ao enxugamento do pessoal.

A demissão do funcionário público termina sendo um mecanismo de enxugamento da máquina estatal. Dissemina-se a ideia de que o funcionalismo público é um contingente excessivo, predominantemente incompetente, o qual onera e compromete a receita brasileira. O descompasso entre oferta e demanda com predomínio da primeira sobre a segunda é um fenômeno que comumente se estende por quase a integridade do mercado de trabalho brasileiro. Essa distorção na lei da oferta e procura se deve em muitos casos ao excesso de trabalhadores em comparação à geração de postos de trabalho e termina por induzir a formas de inserção mais precarizadas .

O servidor atuante em caráter público passou a ser maculado como mão de obra excedente e onerosa, cujos vínculos empregatícios e postos de trabalho deveriam sofrer transgressões. Assim, a nova lógica vigente no segmento compõe-se de duas vertentes: terceirização e nomeação do funcionário de maior ascendência.

[...] Atribuiu-se ao funcionário público a “culpa” e omitiu-se que as falhas graves e continuadas da gestão que foram apresentadas à época estavam invariavelmente ligadas a outras, ainda mais graves, resultantes de atos ou ações da alta administração pública onde os

cargos são ocupados por indicações políticas e não por funcionários públicos concursados. (GOMES, 2009, p. 19).

Gomes (2009) exemplifica o processo de desregulamentação dos estatutários a partir da análise das despesas de contratação com os mesmos.

A despesa da união com contratos temporários cresceu de 67,5 milhões, em 1997, para 173,6 milhões, em 2002, e para 173,7 em 2003; 222,7 milhões, em 2004; 248,2 milhões, em 2005; 293,4 milhões, em 2006; 309,2 milhões, em 2007; e em 2008 e 2009 já acumulavam 341,5 milhões, numa prova clara e irrefutável da desestabilização do trabalhador no serviço público (GOMES, 2009, p.19).

Em diversos casos, os trabalhadores preteridos pelo serviço público encontram a via de acesso ao mercado de trabalho por meio da informalidade. Essa nova inserção ocupacional pode levá-los à obtenção da almejada renda, todavia tende a obstar o acesso aos direitos trabalhistas, podendo trazer perdas sociais ao trabalhador e sua família, a exemplo do plano de saúde.

Em sua análise do ponto de vista macro, Santos (2006) não vislumbra o Estado brasileiro como uma entidade debilitada. Pelo contrário, o autor acredita que o Brasil está forte, porém seus interesses estão mais voltados para atender às imposições internacionais. Fala-se igualmente com insistência na morte do Estado, mas o que estamos vendo é o seu fortalecimento para atender aos reclames da finança e de outros interesses internacionais, em detrimento dos cuidados com a população, cuja vida se tornou mais difícil (SANTOS, 2006, p.19).

O trabalhador em atividade profissional é inserido num estágio no qual impera a insegurança e a flexibilidade no que tange ao seu futuro profissional. Por seu turno, o desempregado, não raro, é vitimizado por uma concorrência mais acirrada e um nível de qualificação mais elevado, sobretudo de profissionais provenientes de centros urbanos mais desenvolvidos tecnologicamente. Essas pessoas, não raro, deixam seus territórios de origem para ocupar postos de trabalho noutras localidades. Tal situação configura a perda de emprego dos profissionais de regiões mais debilitadas economicamente para migrantes dos centros urbanos. Isso identifica que a razão do Estado nem sempre é compatível com o interesse social.

Druck e Borges (2002) discorre sobre flexibilização, demonstrando o que vem a ser precarização em suas diversas manifestações, e introduzindo os desdobramentos promovidos pela mesma.

[...] A crescente flexibilidade do trabalho, em todo mundo capitalista, evidenciada na subcontratação (terceirização), no emprego temporário, nas atividades autônomas, na informalidade, nas cooperativas de trabalho e em outras formas de trabalho assalariado disfarçado - práticas flexíveis de emprego e dos mercados de trabalho - constituem formas concretas de flexibilização que se difundem em todas as atividades e lugares, associadas a processos de desindustrialização e de descentralização geográfica das fábricas. (DRUCK, 2002, p.13).

De modo mais sintético, porém não menos enfático, Antunes (2005, p.29) discorre sobre as mutações no mundo do trabalho, baseado numa ideologia similar à anterior e acentuada com o uso da expressão precarização.

Há um enorme incremento do novo proletariado, do subproletariado fabril e de serviços, o que tem sido denominado mundialmente de trabalho precarizado. São os “terceirizados”, subcontratados, *part-time*, entre tantas outras formas assemelhadas que se expandem em inúmeras partes do mundo.

O autor identifica o atributo da multifuncionalidade como condição *sine qua non* para o ajustamento proletário às crescentes exigências do mercado. Em contrapartida também observa a abdicação do trabalhador especialista. O mundo do trabalho atual tem recusado os trabalhadores herdeiros da “cultura fordista”, fortemente especializados e os substituem (*sic*) pelo trabalhador “polivalente e “multifuncional” da era toyotista”. (ANTUNES, 2005, p. 78).

As transformações em questão se devem, principalmente, à substituição do trabalho humano pelo executado por máquinas. Isso evidenciou a tendência de que o trabalho braçal (trabalho vivo) fosse em diversos casos substituído pelo resultante da operação da máquina pelo homem (trabalho morto). Usualmente os empregados, cuja mão de obra é mais braçal, tendem a possuir uma longevidade de trabalho menor, na medida em que sua força física tende a diminuir com o passar dos anos. Sendo assim, ampliam-se as possibilidades destes trabalhadores não possuírem rendimentos ou garantias trabalhistas na idade em que são mais debilitados fisicamente.

2.1 A ASCENSÃO FEMININA E O DECLÍNIO DA FORÇA JOVEM

A configuração mundial trabalhista abre um precedente para um incremento de uma mão de obra com menor força física, altamente competente na tomada de decisões. Assim, o trabalho feminino se adequou perfeitamente ao trabalho precarizado sobre o qual avançou e invariavelmente se tornou umas das suas vítimas.

Compreender a classe trabalhadora hoje significa perceber também o significativo processo de feminização do trabalho, que atinge mais de 40% ou 50% da força de trabalho em diversos países, e que tem sido absorvido pelo capital, preferencialmente no universo do trabalho *part-time*, precarizado e desregulamentado. (ANTUNES, 2005, p. 61).

A organização do trabalho, paradoxalmente, desarticulou a mão de obra jovem, impondo a esta os maiores dissabores com sua estruturação. Em todo o mundo, esse segmento é o mais impactado pelo desemprego e precarização do trabalho. Isso se deve à incompatibilização entre o acúmulo de conhecimentos e as crescentes exigências do mercado.

Outra tendência presente no mundo do trabalho é a crescente exclusão dos jovens, que atingem a idade de ingresso no mercado de trabalho e que, sem perspectivas de emprego, acabam muitas vezes engrossando as fileiras dos trabalhos precários, dos desempregados, sem perspectivas de trabalho, dada à vigência da sociedade do desemprego estrutural. (ANTUNES, 2005, p. 78).

Em verdade, todos os segmentos sociais são ameaçados pela precarização, sendo os mais jovens (até 24 anos) e mais velhos (maiores de 45 anos) os grupos etários mais preteridos do mercado. No que se refere a gênero, as mulheres ainda são a minoria de trabalhadores, apesar das conquistas, e, ainda em relação a gênero, as mulheres negras são os que mais possuem dificuldades para integrar o mercado de trabalho. Em suma, a precarização do trabalho e desemprego traz razões para a maioria das pessoas dormirem mal.

2.2 MOTIVOS DE PROCUPAÇÕES PARA O TRABALHADOR

A segurança no trabalho é um desejo cada vez mais distante de ser realizado. Em contrapartida, emerge uma série de fatores que concorrem para sua desorganização, dentre os quais evidencia-se a distorção na gestão da política do emprego como fator determinante, pois dele decorrem as diretrizes para o enfrentamento da problemática em questão.

O desemprego no Brasil segue tratado como um problema menor, na maioria das vezes identificado pelas autoridades governamentais como de ordem individual, mais privado do que público. Parece ser necessário lembrar que o desemprego constitui uma das mais difíceis situações sociais e que a inexistência de atendimento social adequado ao desempregado reflete não apenas o estágio de atraso, conservadorismo e individualismo de uma sociedade, mas também o fato de o desempregado conduzir-se mais facilmente ao desespero social, à violência, às drogas; enfim ao quadro de desamparo e de regressão numa sociedade que já tem muito desgastado o tecido social. (POCHMANN, 2002, p.124).

A desfiliação dos trabalhadores do mercado formal faz com que ingressem na informalidade do trabalho por conta própria, sendo diversas vezes desprovidos de total proteção social. Sendo assim, a tendência é que esses “cidadãos” ou seus dependentes venham a se tornar usuários dos precários serviços públicos.

O mercado de trabalho brasileiro é vitimizado de sorte a evidenciar um descompasso na relação existente entre população e mercado. Isto é, enquanto a população aumenta, diminuem os postos de trabalho. O que observa é um movimento de expulsão de contingentes que já estavam incluídos nestes mercados, ao mesmo tempo em que outros, que estariam preparados para neles ingressarem não conseguem fazê-lo. (DRUCK, 2001, p. 221).

O desemprego evolui paralelamente à flexibilização do trabalho. Com efeito, os indivíduos se submetem a diversos tipos de transgressões trabalhistas, à proporção que se sentem ameaçados, no que se refere à perda do trabalho. Assim, é possível afirmar que o empresariado com atuação no Brasil possui um amplo nível de interesse voltado para o aumento da produtividade em detrimento da valorização do capital humano, tornando-se, por diversas vezes, desumano.

[...] As características mais perversas do mercado de trabalho no Brasil se acentuam: além de diminuir o tamanho do mercado formal

(proteção social e trabalhista com carteira de trabalho assinada), ele também perde qualidade (nas condições de trabalho e padrões salariais) precarizando-se; e aumentam a fragmentação e a segmentação do mercado como um todo, com o crescimento significativo do emprego precário e trabalho "individual". (DRUCK, 2001, p. 221).

A precarização do trabalho no Brasil se manifesta com maior ou menor intensidade em praticamente todos os setores da economia, sendo suas expressões mais comuns: a terceirização, o trabalho por conta própria, o contrato temporário, o aumento da jornada de trabalho, a diminuição dos salários, a desfiliação sindical, requalificação constante e polivalência.

A terceirização é um desdobramento da reestruturação produtiva que se insere na estratégia empresarial destinada a reduzir os custos com o trabalhador, e tal redução esta intimamente associada ao aumento da lucratividade. Essa receita adicional pode ser socialmente mais interessante, caso esteja voltada a serviço da promoção do bem estar dos empregados e sua família. Entretanto, a ideologia dos empresários, não raro, se fundamenta na lógica da desfiliação trabalhista em benefício da acumulação de capital das organizações terceirizadoras.

Denomina-se terceirização o liame que liga uma empresa tomadora à empresa prestadora de serviços, mediante contrato regulado pelo direito civil, comercial, ou administrativo, com a finalidade de realizar serviços coadjuvantes da atividade fim, por cuja realização somente responde a empresa prestadora de serviços, não tendo a empresa tomadora qualquer possibilidade de ingerência na mão de obra da empresa prestadora. A contratação poderá ter por escopo a produção de bens (etapas de uma linha de produção), bem como a prestação de serviços (limpeza, vigilância, segurança, serviços de importação e de exportação, treinamento técnico de pessoal, etc.) (OLIVEIRA, 1998, p. 3).

O segmento industrial, devido à natureza complexa de suas atividades laborais, tende a exigir um quadro de funcionários mais amplo. Dessa forma, observa-se a utilização em larga escala do recurso da terceirização, bem como identifica-se a precarização no trabalho promovida pela mesma.

Para Druck (2001, p.127),

As terceirizações nas indústrias contam com um processo de desintegração da força de trabalho, de dispersão dos trabalhadores, de enfraquecimento de suas identidades sociais, de precarização do emprego, do trabalho e da vida, consequências provocadas no âmbito do processo de trabalho, pela terceirização.

A concepção dos sindicatos sobre a terceirização faz crer que esta face da reestruturação produtiva vem sendo gerida de modo a promover perdas de diversas ordens aos trabalhadores. Assim, esse majoritário contingente de indivíduos da População Economicamente Ativa (PEA) do Brasil perde poder de compra, passando a depender das ações assistencialistas de distintas ordens para sobreviver.

Em geral, os sindicatos têm se posicionado contrariamente à terceirização na forma como ela vem sendo aplicada no Brasil. Manifestam-se contra a terceirização nas áreas produtivas e nucleares da fábrica (atividade fim) e denunciam as arbitrariedades e a precarização do trabalho para os trabalhadores de terceiras. Ademais, associam a terceirização ao desemprego à medida que, quando da subcontratação, não há transferência da totalidade dos demitidos da empresa principal para as terceiras, uma vez que é parte deste processo a redução dos postos de trabalho (DRUCK, 2001, p. 233).

Na maioria das vezes, o trabalhador - ao migrar das empresas-mãe para as terceirizadas - assiste à transferência de seus vínculos e encargos trabalhistas. Usualmente, esse trânsito ocorre de uma empresa de maior poder de investimento para outra de menor. Logo, é pertinente supor que o trabalhador terceirizado não obterá as mesmas vantagens financeiras, bem como as oportunidades de qualificação profissional financiadas pela firma a qual está vinculado. Essa situação pode levá-lo a ofertar uma mão de obra ultrapassada, a menos que consiga as constantes atualizações de mercado por conta própria ou do Estado.

A globalização da produção permite disseminar o receituário da reestruturação produtiva por todo mundo capitalista, cabendo aos diversos países que compõem o sistema ajustarem-se aos novos padrões. À proporção que novos modelos surgem, torna-se recomendável que os trabalhadores em todo mundo o assimilem. Essas renovações constantes e a introdução da tecnologia na indústria suscitam um profissional cujo perfil englobe maior escolaridade, pois as funções

tornaram-se menos braçais e mais intelectualizadas, domínio das ferramentas tecnológicas e dinamicidade para participar efetivamente nos núcleo de produção, bem como participar de treinamentos, palestras e seminários de capacitação.

É possível aferir que de maneira ampla o profissional jovem terá dificuldade de inserção no mercado, tendo em vista que não possui acúmulo de conhecimentos técnicos exigidos pelos padrões internacionais de produção, assim como os profissionais mais vividos já foram demasiadamente experimentados para ter a dinamicidade das constantes capacitações. Percebe-se então uma tendência ao desemprego nesses dois segmentos, os quais, não obstante, buscam no subemprego e na informalidade os meios de obterem a sobrevivência.

Os critérios de seleção, não raro, são extremamente subjetivos de sorte que os mais jovens não possuem experiência suficiente, assim como os mais velhos já estão envelhecidos demais para as novas exigências do mercado, mas longe da aposentadoria. Enfim, abrem-se precedentes para a contratação com base na indicação, preterindo pessoas que objetivamente poderiam ser as mais indicadas para o posto em questão. Assim, vai-se formando um exército reserva, o qual contribui decisivamente para pressionar os que estão empregados, na medida em que esses últimos se submetem a trabalhar de modo precarizado sob a ameaça do desemprego.

De acordo com o pensamento de Mészáros (2002), o desemprego estrutural, principalmente nas grandes cidades, deixou de ser uma questão de trabalhadores com mão de obra desqualificada para ser uma problemática que atinge indivíduos habilitados a exercerem suas funções. Eles não encontram vagas num mercado com postos reduzidos, cujo grau de exigência profissional é cada vez mais rigoroso.

A ameaça do desemprego, juntamente com a precarização do trabalho, impulsiona diversos trabalhadores a se submeterem às iniquidades impostas pelas empresas. Em alguns casos, chega-se a uma extrema e estranha simpatia que reflete mais uma defesa do emprego, do que “amor” pela firma. Talvez esta seja a justificativa para alguns casos de aversão de funcionários aos seus respectivos sindicatos. Por outro lado, existem os trabalhadores desmotivados pelas suas precárias condições laborais, os quais não expressam publicamente suas insatisfações, certamente com o receio de perderem seus postos de trabalho. Tais

peças tendem a recorrer a manifestações silenciosas, que levam ao retardamento das execuções de suas tarefas.

Não é a resistência organizada e coletiva que se faz presente, pela via sindical, mas sim uma resistência quase muda, individual, mas também coletiva, expressa na “indisciplina”, “na indolência,” na displicência” e no “fazer cera”, traços ainda muito fortes no mercado de trabalho local [...]. (DRUCK, 2001, p.174).

Com base em outra linha de raciocínio, o empregado tende a evitar as revoltas mais acintosas no ambiente profissional onde atua, afinal convive com o dilema da perda do trabalho, bem como conhece as dificuldades de enfrentamento de tal problemática. A situação torna-se mais dramática para quem perdeu o vínculo profissional e não vislumbra a possibilidade de desenvolver habilidades para retornar. Assim, reconhece que o sonho de voltar a ingressar no mercado regularmente é cada vez menos real; pelo contrário, a tendência passa a ser cada vez maior de se ampliar o número de indivíduos preteridos pelo sistema. Disso decorre uma série de comportamentos antissociais, frutos de uma exclusão e de todas as mazelas provenientes da mesma.

[...] Todos aqueles que não puderam, ou não quiseram pagar o preço da integração social e ficaram fora do trabalho, da moradia decente, da união familiar consagrada e não frequentam instituições de socialização reconhecidas. São aqueles que, não tendo podido entrar nas estruturas modernas permanecem fora das grandes correntes da vida da nação. Vagueiam ou moram na periferia das cidades, se reproduzem entre eles. Geração após geração vive de expedientes ou auxílios e parecem desencorajar os esforços bem intencionados de todos que querem moralizá-los e normatizá-los. (CASTEL, 1998, p. 477).

Finalmente, cabe o questionamento do papel do Estado no resgate do trabalhador precarizado, pois não se trata apenas de um conjunto de pessoas que estão destituídas de seus direitos cidadãos, mas de um país que vem aprofundando o esgarçamento do seu tecido social.

O Estado configura-se como ente da sociedade, todavia se coloca como instrumento suprassocial para mediar as relações e os jogos de conflitos intrínsecos à sociedade. Nesse sentido cabe ao mesmo promover a justiça, se necessário for, utilizando-se de seu aparato jurídico para garantir os direitos, evitando a exploração de grupos em detrimento de outros.

2.3 TRABALHO E CIDADANIA

É desafiador para os países subdesenvolvidos, cujas economias estão subordinadas aos interesses dos países centrais, promover o bem estar social na medida em que direcionam recursos para o estrangeiro. Essa perigosa relação contribui para a promoção da fragmentação do tecido social bem como a fragilização de direitos consagrados e pode se rebater na deterioração da cidadania.

O indivíduo despojado de seus direitos é um ator social incapacitado de exercer plenamente a sua cidadania. De acordo com Marshall (1967, p. 21), “cidadania é a participação integral do indivíduo na comunidade política, o que inclui a participação de todos no poder político, no bem estar material e no nível de civilização vigente numa sociedade”.

Percebe-se então a cidadania como um grande estuário no qual desembocam os direitos sociais, civis e, sobretudo, políticos. Comumente, é fruto de lutas de um povo por seus direitos efetivados; logo cidadania é uma conquista inequivocamente associada ao nível de articulação e informação de um povo.

Direitos sociais equivalem à prerrogativa de acesso a um mínimo de bem estar e seguranças materiais, o que pode ser interpretado como acesso de todos os indivíduos ao nível mais elementar de participação no padrão de civilização vigente. Os direitos sociais só serão concretizados caso o Estado esteja dotado de um aparato administrativo suficientemente forte, a ponto de propiciar a todos serviços que garantam acesso universal e um mínimo de bem estar e segurança material. (MARSHALL, 1967).

Direitos civis são aqueles que concretizam a liberdade individual como direito à livre movimentação e ao livre pensamento, à celebração de contratos e à aquisição ou manutenção de propriedade, bem como o direito de acesso aos instrumentos necessários à defesa dos direitos anteriores (MARSHALL, 1967).

Evidentemente, a cidadania não se resume ao acesso à segurança material e bem estar de uma nação. Esta ainda consiste na regulamentação ou legitimação dos direitos, plasmados na materialização do jurídico em social. É um campo de forças

para legitimação de direitos e deveres, que transborda os limites da sociedade e requer a presença do Estado como moderador dessas relações.

No Brasil, identifica-se uma situação inversa ao processo de luta que conduziria à consagração dos direitos e ao fortalecimento da democracia; de acordo com Bobbio (1997, p. 43), “[...] democracia é a forma de governo na qual o poder político é exercido pelo povo”. Neste país, verifica-se uma legislação primorosa, mas elaborada praticamente sem participação e luta popular. Certamente, tal fato se rebate no desconhecimento das pessoas dos seus direitos, tornando-os escorregadios e mais fáceis de serem burlados.

Nesse contexto, os direitos políticos tão exaltados por Marshall (1967) terminam por se constituir em dever de voto, na medida em que a participação popular é muito restrita e desestimulada nessa esfera. É importante destacar que a mídia é uma forte aliada tanto no desestímulo às lutas sociais, quanto no fortalecimento da ideologia do “dever” do voto, praticamente reduzido a único instrumento de direito político.

Diante de um cenário notabilizado pelo enfraquecimento da sociedade civil, de acordo com Hegel (1979, p. 263):

Sociedade civil é uma complexa rede altamente especializada de regras, instituições, agências, grupos práticas e atitudes elaboradas dentro da organização legal e política da nação estado para satisfazer necessidades individuais e salvaguardar direitos individuais.

O Brasil de hoje é um terreno fértil de observação desses fenômenos nos quais se verifica a fragilização dos direitos, das instituições e, por conseguinte, a apatia da população, que está mesmo voltada para a luta pela sobrevivência. É pouco provável que o espaço público - que deveria ser a matriz dos fluxos de comunicação para o bem estar da população - destine-se realmente a essa finalidade, considerando-se que é difícil manter-se concentrado para problematizar publicamente as questões sociais, tendo em vista que as privações individuais e mais primárias são quase sempre mais prementes.

Na condição de direito social, a dimensão do trabalho permite ilustrar perfeitamente a discrepância entre a esfera normativa e a efetivação do que foi

previsto em lei. Tal processo permite identificar na sociedade brasileira a fluidez dos conceitos e a ruptura com o ideal de cidadania plena.

O trabalho, na condição de direito social, constitui-se num dos pilares da cidadania. Alguns autores chegam a afirmar que o trabalho é determinante de outros direitos sociais, como saúde, moradia e ainda atua como elemento fundante de inclusão social. O indivíduo fragilizado ou despossuído de trabalho tende a assistir à redução dos seus ganhos, bem como dos seus vínculos sociais, que sua atividade laboral proporcionava, tornando-se, assim mais exposto à pobreza e até à exclusão social.

Diante da importância do trabalho, a legislação brasileira reconhece a sua relevância na medida em que o Artigo 6º da Constituição de 1988 - referente ao trabalho, reconhece este como direito social, bem como condição da efetividade da existência digna (BRASIL, 1988). Nesse sentido, contempla o direito de acesso a uma profissão, à orientação profissional, à formação profissional, à livre escolha do trabalho, assim como à assistência social decorrentes das conquistas das relações empregatícias, tal como o seguro desemprego. Tais normas pragmáticas não conseguiram até hoje surtir efeitos em nossa sociedade, que inversamente sofre a mazela da precarização do trabalho e desemprego.

A sistemática do trabalho no Brasil permite afirmar que os direitos sociais não são exercidos plenamente, tendo em vista que a prerrogativa de um mínimo de bem estar não se estende à maioria da população. Diante dessa constatação, desdobram-se outras afirmações correlatas:

- a) O espaço público possui funcionalidade tímida, enquanto lócus de discussões das questões sociais como trabalho;
- b) A sociedade civil não está pressionando suficientemente o Estado na efetivação dos direitos;
- c) Os direitos políticos da maioria da população se resumem ao dever do voto;
- d) A democracia não vem sendo exercida satisfatoriamente, na medida em que não engendra a participação política popular;
- e) A cidadania está fragmentada, assim como os demais conceitos anteriores estão desgastados.

É necessário repensar o capitalismo vigente no Brasil, trazendo uma significação mais concreta da cidadania, de sorte a estreitar o abismo existente entre a lei e o seu funcionamento. Em meio a essa crise, torna-se indispensável fazer erigir uma nova organização social, cujos alicerces sejam baseados em princípios endógenos, haja vista que o modelo de desenvolvimento capitalista centrado no investimento privado internacional já apresenta sinais de falência, tendo em vista que promove uma das maiores desigualdades sociais do mundo.

A indústria petroquímica é um fértil campo de observação dos fenômenos de precarização do trabalho, principalmente nos aspectos estruturais, a exemplo do Polo Petroquímico de Camaçari. Dessa forma, evidencia-se a influência do global sobre o local, permitindo, sobretudo, uma visualização mais nítida das forças que atuam no processo em estudo.

2.4 INDÚSTRIA PETROQUÍMICA: A METAMORFOSE QUE DESCONTINUOU O CENÁRIO DO TRABALHO BRASILEIRO

A Indústria Petroquímica se compõe de produtos de primeira, segunda, terceira, quarta e quinta geração. Essas gerações são estágios de uma cadeia produtiva, de modo geral e dependendo do produto, partindo do produto básico para o produto intermediário até chegar ao produto final; os produtos de primeira geração são os mais primários e à proporção que vão incorporando novas tecnologias dão origem às gerações seguintes. No caso do PVC, por exemplo, o benzeno e o cloro estão na primeira geração, o MVC é a segunda geração, o PVC seria a terceira geração, os compostos de PVC, a quarta geração, e um produto final, como sandálias de borracha, baldes, brinquedos etc., que chega ao consumidor final, a quinta geração. Como exemplo da divisão internacional do trabalho, cabe aos países periféricos a produção de produtos de até a terceira geração, enquanto os principais países capitalistas, por possuírem pesquisa e tecnologia, produzem os de quarta e quinta.

O desafio dos países periféricos na era do aprofundamento da globalização é a conquista e a manutenção da competitividade ante a concorrência internacional.

As tendências dos anos 1990 são concentração, integração e mundialização crescente do capital. As empresas que desejem sobreviver precisam aumentar sua competitividade. Sendo assim, o setor petroquímico, para se ajustar ao ambiente de abertura comercial e concorrência externa, precisa vencer os desafios da eficiência produtiva e rentabilidade [...]. (FURTADO, 1994, p. 24).

As indústrias química e petroquímica, sintonizadas com a divisão internacional do trabalho, se ajustam perfeitamente aos padrões de eficiência fundamentados na reestruturação produtiva. Tais indústrias já despontam com ênfase na produtividade e eficiência em detrimento da valorização do capital humano.

A indústria química e a petroquímica é poupadora de mão de obra e intensiva em capital, características de um processo produtivo que já nasce altamente automatizado. Impõe novos padrões de produtividade, de relações de trabalho, de salários, e o próprio perfil dos trabalhadores. (DRUCK, 2001, p.175).

Em se tratando de Brasil, a divisão internacional do trabalho se reproduz internamente, originando a divisão regional. Nesta cabe aos estados como a Bahia - cuja demanda é predominantemente desqualificada e tecnologicamente atrasada (em relação a São Paulo) - a produção de produtos de primeira e segunda geração, enquanto São Paulo desenvolve os de terceira, haja vista que possui tecnologia para a execução de tal tarefa.

[...] A estrutura da indústria petroquímica baiana foi construída com vistas a se adequar aquela prevalecente no Sudeste particularmente a de São Paulo já que é nessa última região que se localiza sua demanda. Procurou-se construir no estado, dado a disponibilidade de matérias primas, um esquema produtivo auxiliar ao já existente e especializado na produção de insumos usados pelas empresas situadas no sudoeste do país. Ao invés da concorrência entre duas regiões, organizou-se uma estrutura complementar [...]. (CERQUEIRA, 2007, p. 36).

A lógica de funcionamento do setor petroquímico, na qual o capital privado assume o papel de sustentáculo, não atende às carências de desenvolvimento dos estados mais atrasados, na medida em que não responde às necessidades de desenvolvimento, que poderiam levar essas regiões à produção com mais valor agregado. Para Cerqueira (2007, p.140), “[...] Os investimentos privados, [...], não apresentam a tendência de desenvolver novas potencialidades, mas sim de

aprofundar as que o local já possui, aprofundando assim a especialização da produção”.

As empresas instaladas em localizações menos prestigiadas - sob o aspecto do valor de sua produção - se vêem forçosamente obrigadas a adotar ações precarizadoras das condições de trabalho com vistas à sua manutenção no mercado. Assim, tendem constantemente a reduzir o quadro de funcionários, pressionar fortemente o Estado para a redução de carga tributária e pagar salários mais baixos, se comparados com outras do setor.

2.5 EXEMPLO DA PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO NA BAHIA: O POLO PETROQUÍMICO DE CAMAÇARI

As indústrias química e petroquímica baiana se concentram principalmente na área de influência do Pólo Petroquímico de Camaçari, iniciando suas operações em 1978, sendo o primeiro complexo petroquímico planejado do país e está localizado no município de Camaçari, a 50 quilômetros de Salvador, capital do Estado da Bahia.

O Pólo de Camaçari foi uma das estratégias adotadas no período desenvolvimentista com o intuito de fortalecer as regiões metropolitanas com a criação de indústrias. Nessa época, o Brasil conhece o período de valorização de suas instituições, do salário, bem como a implementação dos direitos trabalhistas.

O capitalismo brasileiro de desenvolvimento tardio vivenciou um processo efetivo de acumulação industrial, a partir de Getúlio Vargas. Até então, as indústrias eram arraigadas a um processo de exportação do café. Somente a partir de 1930 a indústria brasileira deslanchou e posteriormente a Juscelino Kubitschek, em meados de 1950 deu o segundo salto. O terceiro foi experimentado a partir do golpe de 1964, quando se aceleraram a industrialização e a internacionalização do Brasil. O país vivenciou altas taxas de acumulação entre as quais a do milagre econômico. (1968-1973). (ANTUNES, 2006, p. 16, 17).

Nessa época, o governo atua fortemente com o fornecimento e controle por parte do Estado de matérias primas e produtos de primeira geração, controle de preços e regulamentação estatal, subsídio ao preço da Nafta (principal insumo da

indústria petroquímica). Esse panorama contrasta com a década de 1980, quando o Brasil experimenta os efeitos da reestruturação produtiva

Conforme Teixeira e Guerra (2000), a reestruturação produtiva teve início em 1989, com um novo ciclo de projetos, o qual elevou o investimento total no Pólo de Camaçari para aproximadamente U\$ 10 bilhões, aumentando significativamente a produção, sendo que a produção física sai de 2.544 mil toneladas em 1991 para atingir 4.980 mil em 1998, um acréscimo de 49%. Esse projeto se aliou à abertura comercial promovida no governo Collor e à globalização financeira que evolui na década de 1990, intensificando-se a partir de 2000.

[...] A reestruturação produtiva em curso no mundo e no país, num contexto de crescente globalização da economia e da sociedade em geral, ocorre através do movimento do capital e de escolhas do empresariado que, para manter a sua reprodução, nas condições históricas atuais, precisa destruir radicalmente a resistência operária e sindical, através do desmantelamento, da desintegração da individualização dos coletivos de trabalhadores, buscando reduzir e limitar ao mínimo necessário, a socialização do trabalho e a construção de sujeitos coletivos. Este processo, por sua vez tem implicado uma crescente precarização do trabalho, do emprego, das condições de vida e saúde dos trabalhadores e suas formas de luta e organização. (DRUCK, 2001, p. 184).

A reestruturação envolve um receituário no qual se evidencia a automação, que se fez acompanhar do aumento da produção e da substituição do homem pela máquina - fato que trouxe desemprego e precarização do trabalho de maneira mais ampla. Esse fenômeno também significou um aumento do controle, na medida em que cria padrões de produção internacionais, cujos instrumentos mais disseminados são os programas de qualidade total e os certificados ISO.

No que se refere aos motivos declarados para adotar a qualidade total, destacam-se aqueles identificados com os objetivos centrais definidos pelo modelo japonês: produtividade, redução de custos, qualidade e racionalização da organização do trabalho, todos eles indicados por 82% das empresas. Em seguida aparecem a de busca de competitividade no mercado externo (80%) e a obtenção do ISO-9000 (74%), sendo que a qualidade de vida e a participação dos trabalhadores foram motivos apontados por apenas 12% das empresas. (DRUCK, 2001, p.189).

A autora evidencia a evolução das estratégias, que levam ao aumento da produção no Pólo Petroquímico de Camaçari. De um modo geral, percebe-se a

ênfase na produtividade por meio de estratégias, que compõem a reestruturação produtiva, tais como automação, terceirização, fundamentação em padrão de qualidade. Identifica-se também uma despreocupação com o trabalhador e a garantia de suas já debilitadas conquistas.

Para um universo de 39 empresas químicas e petroquímicas, pertencentes ao Complexo Petroquímico de Camaçari, os dados revelam a terceirização e a qualidade total como as principais políticas da gestão do trabalho que vêm sendo implementadas. Assim, 38 empresas declararam recorrer à terceirização e 35 afirmaram ter programas de qualidade total das quais 85% começaram a aplicá-los a partir de 1990. (DRUCK, 2001, p.190).

É fundamental ressaltar que - simultaneamente às reduções de pessoal - as empresas também se empenharam em mudanças organizacionais e tecnológicas, configurando um quadro de reestruturação produtiva. No tocante às mudanças organizacionais, podemos destacar: implantação de programas de qualidade total, adoção da série de normas ISO 9000. Já, para as mudanças tecnológicas, podemos ressaltar a adoção de equipamentos de base microeletrônica na atividade central das empresas: o controle de processos (TEIXEIRA; GUERRA, 2000).

A terceirização é um dos traços típicos da subcontratação que caracteriza as relações de trabalho a exemplo do Pólo de Camaçari, no qual essas transformações têm como consequência a desregulamentação do trabalho, precarização e desemprego.

[...] Um dos objetivos centrais das novas políticas de gestão e organização do trabalho, assim como um dos resultados obtidos até agora, é a redução do número de trabalhadores com o enxugamento das empresas, que se dá através de demissões e do processo de terceirização em curso. (DRUCK, 2001, p.185).

Na indústria petroquímica de Salvador, a partir da década de 90 intensificou-se a terceirização em áreas já subcontratadas como, por exemplo, limpeza- 26%, vigilância e segurança patrimonial- 46% e manutenção predial 23%. Em 2000, promoveu-se uma nova pesquisa e constatou-se que 87% das empresas terceirizam a limpeza, 93% subcontratam vigilância e segurança patrimonial e 67% a manutenção predial. (DRUCK, 2003, p. 14).

De acordo com a mesma autora e profissionais do Complexo Petroquímico de Camaçari, a principal crítica se refere à falta de treinamento e habilidade pelos

contratados, que terminam por trazer danos para a empresa-mãe. Tal imperícia dos subcontratados determinou o aumento do número de acidentes de trabalho, bem como a elevação das doenças ocupacionais.

A indústria - assim como os setores de serviços etc. - adota políticas de flexibilização do trabalho e em sua expressiva maioria consegue alcançar o objetivo de diminuir a despesa, aumentando o lucro. Entretanto, essa acumulação impõe sacrifícios danosos ao social, trazendo prejuízos de diversas ordens a cidadãos e familiares, que forçosamente experimentam o dissabor de se sentirem preteridos.

Entendo-se que as questões sociais do trabalho são resultantes das transformações (mutações) nas relações trabalhistas e que estas verdadeiras metamorfoses ocorrem em sintonia com a globalização, é necessária a reflexão sobre a extensão verdadeira desta questão, principalmente em relação aos possíveis efeitos da globalização. Desta forma para melhor compreender esses possíveis efeitos sobre o mercado de trabalho, serão examinados, a seguir, dados específicos sobre o trabalho dos principais setores da economia baiana.

CAPÍTULO 3 A BAHIA NO CENÁRIO DO TRABALHO GLOBALIZADO

A Bahia apresenta um quadro no qual se reproduzem as características do mercado de trabalho nacional onde se insere, padecendo também com traços que lhes são peculiares e aprofundam a problemática trabalhista. Não obstante, observa-se um cenário caracterizado pela conjugação de fatores universais, como reorganização do trabalho sob a ótica do enxugamento das empresas, aliado a outros regionais como baixo nível de escolaridade, retração do emprego industrial em detrimento de outros menos estáveis e com menor longevidade.

Na década de 1980, o mercado de trabalho baiano caracterizou-se pela presença de alguns fenômenos, como precariedade no vínculo empregatício e baixa absorção de mão de obra pela indústria de transformação; “[...] observa-se uma forte concentração nas atividades de prestação de serviços (que englobam o setor de serviços e administração pública), que respondiam no final da década de 1980, por quase 60% das vagas existentes”. (SEI, 1999, p.47).

O Estado baiano, nessa década, assume relevante papel na geração de trabalhos formais nos quais as relações são institucionalizadas com o registro em carteira de trabalho, equilíbrio econômico e social, na medida em que amplia sua demanda por servidores públicos. Tal iniciativa, possivelmente, tenha sido uma medida compensatória às perdas de emprego, sobretudo na indústria. De acordo com a RAIS, foram criados mais de 80 mil postos no Estado no período de vigência do Plano Cruzado, compreendido entre 1983 e 1986 (BRASIL, 2010).

Tem-se uma ideia da importância do setor público no mercado de trabalho formal, na Bahia, quando se constata que o número estimado de novos postos gerados pelo setor na década de 80 é mais ou menos equivalente ao estoque de vagas estimado pela indústria de transformação em 1989. (SEI, 1999, p. 47).

Há que se reconhecer nessa iniciativa o empenho do governo em reduzir o desemprego, todavia é importante frisar que essa medida se constitui numa ação elitista, tendo em vista que o ingresso nesse setor usualmente ocorre pela via do concurso público, cuja tendência de aprovação recai sobre os indivíduos mais preparados em suas respectivas áreas de atuação. Em decorrência disso, os

indivíduos menos preparados, os quais mais necessitam de ações para inclusão no mercado, são aqueles que tendem a não ser absorvidos.

O segmento industrial baiano, notabilizado pelo processo de transformação intermediário, reflete visivelmente esse momento de retração no qual o desemprego desponta como flagrante manifestação de desequilíbrio econômico e social. Tamanha idiosincrasia pode ser mensurada pelas estimativas baseadas na RAIS, que apontam para a eliminação de algo em torno de 2.500 vagas entre 1980 e 1989. Com isso cai de 15% para 12,5% a participação do setor no estoque de vagas (SEI, 1999, p.48).

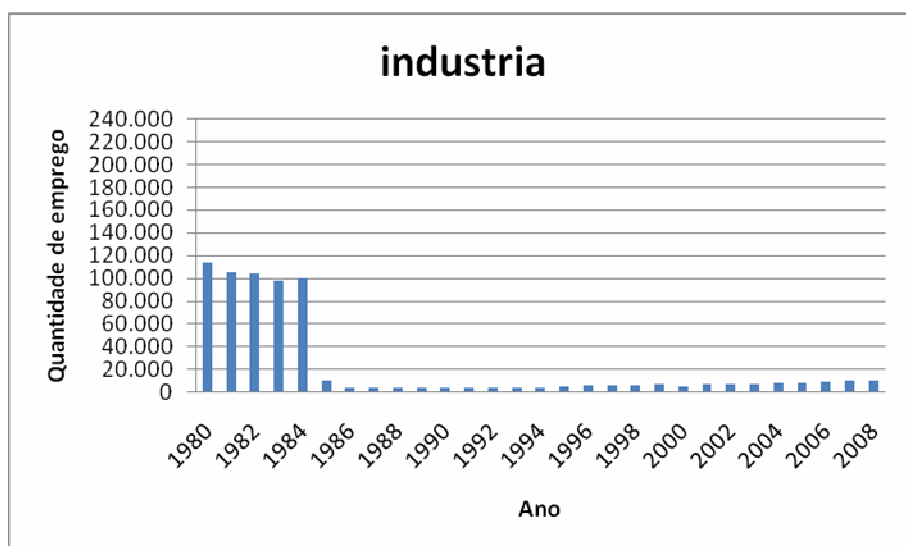


Gráfico 2 - Emprego na indústria - 1980 a 2010 – Bahia
Fonte: RAIS e CAGED (2010).

O Gráfico 2 ilustra a descontinuidade no emprego industrial na Bahia principalmente a partir de 1985, quando a globalização e a reestruturação produtiva se fazem notar com mais ênfase, desorganizando o mercado de trabalho; disso decorre a formação de uma massa de desempregados, que Castel (1998) denomina de supranumerários, os inúteis do mundo.

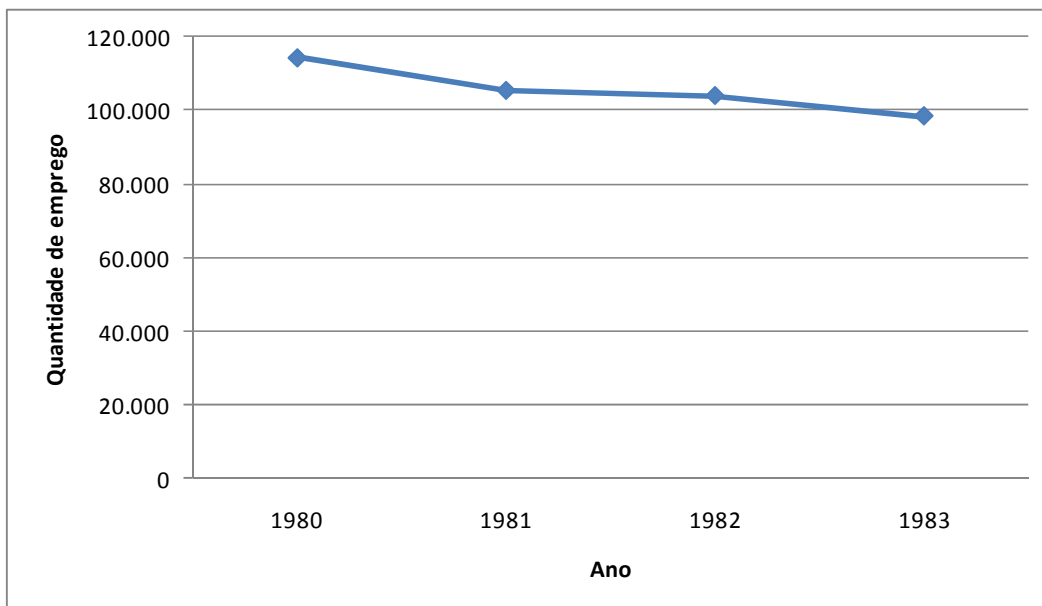


Gráfico 3 - Emprego na indústria - 1980 a 1983 – Bahia
Fonte: RAIS (2010).

O Gráfico 3 que elucida o período entre 1980 e 1983 reflete a inflexão no emprego industrial, proveniente do endividamento externo.

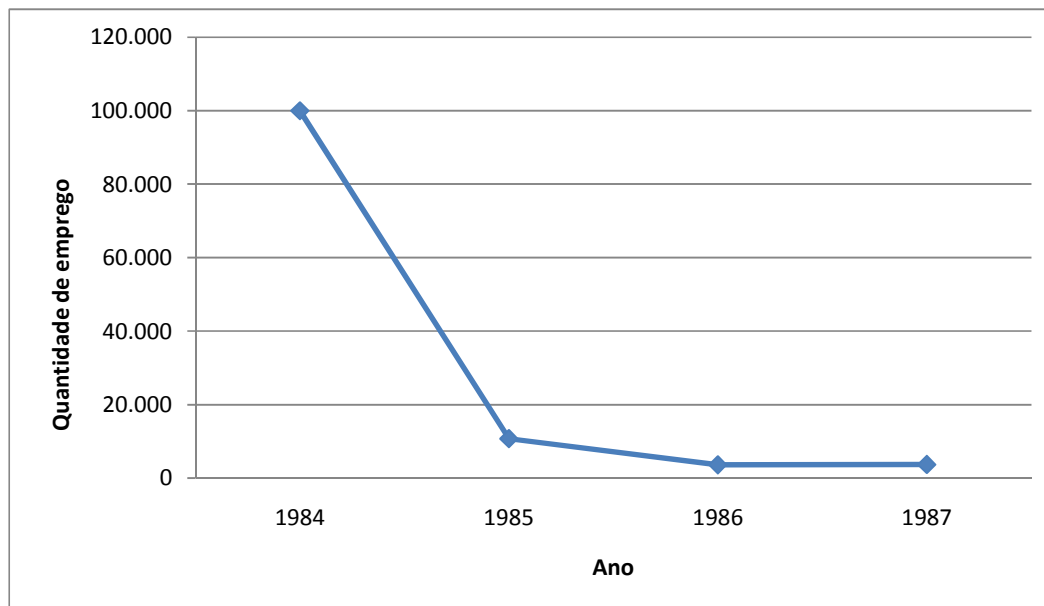


Gráfico 4 - Emprego na indústria - 1984 a 1987 – Bahia
Fonte: RAIS (2010).

O Gráfico 4 identifica a tendência na retração no emprego, a qual é acentuada posteriormente a 1985 em função do impacto dos fatores estruturais: globalização e reestruturação produtiva, usualmente acompanhadas de terceirizações. Somente

após 1986 há uma discreta melhora em função do novo ânimo conferido pelos planos Cruzados (1986) e Bresser (1987).

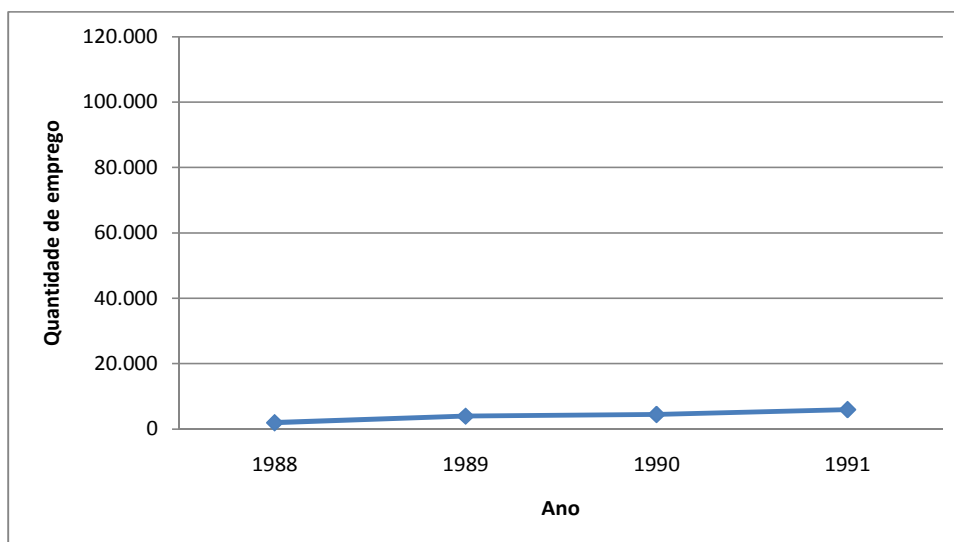


Gráfico 5 - Emprego na indústria - 1988 a 1991 – Bahia
Fonte: RAIS (2010).

O Gráfico 5 compreende um período marcado por dois momentos distintos no que concerne ao mercado industrial na Bahia. O primeiro, que vai até 1989, reflete a letargia ante o insucesso do Plano Cruzado e do Plano Bresser. A partir de 1990, com a fase inicial do Plano Collor, há uma ligeira retomada do emprego industrial. Entretanto, é um trabalho mais terceirizado, logo é um incremento menor e mais flexível do que o observado no início de 1980, segundo Graça Druck (2001) assinala em sua obra *Terceirização: desfordizando a fábrica*.

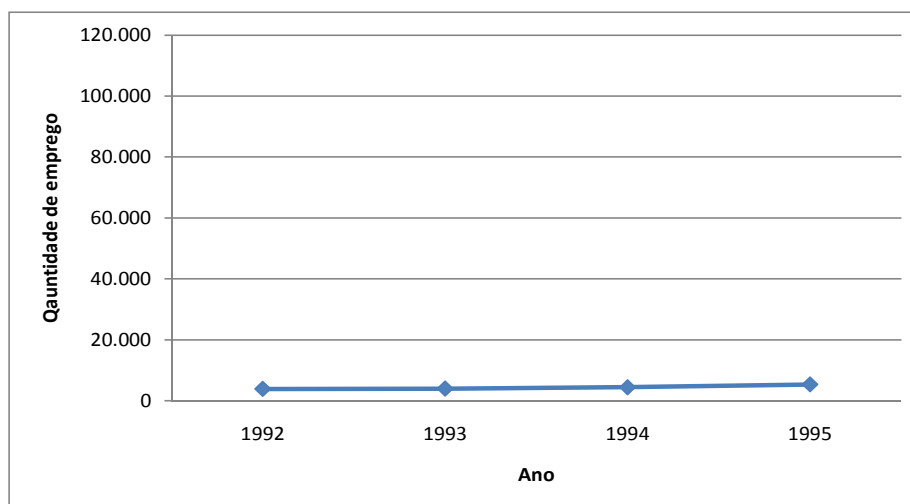


Gráfico 6 - Emprego na indústria - 1992 a 1995 – Bahia
Fonte: RAIS (2010).

O Gráfico 6 reflete a acomodação do emprego sob a égide do Plano Collor, bem como o impulso verificado com a implantação do Plano Real, em 1994. Não raro, os anos de lançamento de planos econômicos são acompanhados de aumento de investimentos diretos externos, o que faz aumentar discretamente o nível de emprego num primeiro momento.

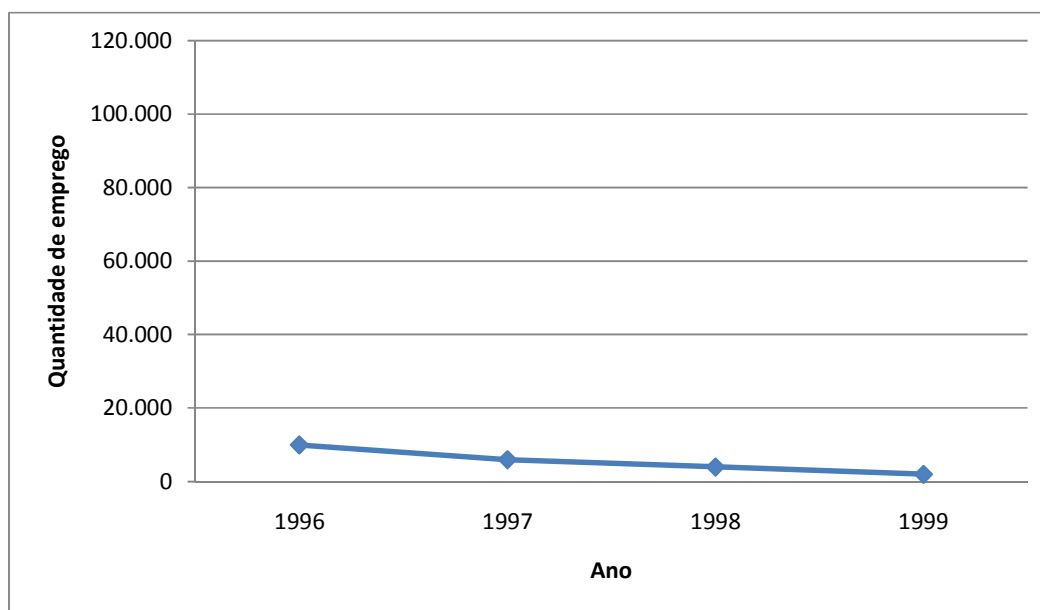


Gráfico 7 - Emprego na indústria - 1996 a 1999 – Bahia
Fonte: RAIS (2010).

O Gráfico 7 reflete a crise financeira mundial dos tigres asiáticos⁸, que levou a uma política de restrição ao crédito, impactando fortemente o nível de empregos. Devido a essas perdas foi adotado o câmbio flutuante em 1999.

⁸ *Tigres asiáticos* é a expressão usada para denominar os territórios do Japão, Coréia do Sul, Hong Kong e Taiwan, que tiveram um crescimento robusto.

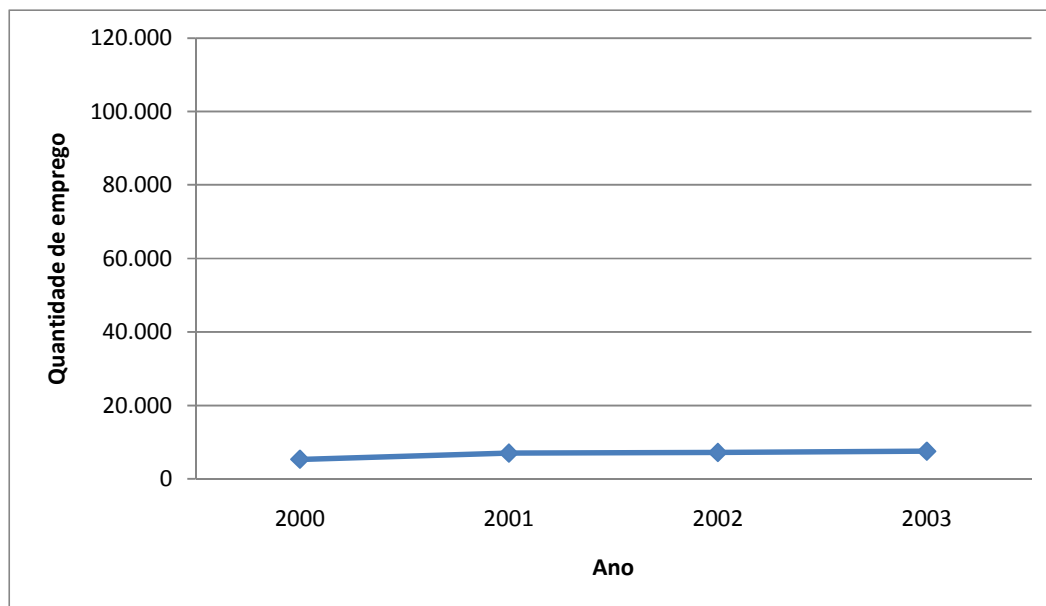


Gráfico 8 - Emprego na indústria - 2000 a 2003 – Bahia
Fonte: RAIS (2010).

O exame do Gráfico 8 demonstra que a nova política cambial (câmbio flutuante em 1999) surtiu efeito, refletindo-se na ampliação de postos de trabalho, mas após 2002 evidencia uma nova queda nas ocupações industriais baianas e incremento de outros segmentos cuja segurança no trabalho é menos comum.

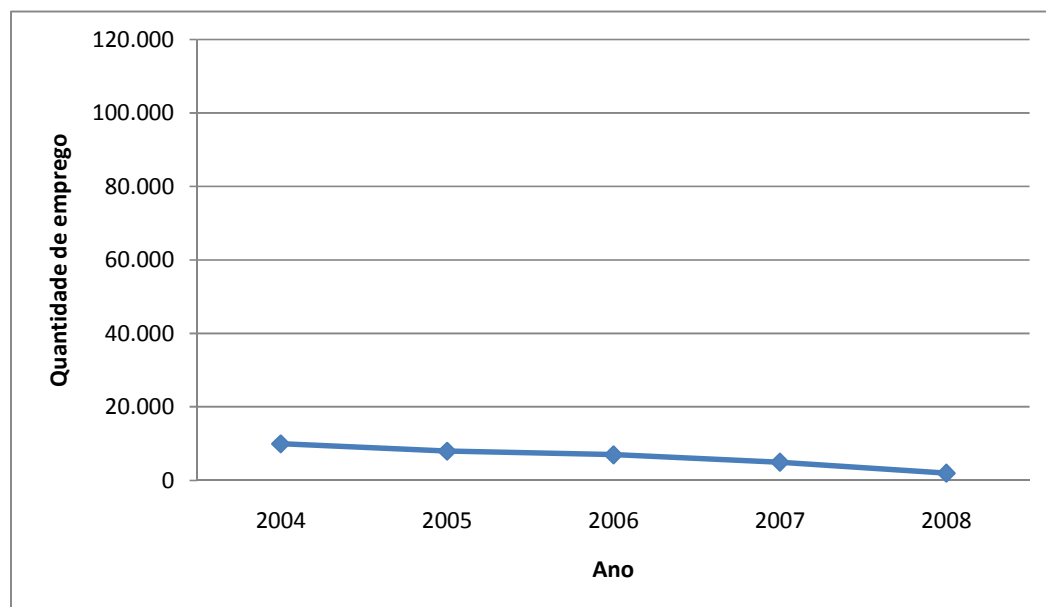


Gráfico 9 - Emprego na indústria - 2004 a 2008 – Bahia
Fonte: RAIS (2010).

O Gráfico 9 reflete a queda progressiva no estoque de empregos na indústria, justamente o trabalho de maior longevidade da economia baiana. Assim, assiste-se à desestabilização dos estáveis mencionada por Castel (1998).

No período compreendido entre 1975 e 1980, a indústria baiana de transformação apresenta um processo de crescimento. Na primeira metade da década de 1980, o setor industrial de transformação registra taxa de crescimento de 4,7% a.a. A expansão é determinada pela continuidade dos investimentos petroquímicos no Pólo de Camaçari.

As inflexões que se sucedem aos períodos subsequentes aos planos econômicos, a exemplo do Gráficos 7 e 8, são traços comuns a todos os setores da economia baiana notadamente no setor industrial, cuja necessidade de capital intensivo é recorrente. Tais momentos de retração podem ser determinados pelo aparecimento de outros mercados em condições mais rentáveis, pelo desejo incessante de novas vantagens atrativas ao capital externo. A crise verificada em meados de 1990 contribuiu para a descontinuidade do setor industrial baiano de transformação, uma vez que os bens intermediários chegam mais caros ao Centro-Sul que aqueles importados por essa região, perdendo competitividade e, portanto, mercado.

No final do século XX, as transformações mais gerais do mercado de trabalho baiano seguem em consonância com as mudanças em curso no mercado de trabalho nacional. Assim, algumas características vigentes na década anterior não só estão presentes como se intensificam ao longo de toda a década de 1990. Dentre elas, destacam-se: redução da demanda de mão de obra por parte das grandes empresas; perda de rendimentos dos trabalhadores; precariedade dos postos de trabalho gerados e precarização dos já existentes. A essas características adiciona-se o aumento do nível de desemprego na Bahia, cuja taxa salta de 4,0% para 9,1%, em média, entre as décadas de 1980 e 1990.

De acordo com as contas regionais mencionadas na publicação da SEI, *O PIB da Bahia 1975-2000*, na década de 1990, a indústria de transformação baiana preside a elevação do Produto Interno Bruto (PIB) da economia local. Não obstante é tentador supor que tal evolução levaria à ampliação da oferta de trabalho, apoiado na ideia de que crescimento econômico produz emprego. Entretanto, esse raciocínio

não se confirma, provavelmente, em virtude da ação de fatores estruturantes do capitalismo, tais como globalização e reestruturação produtiva, os quais se destinam à exploração do trabalhador. Esses mecanismos conduzem ao aumento da produtividade com redução do quadro de funcionários, proporcionando a ampliação do lucro. Por conseguinte, verifica-se que o aumento do PIB não reflete invariavelmente a criação de novos postos de trabalho.

O fato de a Bahia apresentar um incremento de 27,95% em seu PIB nestes 10 anos e de aumentar a sua participação no PIB nacional, passando de 4,9% em 1980 para 5,3% em 1990, graças fundamentalmente ao crescimento da indústria de transformação, não implicou numa ampliação do mercado de trabalho que refletisse, sob o ponto de vista econômico e social, a capacidade de gerar empregos, de modo que a situação ocupacional caracterizada pela precariedade e informalidade fosse minorada. (SEI, 1999, p. 50).

Com a implantação do Plano Real fortemente impregnado do viés de estabilização econômica, a Bahia obteve, em 1994, uma taxa de crescimento do PIB de 3,6%, menor que a da economia brasileira. O país inaugurava um novo ciclo, consolidando sua imagem de “responsável sob o ponto de vista fiscal”, relegando o social muitas vezes a segundo plano.

Em 1995, para a manutenção da estabilidade econômica, foi necessária a adoção de medidas contracionistas, como a elevação da taxa de juros, restrição ao crédito e o aumento de alíquotas do imposto de importação de alguns produtos. Essas medidas influenciaram o baixo desempenho da economia, que aliada ao baixo desempenho da agricultura (queda de 3,6%), fizeram com que o PIB baiano apresentasse um resultado sofrível de apenas 1,0%.

Em 1996, a economia baiana cresceu 2,7%, taxa idêntica à da economia brasileira. Esse desempenho é o reflexo aos incentivos governamentais. Todavia, foi em 1997 que esses instrumentos do desenvolvimento econômico obtiveram o seu maior índice da década, 6,6%.

O PIB brasileiro, em 1998, registrou uma taxa de crescimento de 0,1% de acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2000). É uma taxa considerada baixa, mas que refletiu as adversidades que afetaram a economia nacional com o aprofundamento da crise financeira mundial, proveniente da Rússia, dos tigres asiáticos e das medidas econômicas restritivas do governo para assegurar

a estabilidade de preços, que contiveram o crescimento. Essas medidas econômicas se abateram sobre o PIB baiano, que, em 1998, apresentou um pequeno crescimento de 1,7%.

O ano de 1999 foi marcado por mudanças acentuadas na condução da política econômica, principalmente na política cambial, com a mudança de câmbio fixo para flutuante, por causa do agravamento da crise internacional e pela perda sucessiva de reservas. Apesar das suas especificidades, a economia baiana refletiu, em 1999, o desempenho da economia nacional, com um crescimento de 2,2%.

A análise da década de 1990 permite constatar não só a intensa imbricação entre o crescimento nacional e o baiano, mas também possibilita o entendimento das estratégias adotadas com vistas à inserção ocupacional. Nesse bojo, emergem algumas crenças, cuja veracidade é questionável, a exemplo da conquista do posto de trabalho, mediante elevação da instrução. A resultante disso é a ampliação do contingente de pessoas com maior nível de instrução, contudo a conquista do diploma não representa inexoravelmente um posto de trabalho. Essa distorção se deve ao fenômeno do aumento do ingresso de pessoas escolarizadas no mercado de trabalho, sem necessariamente ampliação dessas vagas.

[...] Identifica-se por meio da evolução do número de empregos e dos postos de trabalho de qualificação superior, o hiato cada vez mais crescente entre a quantidade de mão de obra de nível superior e, em contrapartida, a escassez da oferta de trabalho. Há o aumento do desemprego aberto de 2,1% para 4,8% em 1987 e 1997-2002 para superior completo. No mesmo período a variação para superior incompleto foi de 9% para 14,2%. (GARCEZ, 2003, p. 33).

A ampliação da oferta da mão de obra com melhores níveis de instrução está intimamente associada a dois fatores: a ampliação do repertório de universidades e ao sistema de progressão continuada. É possível constatar que a quantidade de matrículas ofertadas no ensino superior privado baiano elevou-se consideravelmente na década de 1990.

O boom do ensino superior na década de 90 no estado da Bahia se deve, sobretudo, ao crescimento do número de instituições de ensino privado, influenciado em parte pelo incremento do número de alunos

concludentes do ensino médio e pelas políticas de universalização do ensino. (GARCEZ, 2003, p. 33).

O sistema de progressão continuada é assim denominado por referir-se à organização do ensino, no caso do ensino fundamental, em dois ciclos e não mais em séries anuais, prevendo-se a continuidade dos estudos, sem reprovação do aluno, a não ser em caso de excesso de faltas. Com efeito, pode-se afirmar que a proliferação da oferta de alunos com ensino médio concluído, não se fez acompanhar do crivo qualitativo dos mesmos.

A subtração da População Economicamente Ativa (PEA) do contingente populacional de até 24 anos, cuja dedicação exclusiva é o estudo, talvez seja determinada pela exigência de escolaridade imposta pelo mercado. Obviamente que esse fenômeno tende a se verificar entre os indivíduos cujas famílias possuem renda para arcar com sua inatividade estratégica. Outrossim, o pensamento deles se baseia no princípio de estudar para melhorar as oportunidades de emprego.

Os segmentos representados pelos adolescentes e jovens (15 a 24 anos) apresentava-se como 27,5% da População Economicamente Ativa (PEA). Entretanto, a sua taxa de participação caiu de 63,3%, em 1992, para 63,1%, em 1999. É importante considerar que dos jovens que não estão no mercado de trabalho, uma parcela considerável (42,2%) dedica-se somente ao estudo. Esse fato demonstra que o ingresso do jovem na vida ativa pode estar sendo retardado, devido à maior seletividade do mercado de trabalho. A faixa etária de maior inserção é entre 25 e 39 anos, seguida pela faixa de 40 a 59 anos (SEI, 2003, p. 50).

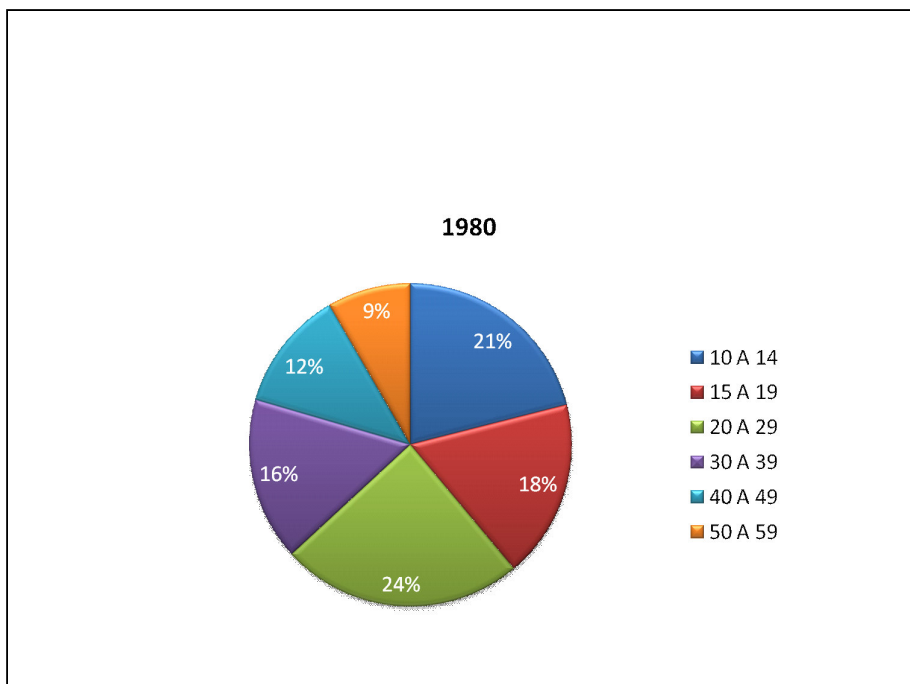


Gráfico 10 – População por faixa etária na década de 1980 – Bahia
Fonte: SEI (2003).

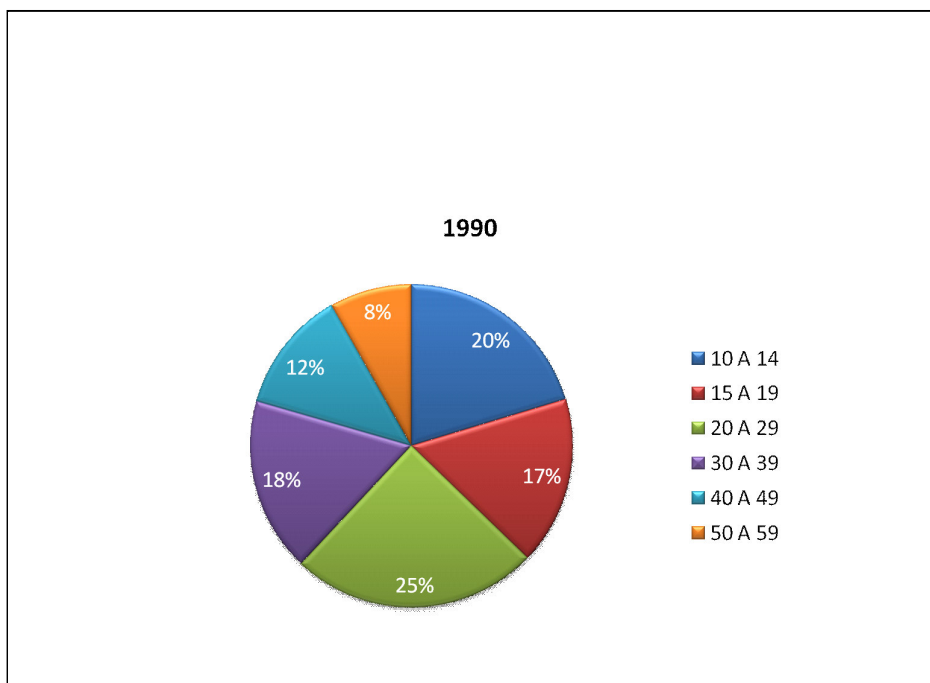


Gráfico 11 – População por faixa etária na década de 1990 – Bahia
Fonte: SEI (2003).

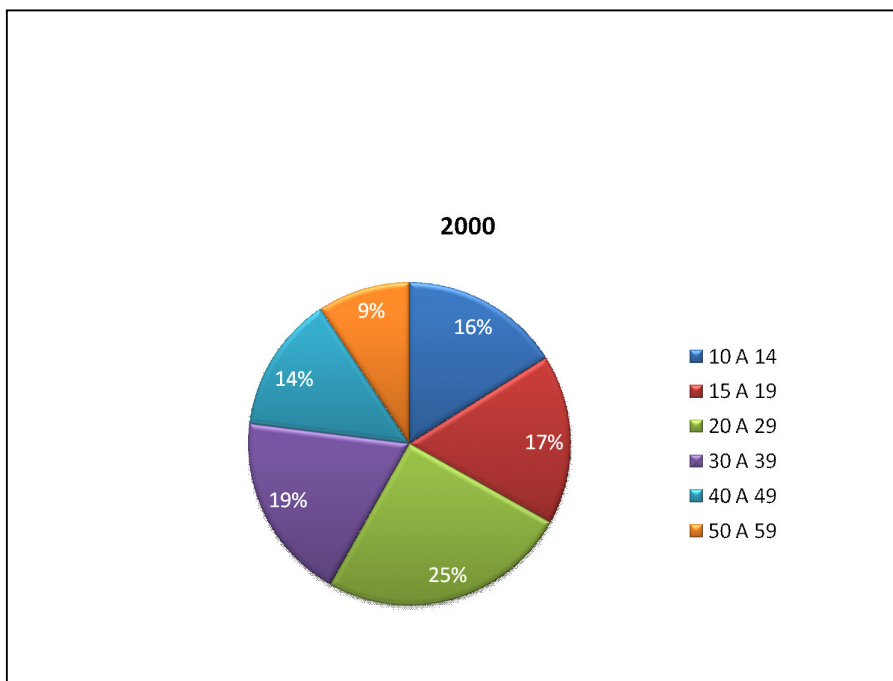


Gráfico 12 – População por faixa etária na década de 2000 – Bahia
Fonte: SEI (2003).

De acordo com o assessor de comunicação do Sistema Nacional de Empregos (Sine)⁹, na Bahia, Lucas Sande, a inserção profissional do jovem é agravada em virtude da escassa orientação ao mercado de trabalho. Disso resulta a concentração em torno de atividades cuja empregabilidade é baixa, notadamente nas áreas de comunicação, direito e economia.

Outro agravante destacado é a desorientação no desenvolvimento de habilidades e competências para exercer a profissão postulada. Disso resulta a diplomação de estudantes mal preparados, cujo ingresso no mercado tende a ser em áreas com status menos privilegiado como no comércio e telemarketing.

É notória a defasagem na orientação ao mercado, todavia não é possível atribuir a responsabilidade aos estudantes, uma vez que o Sine é o liame entre oferta e demanda de trabalho. Sendo assim, no seio das suas funções de orientação e qualificação profissional, caberia a essa entidade assumir o papel orientacional e

⁹ O Sistema Nacional de Emprego (Sine) foi criado por um decreto, em outubro de 1975, tendo como funções a) a intermediação de mão de obra; b) a implementação de um seguro desemprego; c) a reciclagem e formação profissional d) geração e análise de informações sobre o mercado de trabalho; e e) promoção de projetos de emprego e renda. Este sistema sob a coordenação do Ministério do Trabalho (MTE) deveria abranger os serviços e agências públicas de emprego, federais e regionais, bem como os serviços privados de emprego.

qualificador de diplomados, complementando sua formação. Tamanho empenho seria similar ao desenvolvido com vistas ao ingresso no mercado de trabalho de jovens egressos do ensino médio público. Entretanto, os recursos mantenedores, em grande medida, provenientes do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), provavelmente não permitam tal ampliação de atuação. Em verdade, é necessário refletir e adotar estratégias para a promoção do emprego junto aos jovens diplomados em curso superior, tendo em vista que tal população vem crescendo robustamente desde 1990, aumentando em 2000 e inversamente assistindo à profissão dos seus sonhos se esvaír.

A análise do Gráfico 13 permite aferir que a população economicamente ativa nas décadas de 1980, 1990 e 2000 vem crescendo em ritmo superior à oferta de emprego no mesmo período. Em meio a esse cenário, é importante ressaltar que houve ampliação na quantidade de empregos tanto nos intervalos de 1980 a 1990, quanto de 1990 a 2000, sendo que neste último o incremento é ainda mais robusto. Todavia, essas ampliações não são suficientes para promoção do trabalho perante a população, cuja faixa etária entre 18 e 60 anos é a mais apropriada ao labor, segundo Joílson Souza, disseminador de informações do IBGE (2010).

Ainda de acordo com o Gráfico 13, a ampliação na geração de empregos em 1990 e 2000 é incapaz de absorver o passivo da população economicamente ativa da(s) década(s) antecedente(s). Por conseguinte observa-se o que diversos autores denominam de formação de exército de reserva.

A década de 2000 é a mais controvertida e complexa entre as demais estudadas, na medida em que reproduz alguns fatores de precarização do trabalho, da mesma forma que outros deixam simplesmente de atuar ou reverterem sua tendência, na opinião de alguns analistas.

População ativa e número de empregados

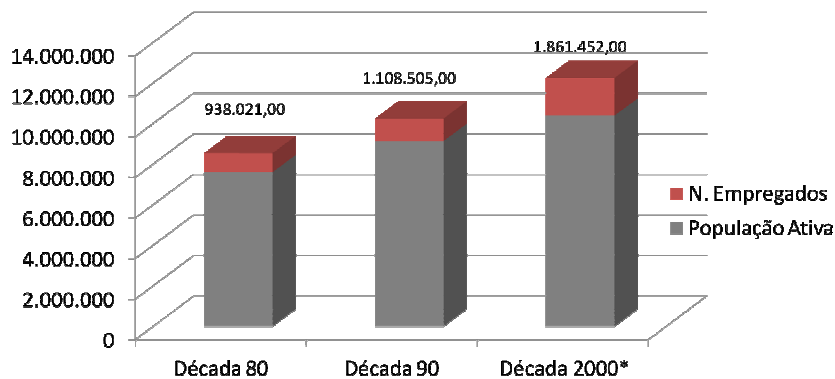


Gráfico 13 – População ativa e número de empregados – década de 1980 à década de 2000 – Bahia
 Fonte: RAIS (2010).

A economia baiana, nesse período, acompanha e em determinadas vezes supera o ritmo e o crescimento econômico brasileiro. Sendo que tal elevação encontra seus alicerces na explosão dos setores de construção civil e serviços. É também na primeira década deste século que a indústria inicia o processo de recuperação, porém de maneira mais discreta ao período entre 1950 e 1980 e assentada sob uma organização do trabalho mais desfiliada, na qual impera a subcontratação, diferentemente do emprego formal de outrora.

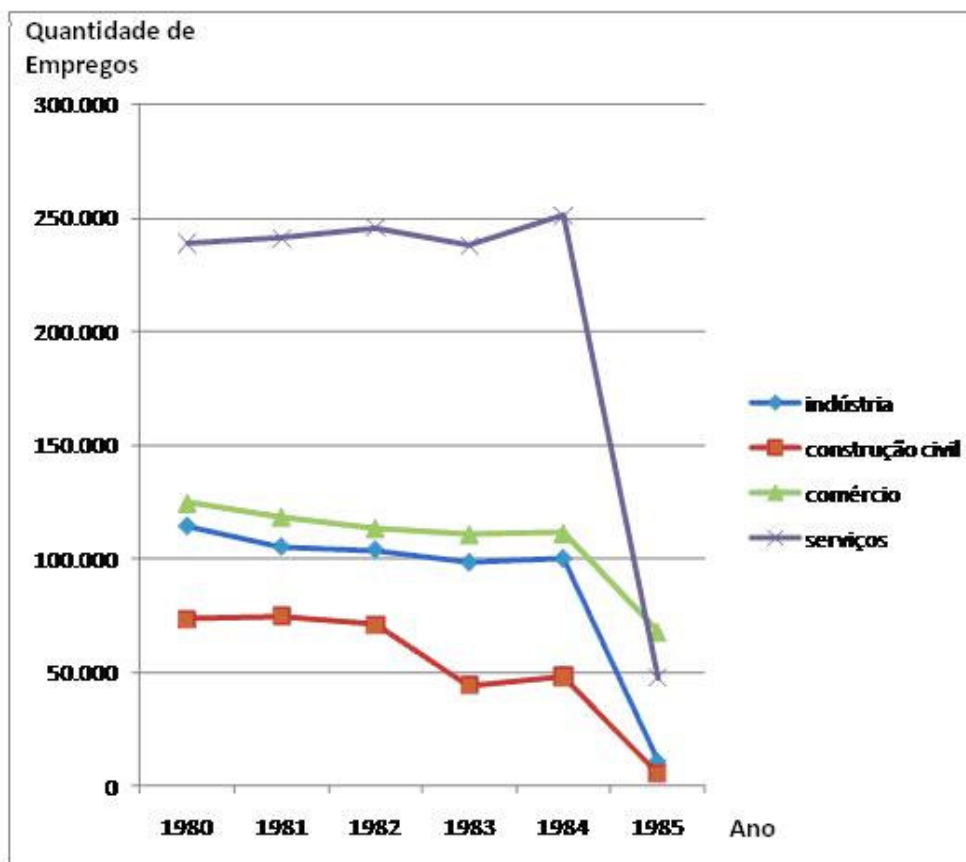


Gráfico 14 – Emprego por atividade econômica – 1980 a 1985 – Bahia
Fonte: RAIS (2010).

A análise do Gráfico 14 denota a retração das principais matrizes de emprego na Bahia em função do declínio do modelo nacionalista. Sendo assim, o emprego industrial (fortemente subsidiado com recursos estatais) sofre uma das maiores retrações depois de serviços.



Gráfico 15 – Emprego por atividade econômica – 1985 a 2008 – Bahia
Fonte: RAIS (2010)

O Gráfico 15 reflete as oscilações dos principais eixos de sustentação da economia baiana a partir de 1985, momento em que a globalização intensifica sua ação no Brasil e também na Bahia. Após 2008, o cenário do emprego é novamente abalado por uma crise econômica, a qual será retratada mais adiante.

3.1 PRINCIPAIS ATIVIDADES ECONÔMICAS BAIANAS NA ERA DA GLOBALIZAÇÃO FINANCEIRA

As metamorfoses do trabalho no mundo alteram significativamente o cenário do trabalho na Bahia, na medida em que algumas atividades que na década de 1980 eram os pilares de sustentação da economia, tornam-se esvaziadas na década seguinte. Disso decorre a ascensão de outros eixos de sustentação, os quais impuseram um processo de mudanças na esfera trabalhista, cuja efetivação, não raro, proporcionou a precarização do trabalho e desemprego. Nesse bojo, emergem os setores da construção civil, serviços, comércio e indústria.

Em 1970, a construção civil foi impulsionada pela construção do Pólo Petroquímico de Camaçari.

Em 1980, os perversos efeitos da crise nacional impediram a manutenção do ritmo de crescimento, sobretudo na construção pesada, financiada principalmente pelo Estado.

A construção civil, segundo Nascimento (apud SEI, 2002a) apresentou até a década de 1980 uma feição de execução de obras financiadas pelo Estado para a edificação notadamente de equipamentos públicos estatais com a construção do Polo Petroquímico de Camaçari. Entretanto, os efeitos da crise nacional impediram a continuidade dos investimentos por parte do Estado.

A partir de meados da década de 1980, a expansão da crise nacional obrigou o estado a minimizar as suas despesas orçamentárias, causando redução da sua demanda por obras de infra-estrutura e edificações públicas. Assim, o segmento da construção reorientou a sua oferta para obras de edificações privadas residenciais e comerciais. (NASCIMENTO apud SEI, 2002a, p. 93).



Gráfico 16 – Emprego na construção civil – 1980 a 2010 – Bahia
Fonte: RAIS (2010).

O Gráfico 16 reflete os principais momentos de expansão e retração da construção civil. Após 1980, o setor sofre descontinuidade em função do desaquecimento das obras públicas financiadas pelo Estado. Posteriormente a 2002, há uma retomada em função dos investimentos externos, do avanço dos condomínio particulares, mas é um movimento menos vigoroso do que o verificado em fins da década de 1970.

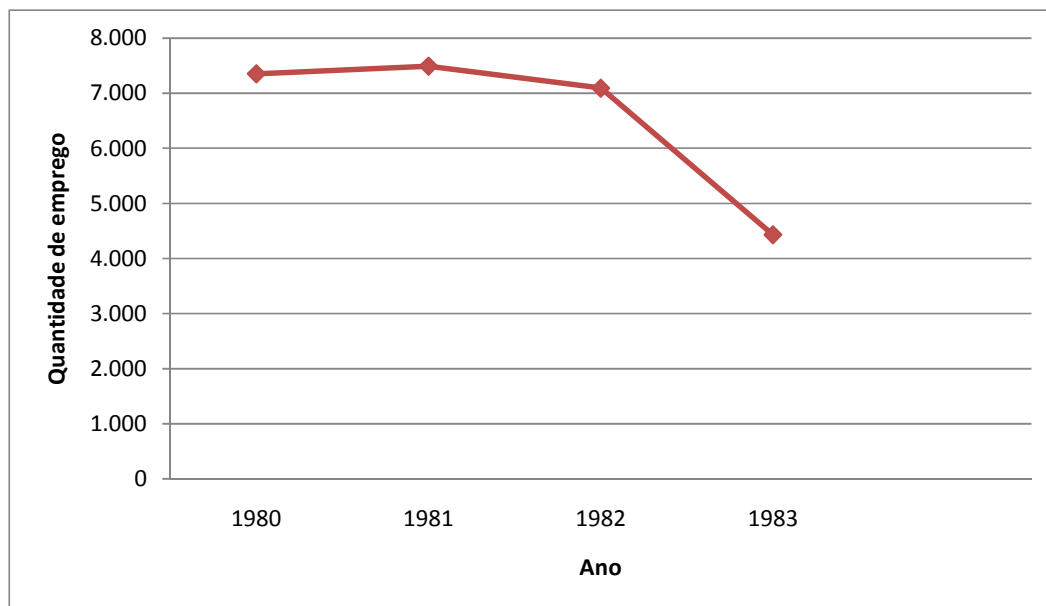


Gráfico 17 – Emprego na construção civil – 1980 a 1983 – Bahia
Fonte: RAIS (2010).

Os gráficos 17 e 18 representam a queda do emprego na construção civil em função da descontinuidade dos subsídios governamentais.

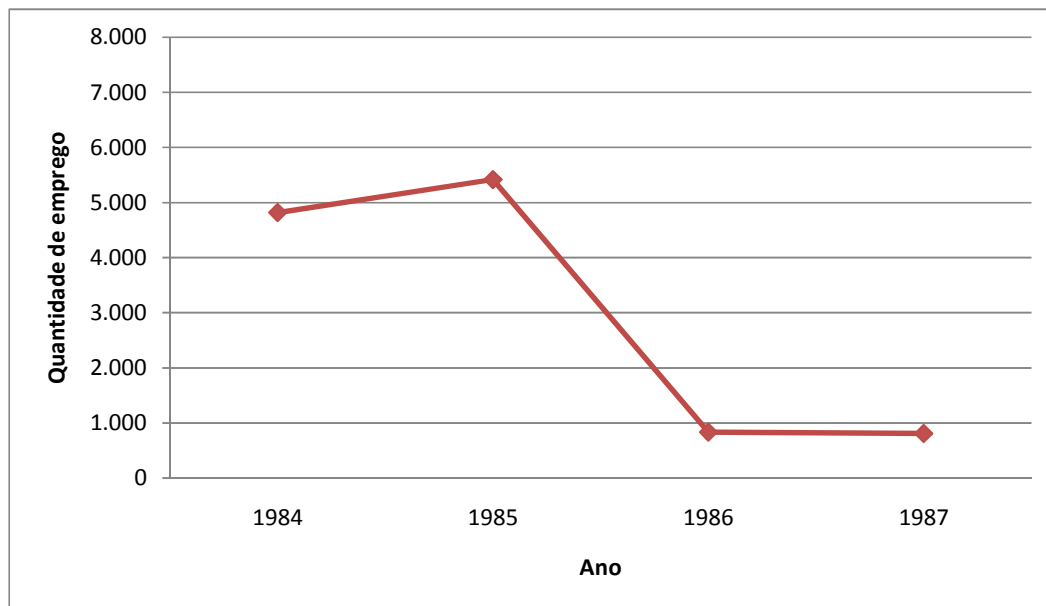


Gráfico 18 – Emprego na construção civil – 1984 a 1987 – Bahia
Fonte: RAIS (2010).

O período ilustrado no Gráfico 18 denota a queda de postos de trabalho na construção civil em decorrência do menor poder de investimento que as obras particulares exigiam. A partir de 1985, o processo de globalização tornou-se mais

vigoroso no Estado, todavia não representou fortalecimento do segmento de imediato.

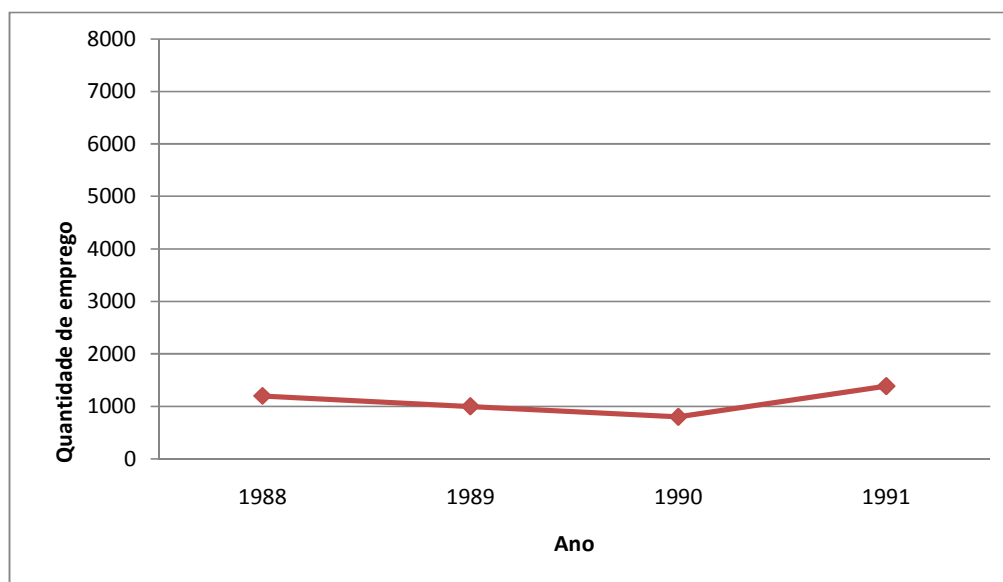


Gráfico 19 – Emprego na construção civil – 1988 a 1991 – Bahia
Fonte: RAIS (2010).

O setor em questão se desestrutura, proporcionando acentuação de desligamentos, que se estende até o início da década de 1990, ocorrendo uma significativa recuperação do trabalho nos meados desta década. Dentre os fatores que concorreram para essa recuperação, evidencia-se a estabilização da economia e absorção de mão de obra preterida pela indústria petroquímica (Gráficos 19 e 20).

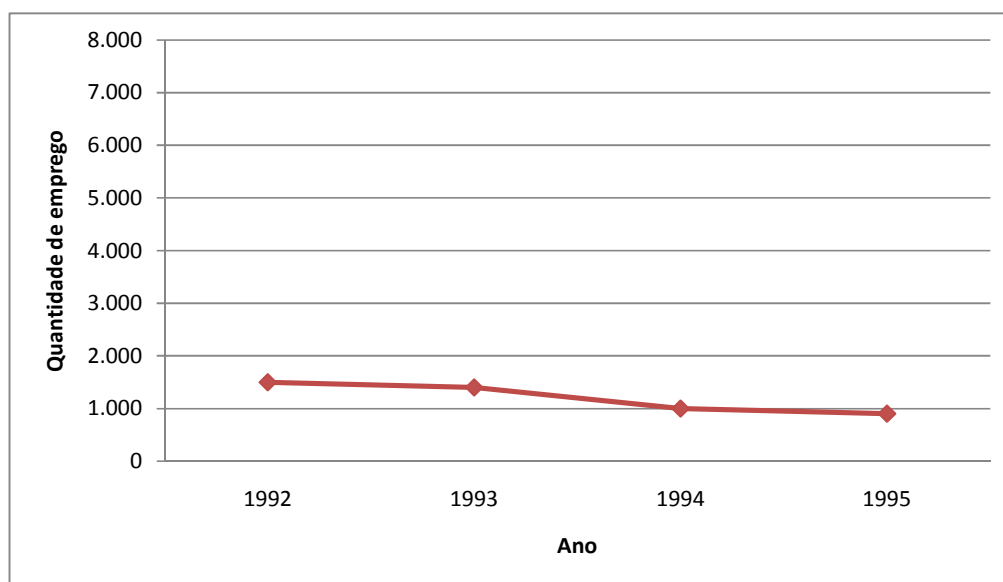


Gráfico 20 – Emprego na construção civil – 1992 a 1995 – Bahia
Fonte: RAIS (2010).

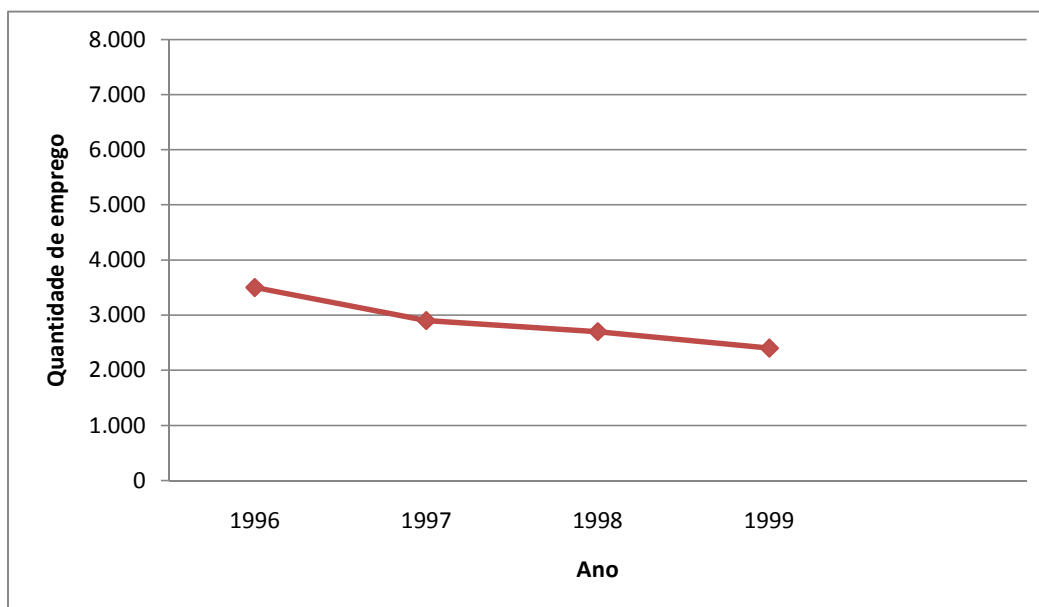


Gráfico 21 – Emprego na construção civil – 1996 a 1999 – Bahia
Fonte: RAIS (2010).

A crise financeira asiática de 1996 fez com que os investimentos externos na construção civil baiana fossem reduzidos, fato que resultou em contração deste mercado de trabalho (Gráfico 21).

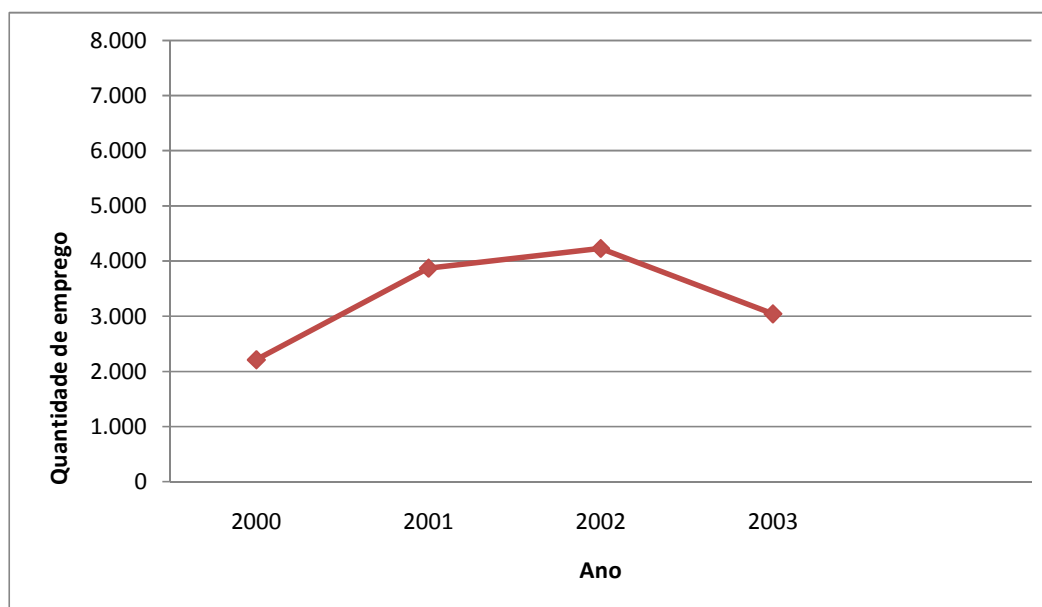


Gráfico 22 – Emprego na construção civil – 2000 a 2003 – Bahia
Fonte: RAIS (2010).

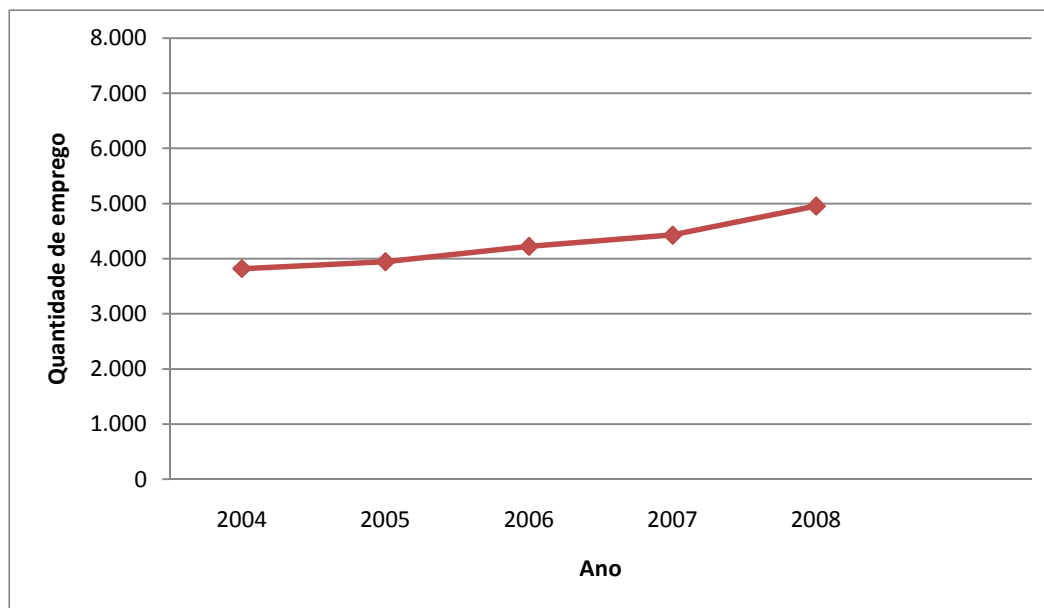


Gráfico 23 – Emprego na construção civil – 2004 a 2008 – Bahia
Fonte: RAIS (2010).

A partir da década de 2000 (Gráficos 22 e 23), a construção civil torna-se um dos setores mais dinâmicos na geração de postos de trabalho na Bahia, favorecido pelo Planejamento Plurianual de Desenvolvimento Urbano (PPDU), o qual previu a construção pesada de obras públicas, sobretudo para urbanização na região da avenida Paralela, que se fez acompanhar da explosão imobiliária do local.

O trabalho gerado pela construção civil, embora permita ao trabalhador o registro em carteira, configurando-se em trabalho formalizado, é uma mão de obra temporária. Portanto é escorregadio e como tal não deveria ser uma das bases da economia do Estado. Embora apresente traços de precarização, é um setor prestigiado pelo Estado, conforme o Dieese (2010).

De acordo com o Dieese (2010), a construção civil tem sido um dos principais carros chefe do crescimento econômico atual, impulsionada pela recuperação dos investimentos, maior facilidade de acesso ao crédito e a prorrogação da isenção do Imposto sobre Produto Industrializado (IPI) para material de construção até dezembro de 2010.

O setor de serviços obedece à mesma lógica de ampliação de desaquecimento de empregos no primeiro quinquênio da década de 1980 (gráficos 24 e 25). Posteriormente a 1985, o setor inicia um processo de absorção de

trabalhadores, que não se adequavam à reestruturação produtiva baiana, a qual alcançou seu ápice na década de 1990 (gráficos 26, 27 e 28). De acordo com Pessoti (2008, p. 83), “[...] O setor de serviços assumiu uma função ‘esponja’, absorvendo a mão de obra que, expulsa de outros setores, não encontrava postos de trabalho nos demais segmentos da economia”.

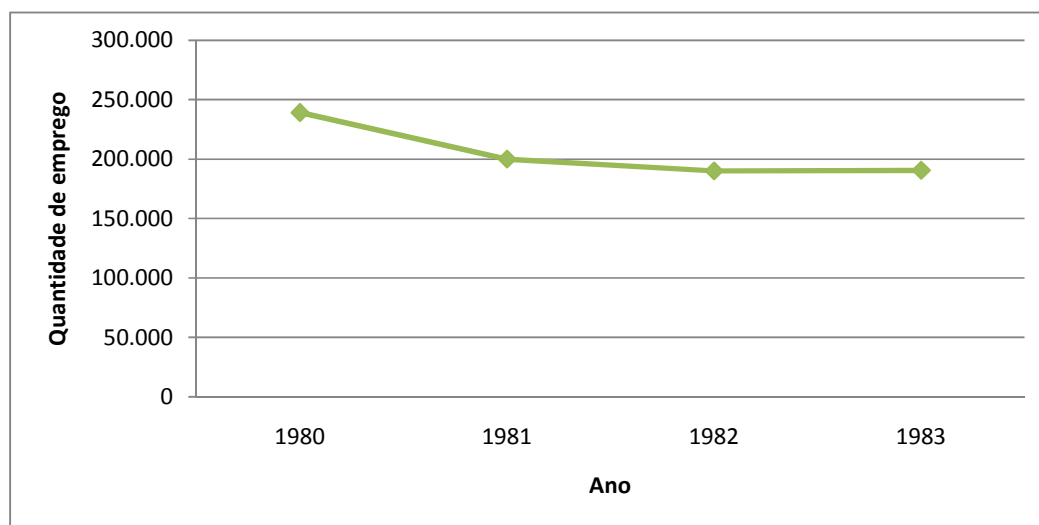


Gráfico 24 – Ocupação no setor de serviços – 1980 a 1983 – Bahia
Fonte: RAIS (2010).

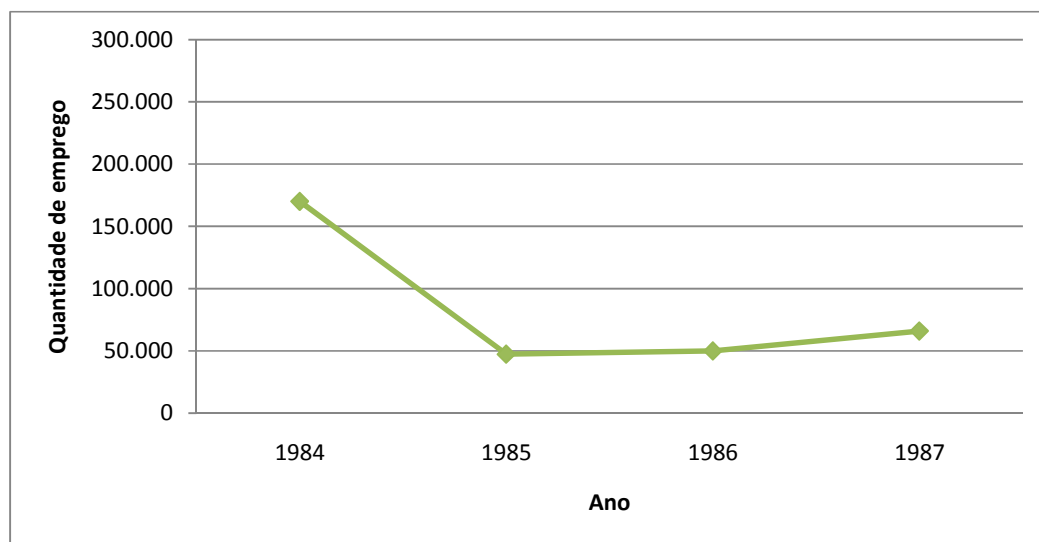


Gráfico 25 – Ocupação no setor de serviços – 1984 a 1987 – Bahia
Fonte: RAIS (2010).

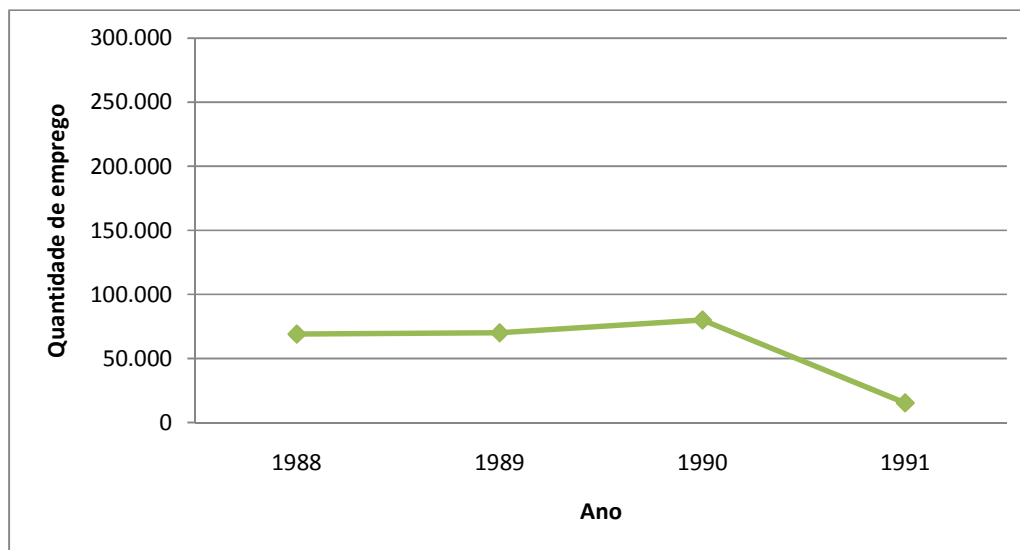


Gráfico 26 – Ocupação no setor de serviços – 1988 a 1991 – Bahia
Fonte: RAIS (2010).

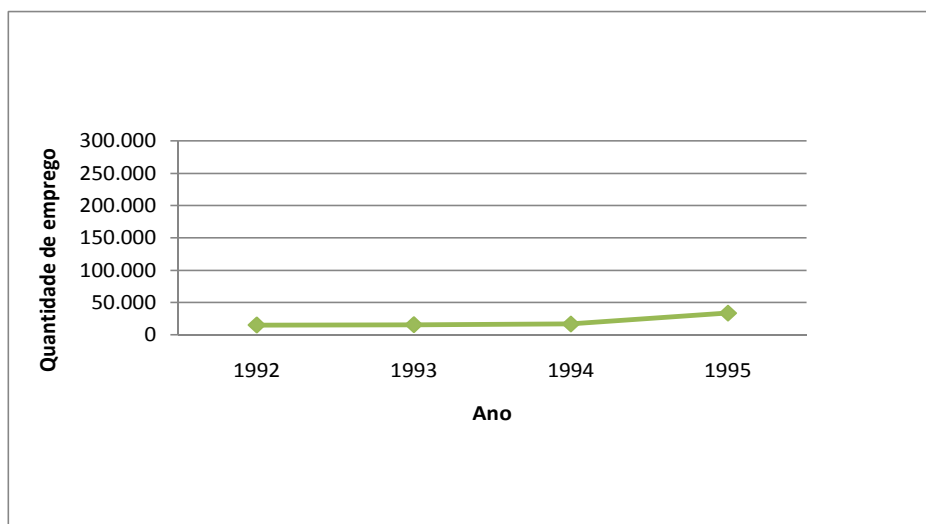


Gráfico 27 – Ocupação no setor de serviços – 1992 a 1995 – Bahia
Fonte: RAIS (2010).

O incremento deste setor multifacetado se dá a partir do princípio de redução de quadro funcional das firmas, que forçava o trabalhador a ofertar sua mão de obra comumente sob o prisma da prestação de serviços.

[...] A terceirização dos serviços tornava-se uma alternativa para as indústrias menores de adaptação ao processo de reestruturação, pois transferia para as empresas prestadoras de serviços a obrigação do pagamento de encargos trabalhistas. (PESSOTI, 2008, p. 83).

O período de desaceleração de trabalho - proveniente da crise asiática em 1996 (Gráfico 28) - acarretou ao setor de serviços a menor perda do nível de empregabilidade em relação aos setores em questão. Possivelmente, isso decorre do alto grau de desfiliação de vínculos trabalhistas conferido pelo setor. Tamaña situação de vulnerabilidade adquire uma feição de preocupação para o trabalhador e simultaneamente torna-se, não com raridade, a única via “contratual” de acesso ao emprego. Assim configurasse a involução das bases contratuais do trabalho.

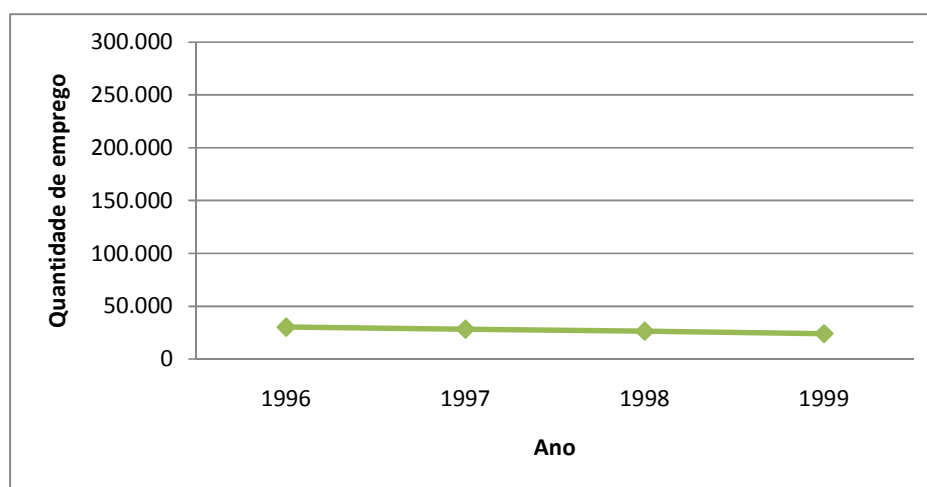


Gráfico 28 – Ocupação no setor de serviços – 1996 a 1999 – Bahia
Fonte: RAIS (2010).

Na década de 2000, o setor de serviços amplia consideravelmente sua participação na ocupação baiana (gráficos 29 e 30), conferindo uma noção preliminar de inserção no mercado de trabalho. Todavia, essa inclusão ocorre pela via do trabalho precário, tendo em vista que afasta o trabalhador profundamente das garantias trabalhistas previstas na Constituição. Assim, o setor de serviços cumpre o valioso papel de inserção no emprego, mas sob a ótica da precarização.

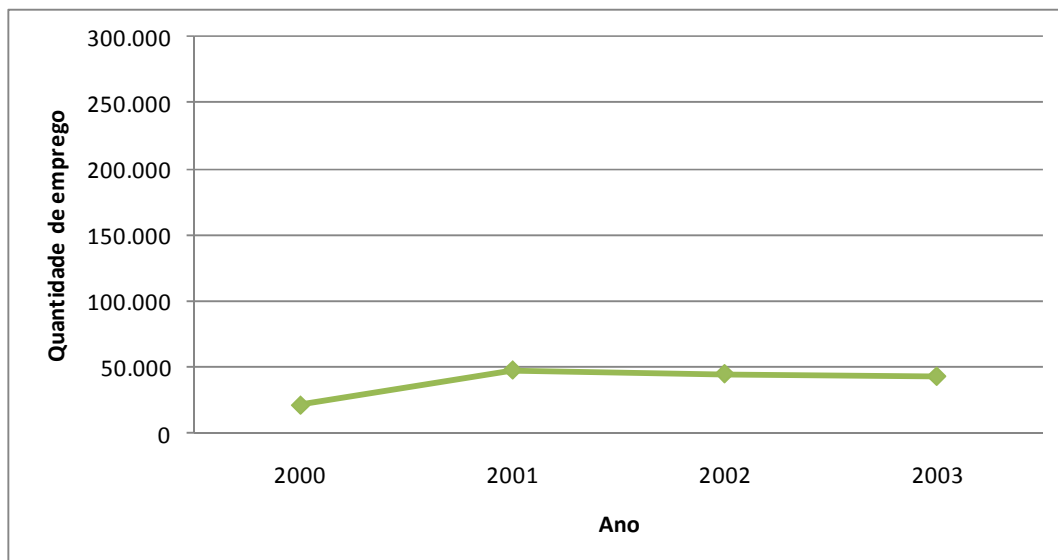


Gráfico 29 – Ocupação no setor de serviços – 2000 a 2003 – Bahia
Fonte: RAIS (2010).

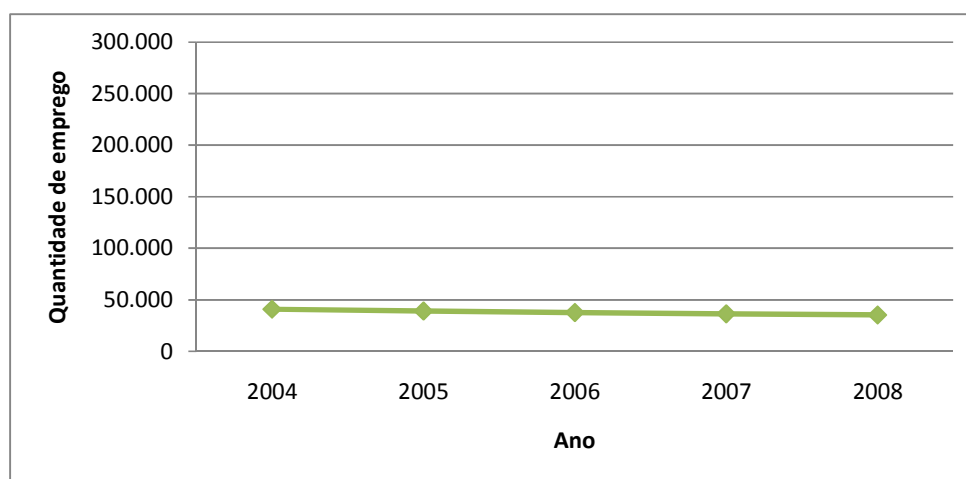


Gráfico 30 – Ocupação no setor de serviços – 2004 a 2008 – Bahia
Fonte: RAIS (2010).

A coordenadora do Dieese na Bahia, Ana Margareth, identifica o crescimento na ocupação na área de serviços como sendo uma tendência mundial (DIEESE, 2010). Acredita-se que tal constatação não deva sinalizar uma ascensão de um setor homogeneizado, tendo em vista as diferenciações que o setor de serviços assume.

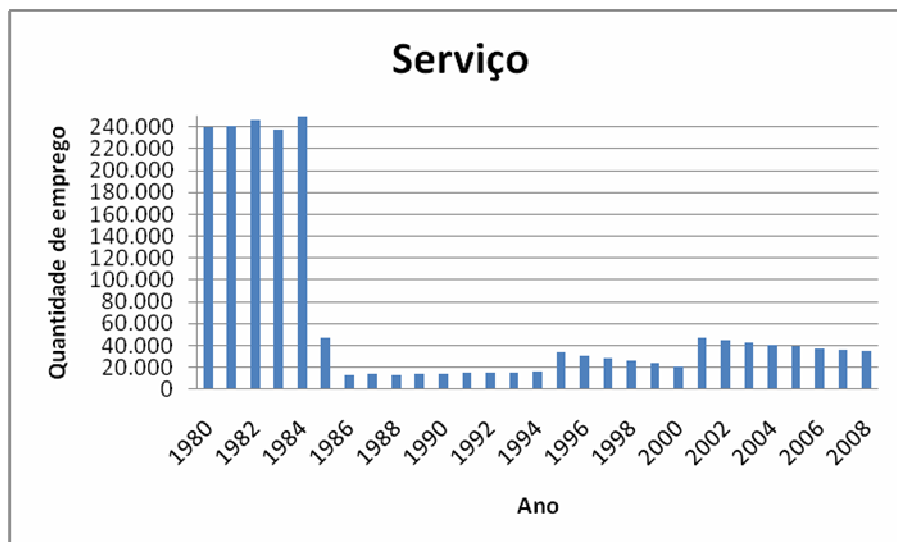


Gráfico 31 – Ocupação no setor de serviços – 1980 a 2010 – Bahia
Fonte: RAIS e CAGED (2010).

O Serviço Nacional da Indústria (SENAI, 2010), aprofunda a discussão na medida em que aborda a bipolarização entre a tipologia dos serviços prestados entre países de economias fortes e fragilizadas. Enquanto no, primeiro caso, predominam as ofertas de mão de obra mais intelectualizadas, no segundo verifica-se o predomínio de profissionais cujas atividades são mecânicas e menos intelectualizadas. Tal diferenciação faz com que os salários dos setores de serviços sejam mais valorizados em regiões prósperas em educação e capacitação profissional, o que não ocorre na Bahia.

Em se tratando de outro traço de precarização do setor de serviços, observa-se ainda a dificuldade de obter ganhos adicionais com a produtividade (SENAI, 2010).

A análise do Gráfico 31 permite identificar a dinâmica de emprego do setor de serviços no período entre 1980 e 2010.

O comércio - que se caracteriza pelo ambiente onde ocorrem as trocas comerciais - é a atividade que tem relevância considerável sobre toda a era da globalização, sobretudo a partir da década de 1990, com a mutação na indústria, o comércio também absorve trabalhadores com origem industrial.

O trabalho no comércio também, não raro, submete os seus empregados a um regime de longas jornadas diárias, a um regime de cumprimento de metas,

acompanhadas de má remuneração. Com efeito, também é fugaz na medida em que se torna pouco comum a continuidade nessa carreira por longo prazo. Na esteira do prolongamento da jornada de trabalho, o Dieese (2010) menciona as características do trabalho comercial.

Conforme pontua o Dieese (2010), a jornada de trabalho extensa é um dos grandes desafios a serem enfrentados pela categoria. Trabalhar nos domingos e feriados e permanecer no estabelecimento além do horário contratado para garantir a venda e, conseqüentemente, a manutenção da renda, são comuns entre os que atuam no setor.

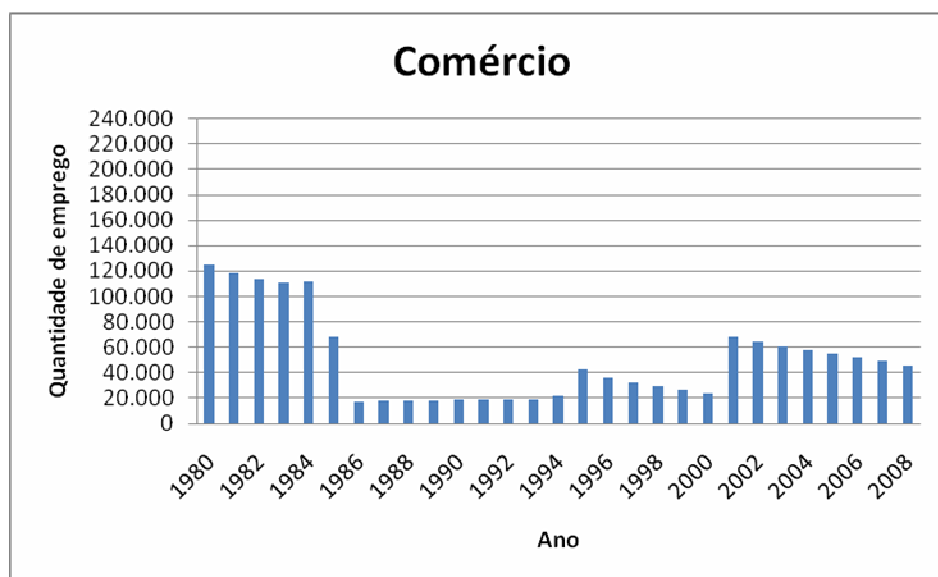


Gráfico 32 – Ocupação no comércio– 1980 a 2010 – Bahia
Fonte: RAIS e CAGED (2010).

O Gráfico 32 reflete o panorama do emprego no comércio no período entre 1980 e 2010.



Gráfico 33 – Ocupação no comércio – 1980 a 1983 – Bahia
Fonte: RAIS (2010).

Os Gráficos 33 e 34 refletem a inflexão do emprego no comércio resultante da retração do apoio governamental à economia, provocando a retração da atividade econômica, dos empregos e, conseqüentemente, da retração do comércio.

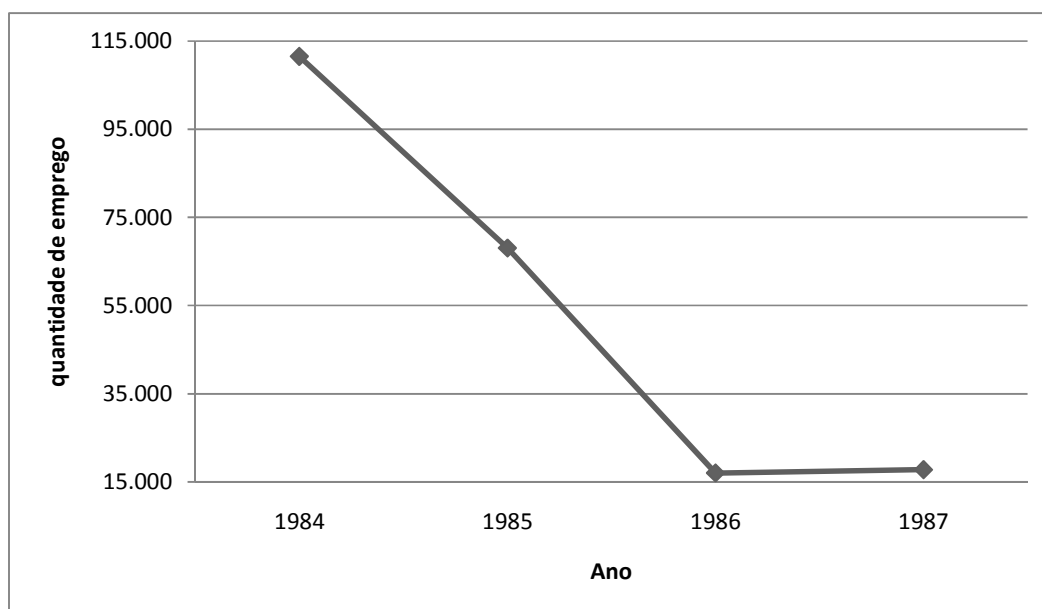


Gráfico 34 – Ocupação no comércio – 1984 a 1987 – Bahia
Fonte: RAIS (2010).

Conforme o Gráfico 34, somente após 1986 o setor em estudo inicia o seu processo de recuperação de estabilidade do emprego, assimilando trabalhadores egressos de outras áreas.

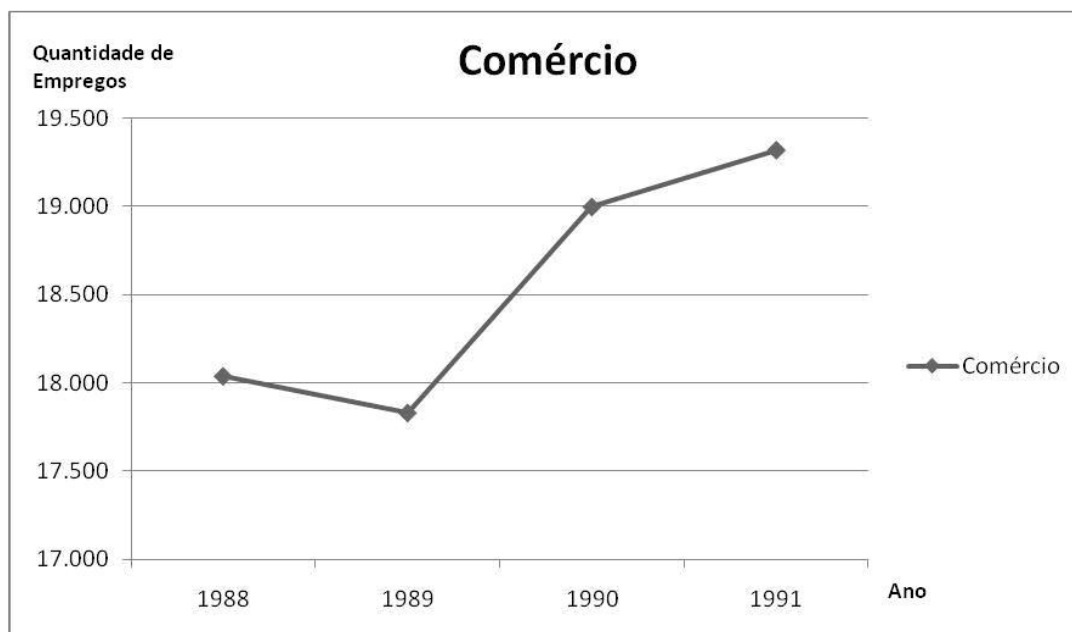


Gráfico 35 – Ocupação no comércio – 1988 a 1991 – Bahia

Fonte: RAIS (2010).

Nota: A escala está diferenciada com o intuito de proporcionar uma melhor visualização da ascensão do estoque de empregos.

O Gráfico 35 confirma a tendência de absorção de funcionários. A adoção do Plano Real e a consequente estabilização dos preços foram fatores que certamente influenciaram a ampliação de vagas no comércio.

O Gráfico 36 reflete o período de crise financeira internacional, influenciando a diminuição do emprego no comércio.

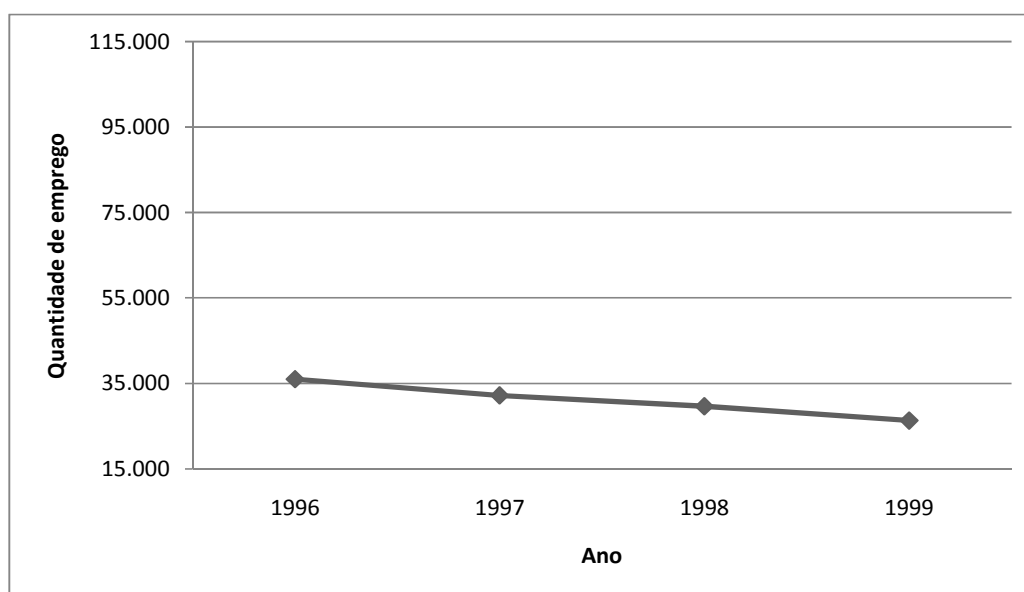


Gráfico 36 – Ocupação no comércio – 1996 a 1999 – Bahia

Fonte: RAIS (2010).

O Gráfico 37 reflete o período de redução de postos de trabalho (entre 1992 e 1993) decorrente da conjuntura econômica internacional desfavorável. Após a adoção do plano Real (1994) a geração de postos de trabalho se estabiliza.

O Gráfico 38 reflete o período de aquecimento do emprego no comércio em função da adoção do câmbio flutuante.

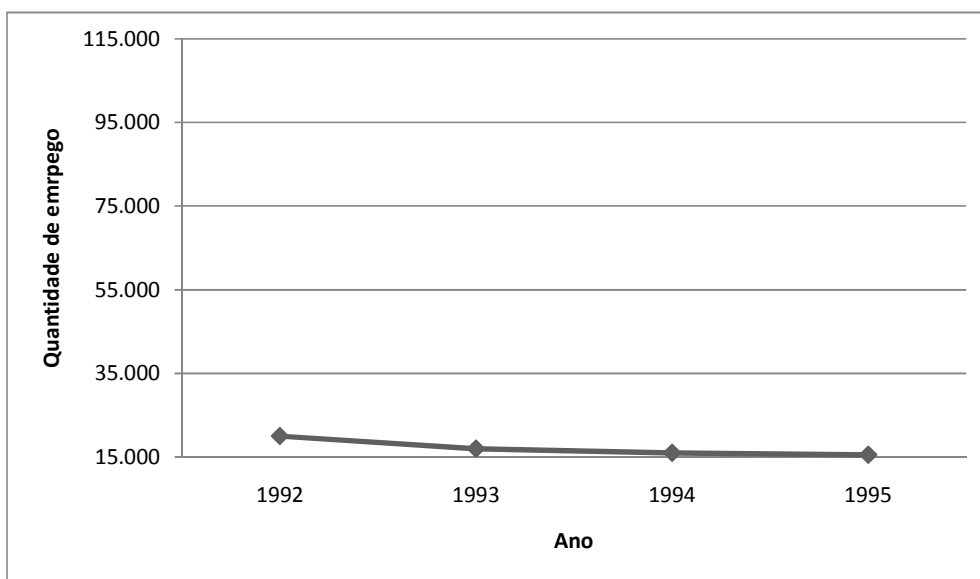


Gráfico 37 – Ocupação no comércio – 1992 a 1995 – Bahia
Fonte: RAIS (2010).

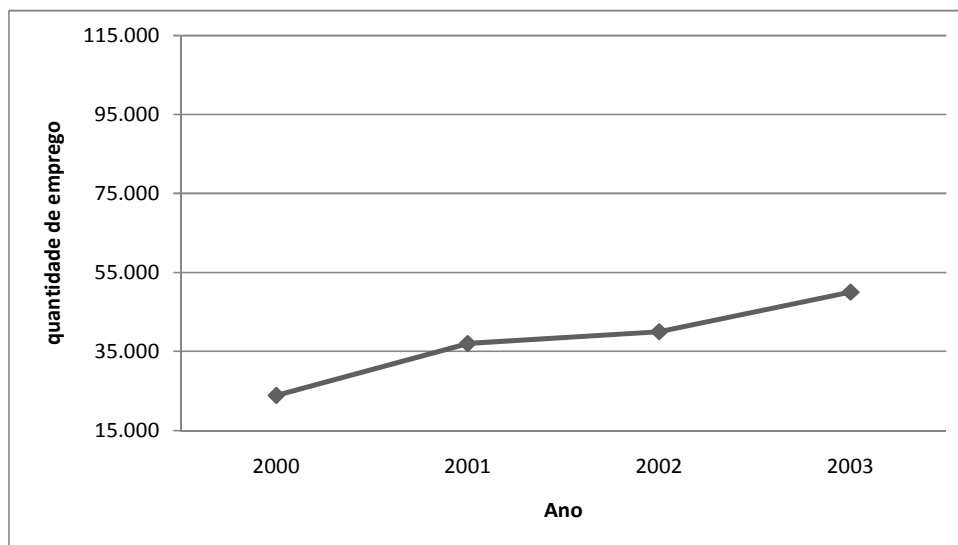


Gráfico 38 – Ocupação no comércio – 2000 a 2003 – Bahia
Fonte: RAIS (2010).

O Gráfico 39 reflete o período de redução no investimento das empresas que levava a geração de emprego em função das perdas ocorridas durante a crise imobiliária que atingiu os Estados Unidos a partir de 2004 que se estendeu pelo globo.

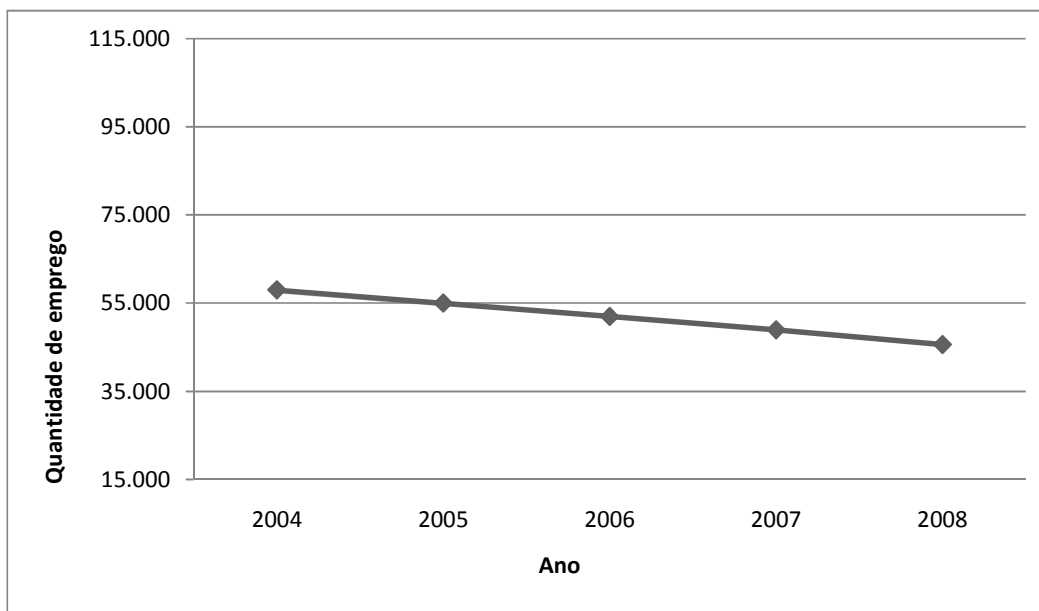


Gráfico 39 – Ocupação no comércio – 2004 a 2008 – Bahia
Fonte: RAIS (2010).

A tipologia do emprego, no início do século XXI, colide frontalmente com a ideia de trabalho decente, permitindo aferir as crescentes distorções que proliferam nessa área social.

Trabalho decente, segundo a definição da Organização Internacional do Trabalho (OIT), é um trabalho produtivo, adequadamente remunerado, exercido em condições de liberdade, equidade e segurança, e que seja capaz de garantir uma vida digna a todos os trabalhadores e seus familiares. Trata-se de um trabalho que permita satisfazer as necessidades pessoais e familiares de alimentação, educação, moradia, saúde e segurança que garanta a proteção social nos impedimentos do seu exercício (desemprego, doença, acidentes, entre outros), assegura renda ao chegar à aposentadoria, assim como o direito à livre organização e representação. (ABRAMO; SANCHES; COSTANZI, 2008, p. 96).

A ideia de trabalho decente está intimamente associada não só ao volume de postos de trabalho criados, mas também à qualidade expressada pelos mesmos. Tal noção vem sendo deteriorada principalmente em função da dependência do

investimento externo. Dessa maneira, o espectro de garantias trabalhistas torna-se rarefeito, caracterizando o estado de precarização.

Com base nessa linha de raciocínio, o trabalho precário é aquele incapaz de assegurar qualidade de vida, visto que deslegitima em maior ou menor escala a assistência social trabalhista. Disso resulta a redução do acesso à seguridade na aposentadoria, a salários dignos e horas extras, às contingências contra o desemprego (seguro desemprego e Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS), à segurança contra acidentes no trabalho e aos planos de saúde mais completos ou que atendam plenamente às necessidades do trabalhador e sua família.

A aspiração do trabalhador baiano, assim como os demais, via de regra, é exercer sua atividade laboral plenamente sustentada nos fundamentos do trabalho decente. Entretanto, percebe-se a dicotomia entre o ideal e a realidade, à proporção que ascendem profissões mais expostas à precarização, tais como no comércio e na construção civil, enquanto arrefecem os empregos na indústria, caracterizados pelo pagamento de salários mais elevados e maior proteção social em comparação aos outros dois setores.

O Estado baiano sofreu uma descontinuidade no seu desenvolvimento industrial com o fim do modelo nacionalista, fato que se abateu entre outras mazelas, no desemprego, na informalidade e na concentração de empregos em setores menos estimulantes aos trabalhadores baianos.

A década de 2000 na Bahia vem sendo noticiada com um período de sensível redução do desemprego e de criação de postos de trabalho, que chegam a superar a quantidade de indivíduos que buscam emprego. Tamanha recuperação se deu com mais ênfase a partir de 2003, quando o PIB baiano se eleva por meio da revitalização dos setores de serviços, comércio e construção civil.

Há que se ter reservas com a premissa de que o crescimento do PIB gera empregos, buscando nesta a justificativa para ampliação deste índice econômico, tendo em vista que a indústria foi a mola propulsora responsável pela elevação do PIB da Bahia na década de 1990, e o emprego recuou nesse segmento.

O índice de desemprego é outro fator sobre o qual recaem algumas controvérsias. É inegável que houve um recuo do mesmo, todavia é necessária a ressalva de que o seu desaquecimento não se deve somente à elevação dos postos de trabalho, mas também ao desemprego por desalento, isto é, arrefecimento do ímpeto da procura de emprego por pessoas as quais compõem a População Economicamente Ativa (PEA).

De acordo com dados da Pesquisa de Emprego e Desemprego, publicada no jornal *A Tarde*, entre outubro de 2008 e março de 2009, o percentual de desempregados por desalento (pessoas que desistiram de procurar uma ocupação no mercado de trabalho) na Região Metropolitana de Salvador (RMS) cresceu 87,5%. No início da crise financeira, o número de desempregados por desalento na RMS era 24 mil. Cinco meses depois a quantidade alcançava 45 mil pessoas. O mais agravante é que os desalentados não são contabilizados na População Economicamente Ativa (PEA) segmento que atua no mercado de trabalho, fazendo com que o percentual de desempregados diminua. No mesmo período, segundo a pesquisa, o percentual de desemprego na RMS recuou de 19,8% para 19,4%. O total de desempregados foi estimado em 354 mil pessoas, sendo que nove mil desistiram de procurar emprego e foram criados mil postos de trabalhos na ocasião.

A precarização do trabalho e o aumento do desemprego são, sem dúvida, a manifestação de um déficit de lugares ocupáveis na estrutura social, entendendo-se por lugares posições as quais estão associadas uma utilidade social e um reconhecimento público. “Pode levar à violência, divórcios, enfraquecimento de famílias e suicídios”. (CASTEL, 1998, p. 529).

Enquanto não houver claras políticas públicas voltadas à promoção e manutenção dos empregos, a tendência do quadro é de agravamento. Acredita-se que políticas de inclusão na área do trabalho praticadas por associações, cooperativas e ONG's, apesar de muitas vezes bem intencionadas, podem terminar por eximir o Estado de seu papel na promoção da cidadania e conseqüentemente levá-lo ao descrédito institucional. Portanto, é da competência estatal o resgate do cidadão.

De acordo com Kowarick (2003, p. 86),

[...] tem ocorrido um amplo e diverso processo de desresponsabilização do Estado em relação aos direitos e à cidadania e, no seu lugar surgem ações de cunho humanitário, que tendem a equacionar as questões da pobreza.

A crise financeira deflagrada nos Estados Unidos, a partir de outubro de 2008, disseminou-se pelo mundo em função da interconexão entre nações propiciada pela globalização financeira, reinaugurando, em grande medida, a intervenção do Estado na economia em pleno berço capitalista. Desta forma, fez-se necessário injetar bilhões de dólares a fim de evitar um colapso de maiores proporções. Sendo assim, constata-se uma contradição, tendo em vista que tal regime fundamenta-se no princípio do não intervencionismo estatal.

A disseminação dessa convulsão econômica presidiu o aprofundamento da problemática social, ampliando o desemprego e a precarização do trabalho na Bahia e em todo mundo. Em decorrência, conheceu-se um período de inflexão na esfera do trabalho resultante da forte política de geração de empregos, a qual foi atribuída ao crescimento econômico. No caso da Bahia, esse período de crise trouxe predominantemente desemprego e flexibilização das garantias trabalhistas. Entretanto, houve momentos descontinuados que sinalizavam uma retomada do emprego, evidenciando a geração de postos de trabalho, notadamente na construção civil e serviços, setores que se distanciam dos pilares do trabalho decente. Certamente, esse cenário é terreno fértil para adoção de políticas públicas com vistas a proporcionar empregos mais sintonizados com o conceito de trabalho decente conferido pela Organização Internacional do Trabalho (OIT).

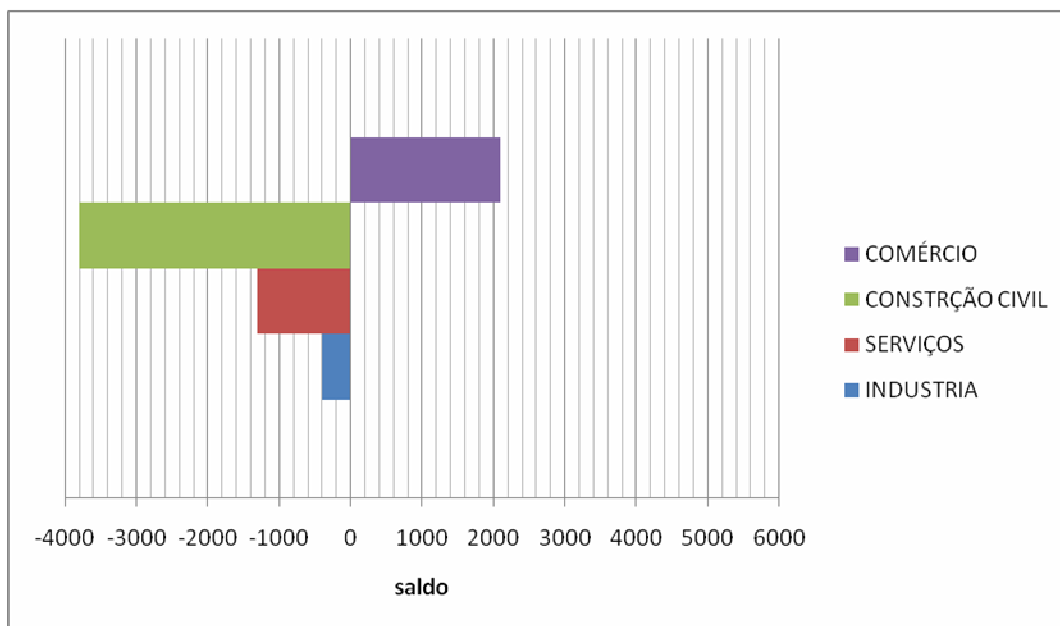


Gráfico 40 – Ocupação nas áreas do comércio, construção civil, serviço e indústria – out. 2008 - Bahia
 Fonte: CAGED (2010).

Os Gráficos 40, 41 e 42 - referentes ao ano de 2008 - denotam que os dois primeiros meses da crise não apresentaram efeitos imediatos sobre os principais setores da economia baiana. Esses efeitos se intensificaram em dezembro.

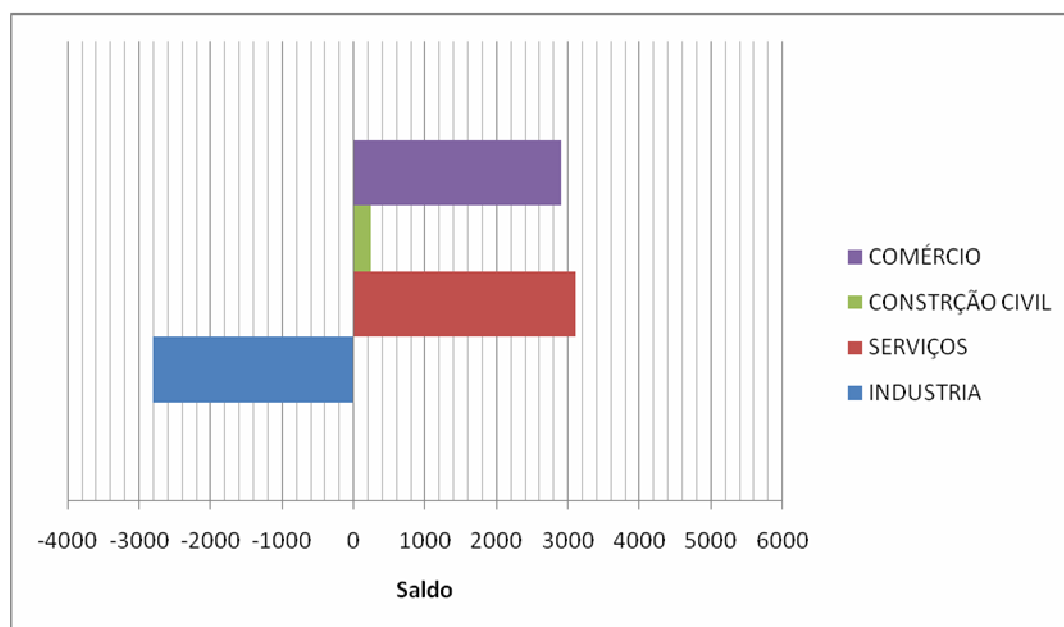


Gráfico 41 – Ocupação nas áreas do comércio, construção civil, serviço e indústria – nov. 2008 - Bahia
 Fonte: CAGED (2010).

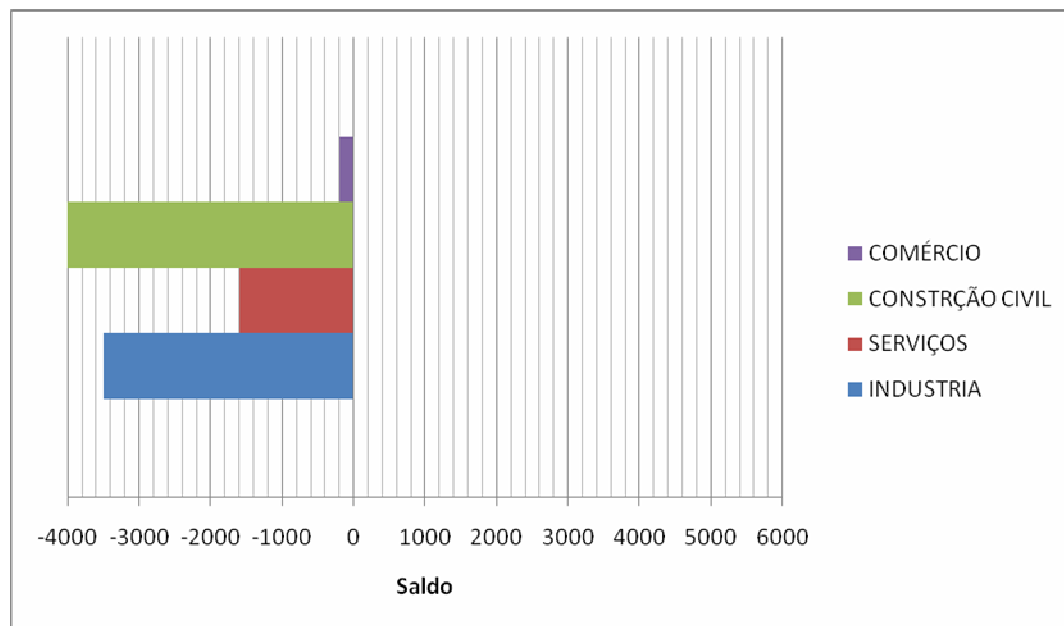


Gráfico 42 – Ocupação nas áreas do Comércio, construção civil, serviço e indústria – dez. 2008 - Bahia
 Fonte: CAGED (2010).

O Gráfico 42 sinaliza a retomada do emprego na construção civil.

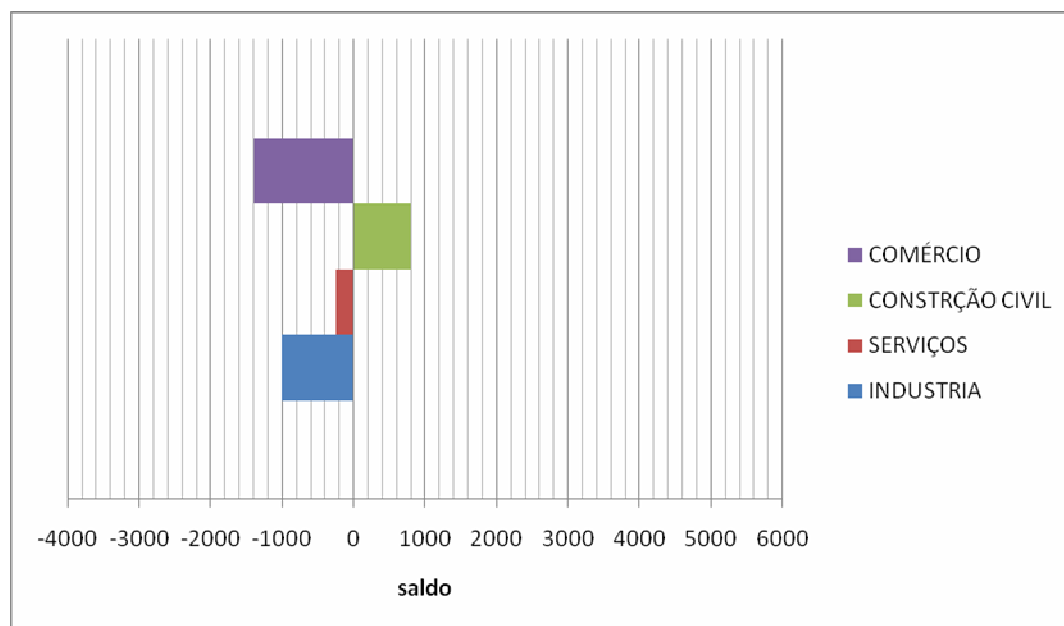


Gráfico 43 – Ocupação nas áreas do comércio, construção civil, serviço e indústria – jan. 2009 - Bahia
 Fonte: CAGED (2010).

O Gráfico 44 indica o incremento do emprego do Setor de Serviços.

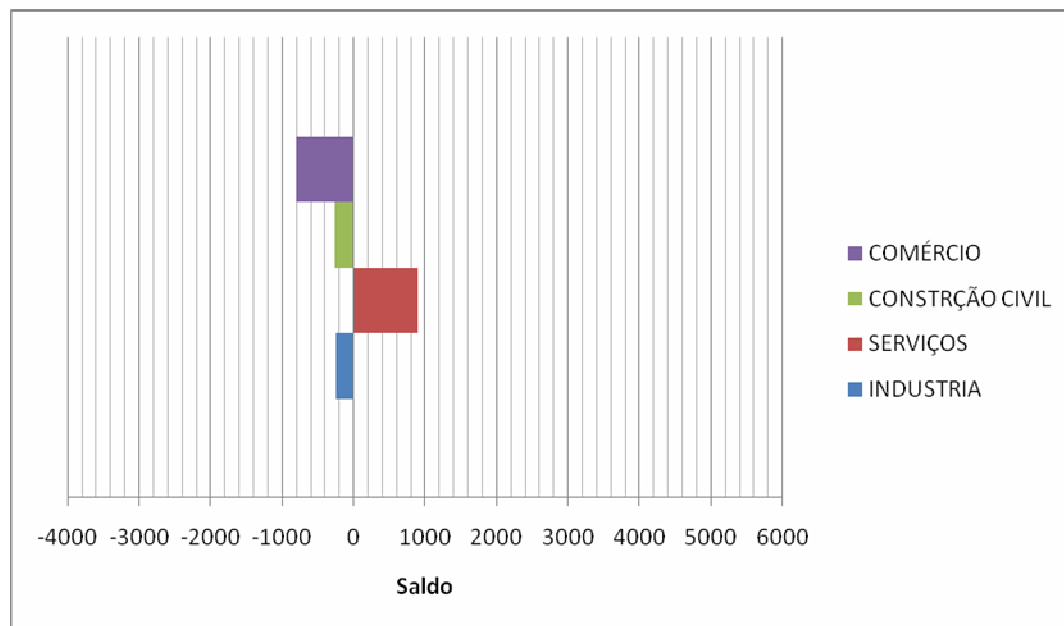


Gráfico 44 – Ocupação nas áreas do comércio, construção civil, serviço e indústria – fev. 2009 - Bahia
 Fonte: CAGED (2010).

Uma peculiaridade dos empregos no ano de 2009 é que na indústria oscilam, apresentando movimentos positivos e negativos, alternadamente, conforme os Gráficos 45 a 46.

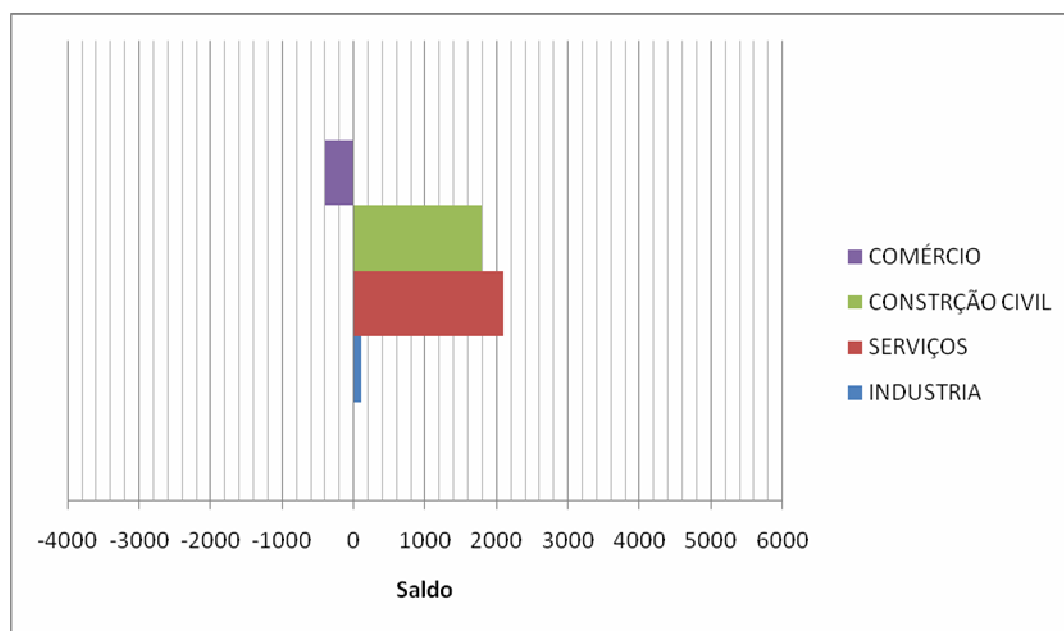


Gráfico 45 – Ocupação nas áreas do comércio, construção civil, serviço e indústria – mar. 2009 - Bahia
 Fonte: CAGED (2010).

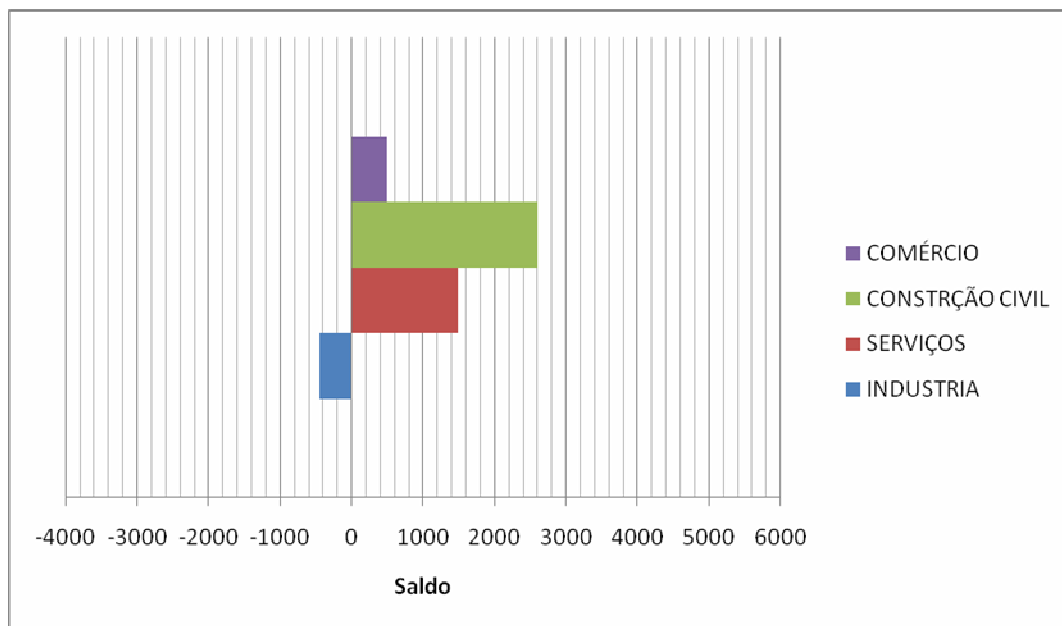


Gráfico 46 – Ocupação nas áreas do comércio, construção civil, serviço e indústria – abr. 2009 - Bahia
 Fonte: CAGED (2010).

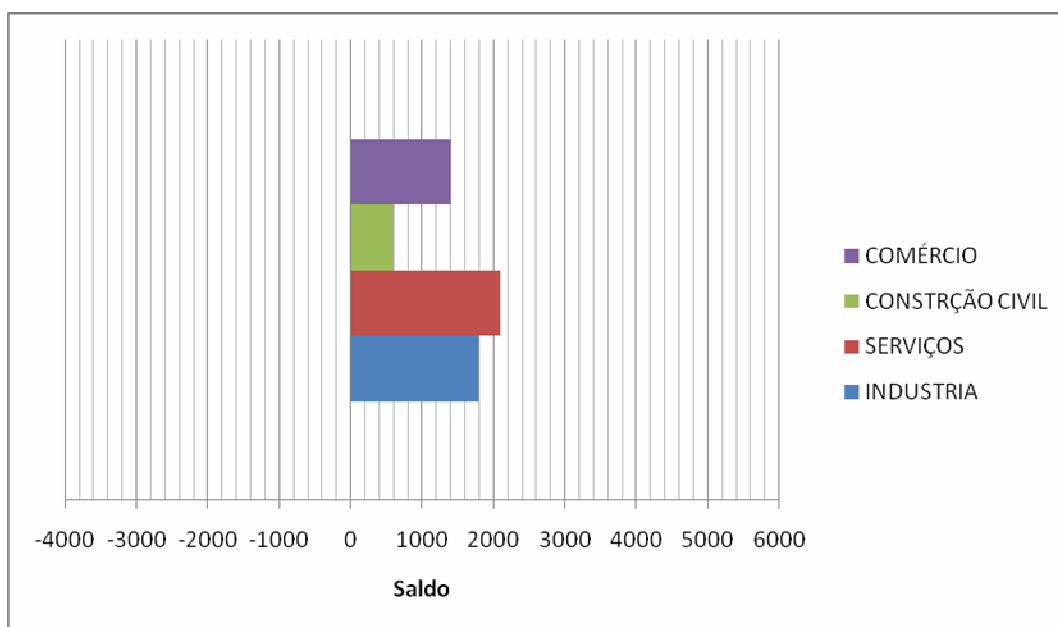


Gráfico 47 – Ocupação nas áreas do comércio, construção civil, serviço e indústria – maio 2009 - Bahia
 Fonte: CAGED (2010).

O gráfico em estudo demonstra um dos pontuais momentos de recuperação do emprego na indústria. Todavia, no mês seguinte (Gráfico 48), a ocupação na indústria sofre descontinuidade de maneira que as demissões são superiores às admissões.

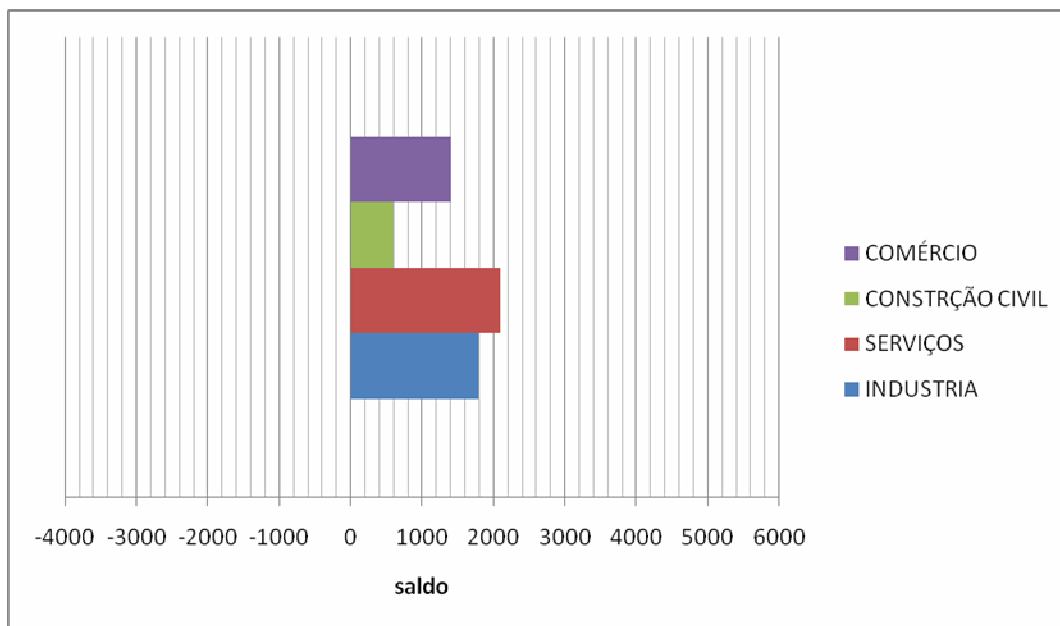


Gráfico 48 – Ocupação nas áreas do comércio, construção civil, serviço e indústria – jun. 2009 - Bahia
 Fonte: CAGED (2010).

Os Gráficos 49 e 50 evidenciam o comportamento mais frequente dos principais eixos de sustentação da economia baiana, sendo que no primeiro caso a ocupação industrial é marcada pelo predomínio dos desligamentos, enquanto no segundo, por admissões.

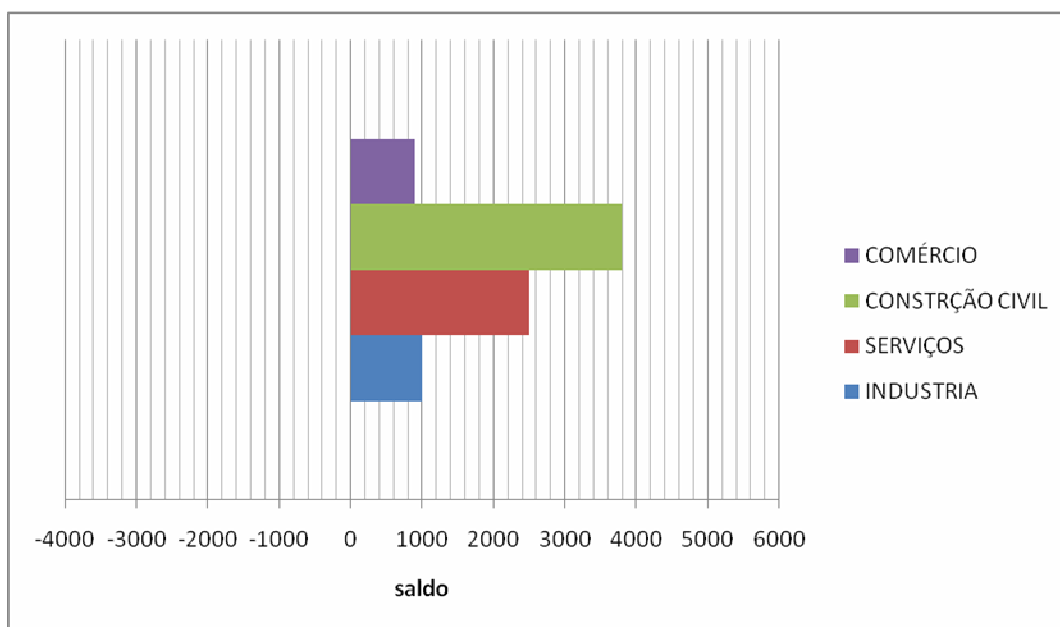


Gráfico 49 – Ocupação nas áreas do comércio, construção civil, serviço e indústria – jul. 2009 - Bahia
 Fonte: CAGED (2010).

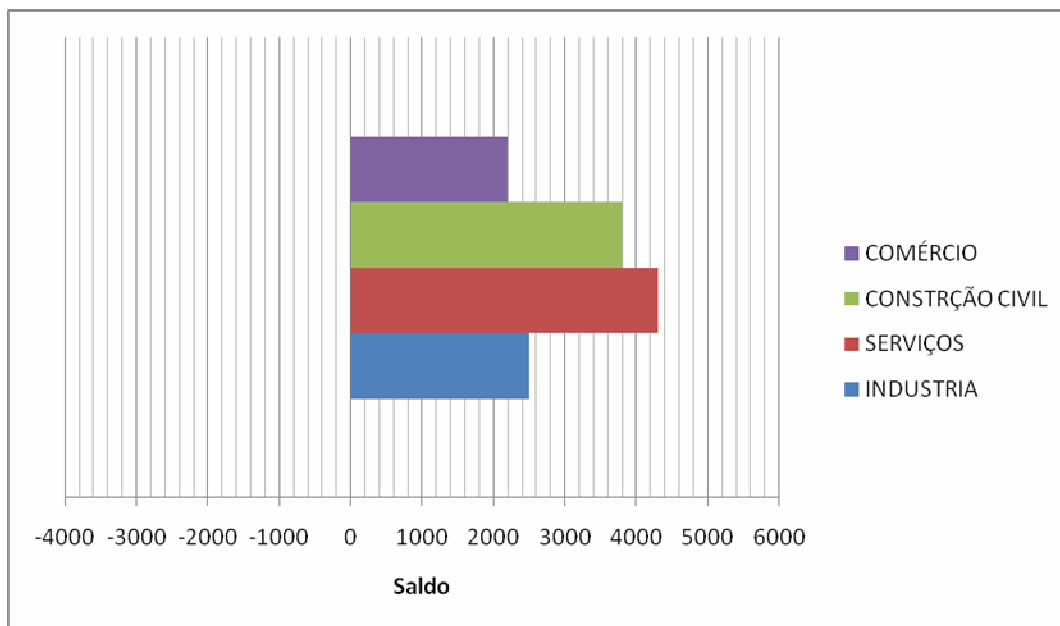


Gráfico 50 – Ocupação nas áreas do comércio, construção civil, serviço e indústria – ago. 2009 - Bahia

Fonte: CAGED (2010).

Os Gráficos 49 e 50 representam situações menos comuns, nas quais o segmento indústria não se expressa como o menos empregador.

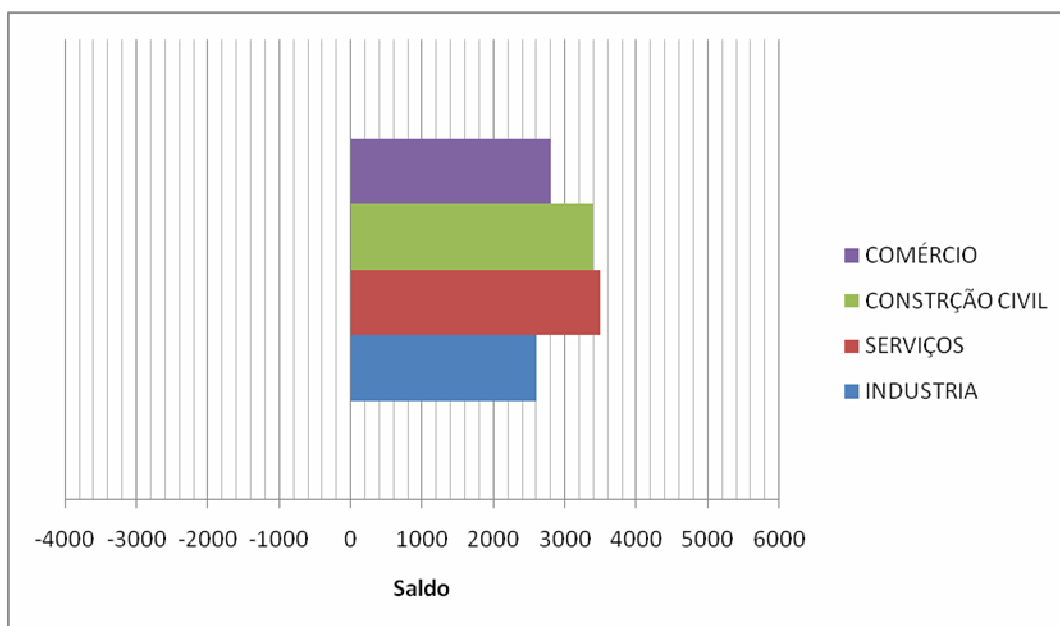


Gráfico 51 – Ocupação nas áreas do comércio, construção civil, serviço e indústria – set. 2009 - Bahia

Fonte: CAGED (2010).

O mês de setembro volta a refletir a tendência dos empregos na economia baiana, todavia com incremento do emprego na indústria. Tal expressividade se acentua no mês de outubro de 2009 (Gráfico 52), se notabiliza pela oferta de empregos na indústria, refletindo uma característica do setor. Segundo o economista George Vidor, a aproximação das festas de fim de ano tende a requisitar aumento de emprego na indústria (INDÚSTRIA..., 2010).

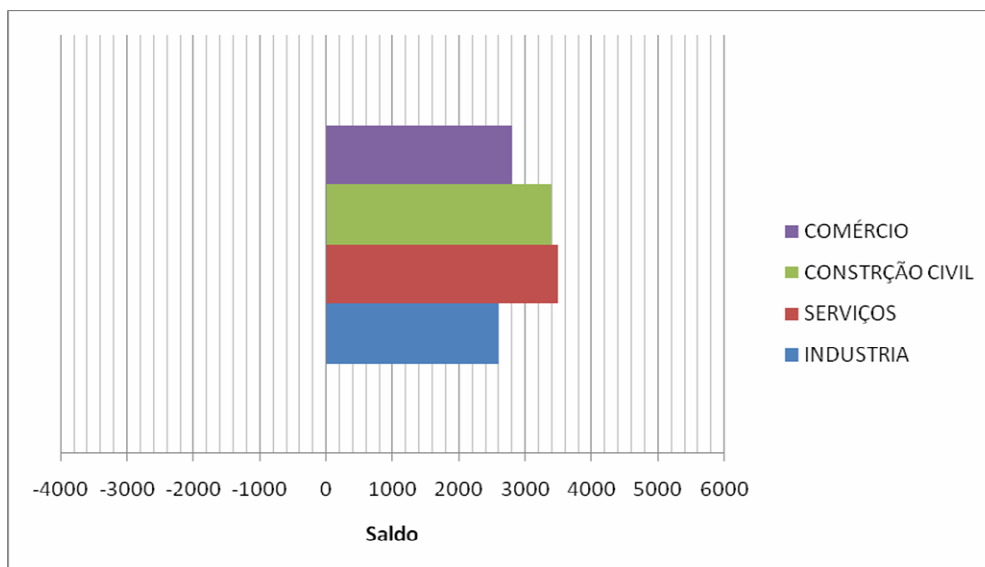


Gráfico 52 – Ocupação nas áreas do comércio, construção civil, serviço e indústria – out. 2009 - Bahia

Fonte: CAGED (2010).

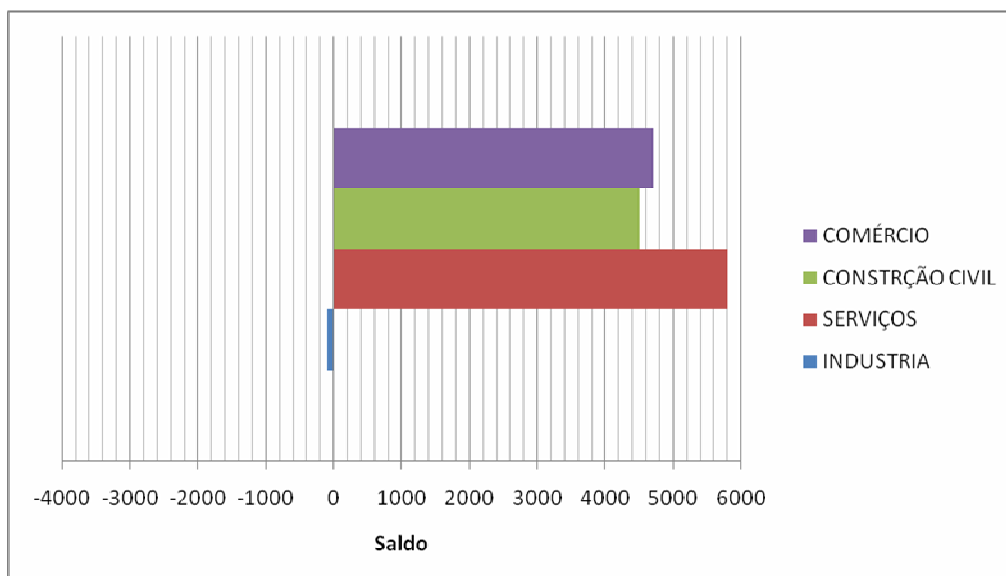


Gráfico 53 – Ocupação nas áreas do comércio, construção civil, serviço e indústria – nov. 2009 - Bahia

Fonte: CAGED (2010).

Ainda de acordo com o economista George Vidor (INDÚSTRIA..., 2010), as ocupações na indústria tendem à retração nos meses de novembro (Gráfico 53) e dezembro (Gráfico 54), enquanto o comércio amplia sua oferta de empregos com o aumento das vendas ao consumidor final. Todavia, no mês de dezembro, a empregabilidade diminui (Gráfico 54), tendo em vista que a maioria desses postos é criada para atender às demandas de fim de ano, portanto possuem pouca durabilidade

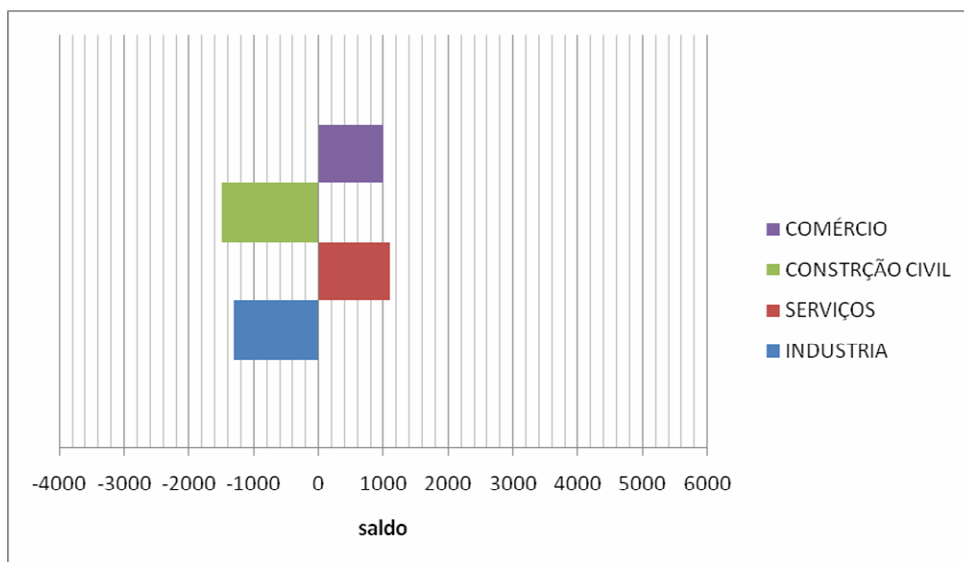


Gráfico 54 – Ocupação nas áreas do comércio, construção civil, serviço e indústria – dez. 2009 - Bahia

Fonte: CAGED (2010).

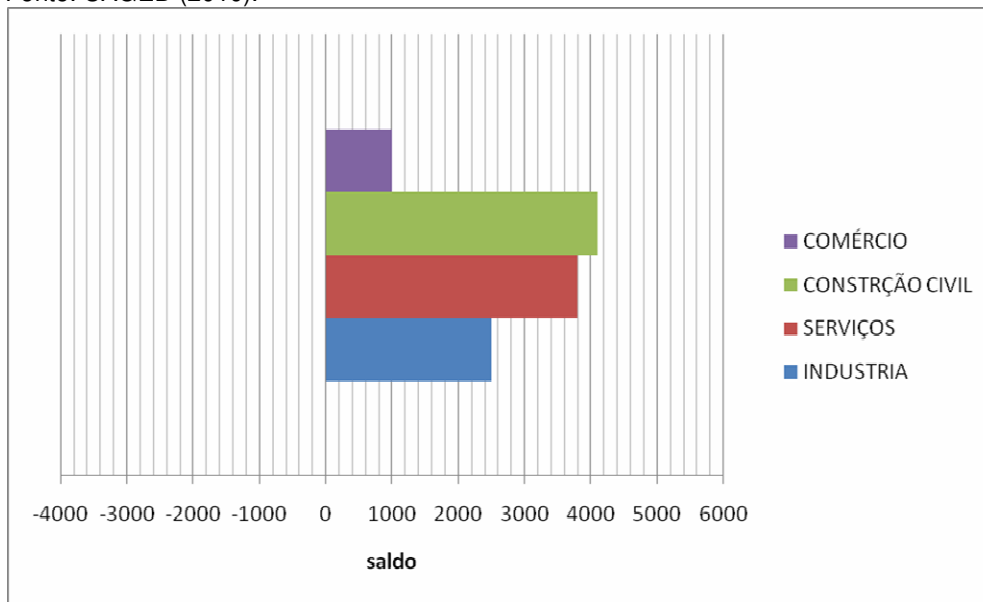


Gráfico 55 – Ocupação nas áreas do comércio, construção civil, serviço e indústria – jan. 2010 - Bahia

Fonte: CAGED (2010).

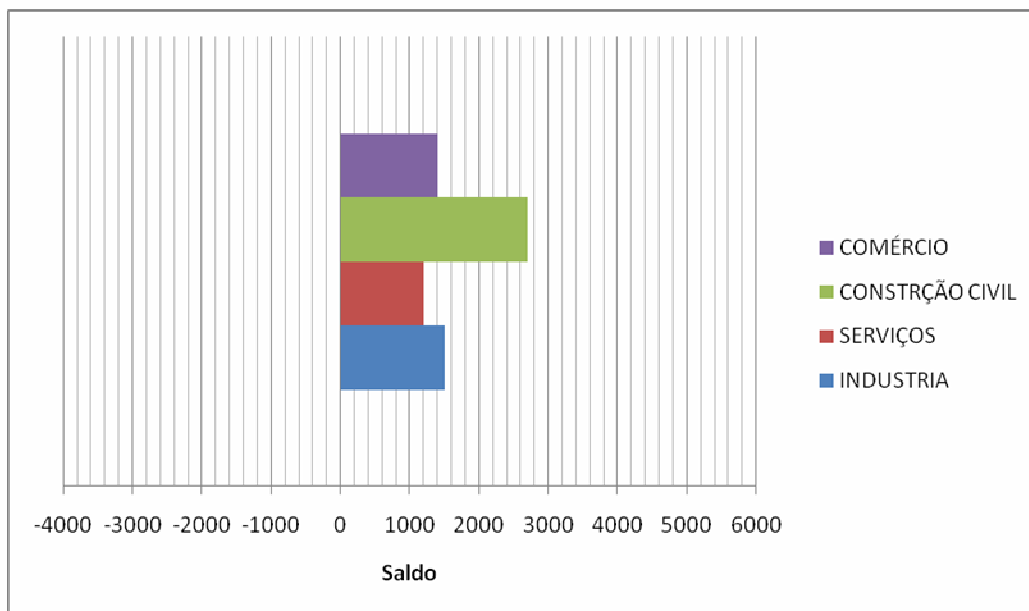


Gráfico 56 – Ocupação nas áreas do comércio, construção civil, serviço e indústria – fev. 2010 - Bahia

Fonte: CAGED (2010).

A partir de janeiro de 2010 (Gráfico 55), o emprego na indústria admite em níveis superiores às admissões comerciais, assim como em fevereiro Gráfico 56. Essa ampliação de vagas em março chega a ser superior aos empregos gerados no setor de serviços (Gráfico 57). No mês de abril de 2010 (Gráfico 58), o emprego industrial alcança seus maiores níveis após a crise de 2008.

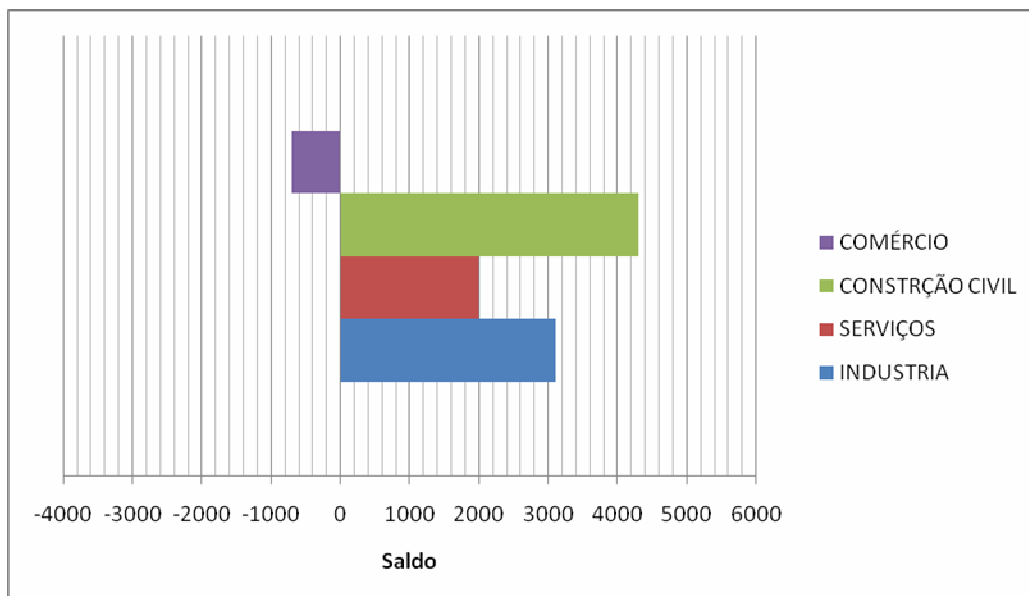


Gráfico 57 – Ocupação nas áreas do comércio, construção civil, serviço e indústria – mar. 2010 - Bahia

Fonte: CAGED (2010).

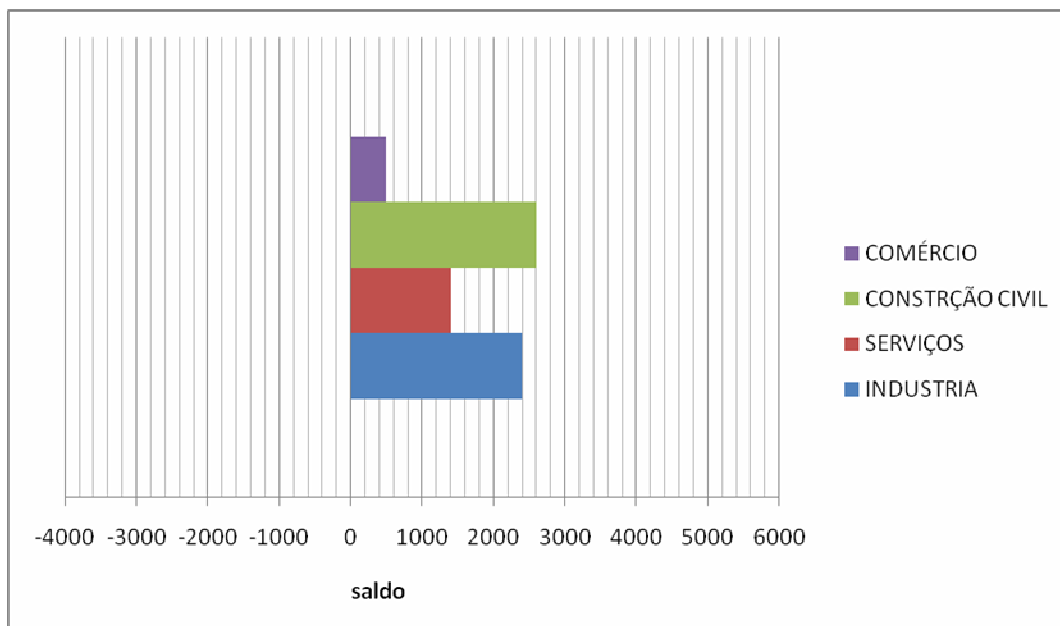


Gráfico 58 – Ocupação nas áreas do comércio, construção civil, serviço e indústria – abr. 2010 - Bahia
 Fonte: CAGED (2010).

Os Setores de construção civil, comércio e indústria se constituem nos maiores empregadores da economia baiana posteriormente a maio de 2010 (Gráfico 59). O mês de junho do mesmo ano é uma exceção (Gráfico 60). A lógica ocupacional volta a se manifestar nos meses seguintes: julho (Gráfico 61) e agosto (Gráfico 62)¹⁰. Esse período de ampliação do emprego industrial pode sinalizar um processo de retorno das ocupações industriais ao mesmo patamar do período 2008/2009, quando o setor apresentou os maiores níveis de desligamentos de acordo com dados do CAGED (2010).

¹⁰ O CAGED informa o saldo de emprego até agosto de 2010.

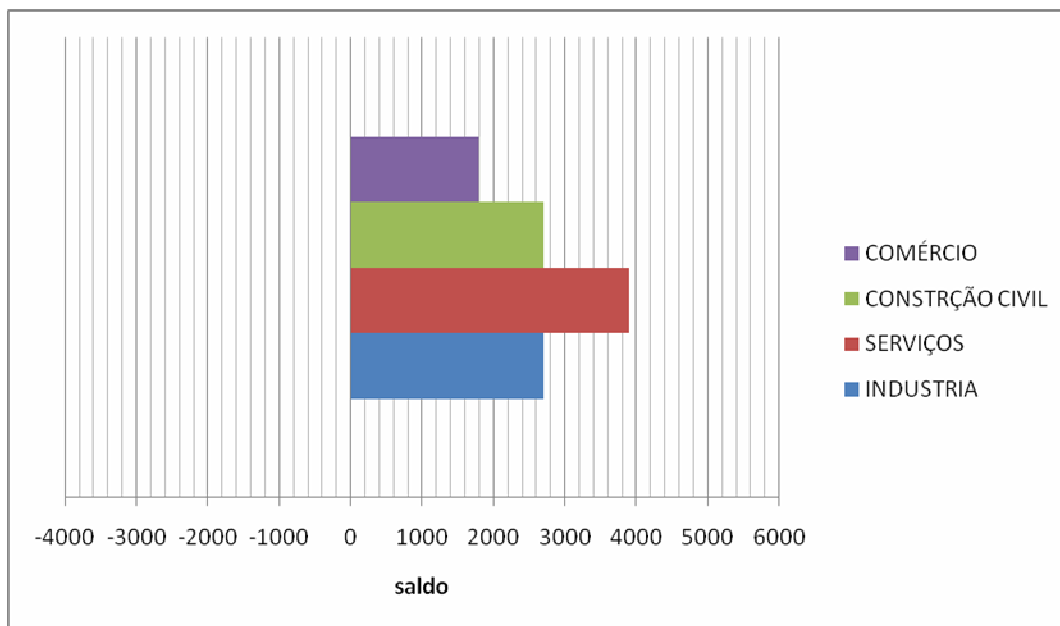


Gráfico 59 – Ocupação nas áreas do comércio, construção civil, serviço e indústria – maio 2010 - Bahia
 Fonte: CAGED (2010).

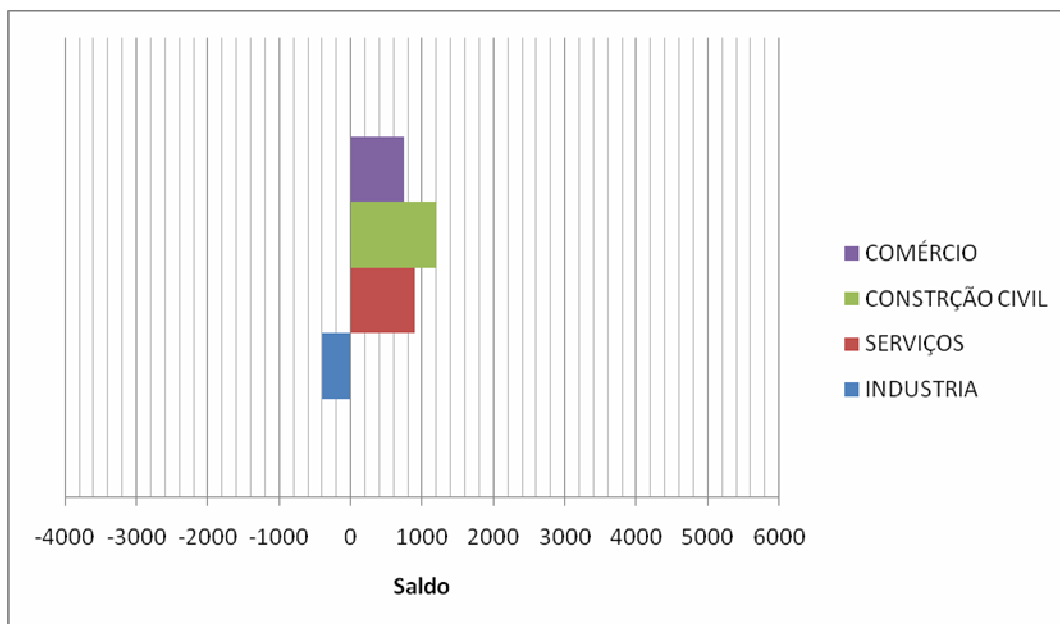


Gráfico 60 – Ocupação nas áreas do comércio, construção civil, serviço e indústria – jun. 2010 - Bahia
 Fonte: CAGED (2010).

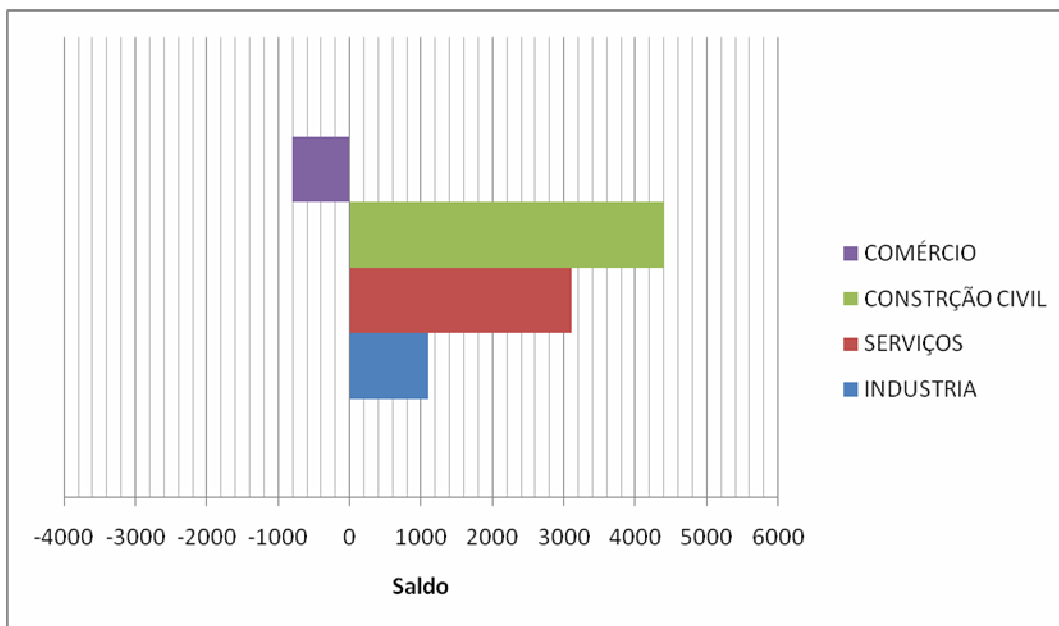


Gráfico 61 – Ocupação nas áreas do comércio, construção civil, serviço e indústria – jul. 2010 - Bahia

Fonte: CAGED (2010).

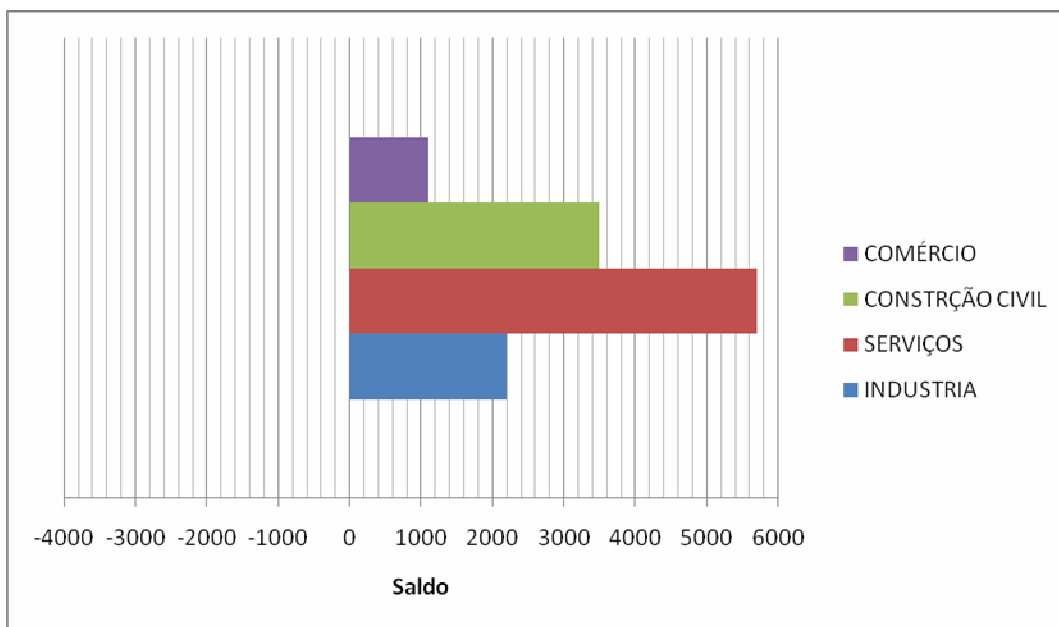


Gráfico 62 – Ocupação nas áreas do comércio, construção civil, serviço e indústria – ago. 2010 - Bahia

Fonte: CAGED (2010).

Os efeitos após a crise de outubro de 2008 trouxeram retração no emprego nos principais setores da economia baiana, principalmente após dezembro do mesmo ano. Somente a partir de março de 2009, observa-se uma retomada com proeminência dos setores de construção civil e serviços, a qual se estende

predominantemente até 2010. É também nesse mês que o comércio apresenta os sinais mais robustos de reação à crise, mantendo-se até 2010 como terceiro setor mais alvissareiro da economia baiana. O emprego na indústria, por seu turno, só começa a sinalizar recuperação depois de abril de 2009, apresentando até então saldos negativos.

Posteriormente a maio de 2009, o emprego na Bahia apresenta mais nitidamente um viés de recuperação, tendo na construção civil, serviços e comércio, respectivamente, seus principais eixos de sustentação. Tais setores não refletem necessariamente a necessidade de alta escolaridade à inserção no mercado. Esse cenário contraria a ideologia notadamente dos jovens, haja vista que eles estão buscando aprimorar a escolaridade com o objetivo de conquistar um posto de trabalho.

O emprego na indústria é o mais sensível à crise, alternando momentos de recuperação e declínio, sendo o ano de 2009 em que prevaleceram os resultados mais positivos e em 2010 os mais negativos.

A composição do mercado de trabalho baiano, caso mantenha as características estudadas, tende a aprofundar suas distorções sociais, tornando-se campo fértil de revoltas e violências, que só maculam negativamente a imagem do Estado.

CONCLUSÃO

O trabalho globalizado na Bahia, aprofundado após a década de 1980, evidencia a globalização como fonte de deterioração dos postos de trabalho. O exame desse objetivo geral permitiu identificar distorções no mercado de trabalho decorrente, acima de tudo, do aumento de postos de trabalho com o florescimento da década de 2000. Todavia, esse aumento ainda é insuficiente para absorver os preteridos nas décadas passadas. Outro fator de preocupação provém de uma desqualificação dos postos oferecidos atualmente em relação aos ofertados no início de 1980 no que se refere às bases do trabalho decente.

A continuidade do estudo dos objetivos permitiu o entendimento da imbricação existente entre o desemprego estrutural na Bahia na década de 1990, que foi condicionada pelo emprego de novas tecnologias e procedimentos metodológicos globalizados. Tais condicionantes impulsionaram a difusão de trabalhos em equipe, provenientes do toyotismo.

Verificou-se ainda que o modelo de produção globalizado, adotado após 1990 na Bahia (era da intensificação da globalização financeira), aprofundou a lógica da precarização do trabalho e desemprego, tendo em vista que foi baseado em padrões tecnológicos internacionais, para os quais a maioria dos trabalhadores baianos não estavam habilitados. A resultante disso foi o aperfeiçoamento dos níveis de produção, que não se fez acompanhar da capacitação dos baianos a níveis internacionais. Tamanha incompatibilidade motivou a vinda de trabalhadores de centros mais qualificados para ocuparem os postos mais relevantes e cargos de chefia, principalmente na indústria, enquanto coube aos baianos ocuparem majoritariamente os postos mais operacionais.

Os trabalhadores em sua maioria se vêem forçados a aceitar ocupações e condições de trabalhos precarizados, na medida em que passam a conviver com o enxugamento das equipes profissionais e a constante pressão, afim de que os trabalhadores exerçam várias funções para as quais não estão habilitados, uma vez que as empresas raramente investem em políticas de capacitação e treinamento.

A escassez de trabalho globalizado e qualificado está intimamente associada a um espectro de exploração fundada no sistema capitalista em seus diversos

momentos históricos, os quais se perpetuaram com vistas a gerar acumulação. Na esteira da exploração do trabalhador, as principais atividades da economia baiana nas últimas quatro décadas são um amálgama que revela traços de diversos momentos históricos. Assim sendo recorre-se, em diversos casos, às longas jornadas de trabalho da era fordista (verificado no comércio) sem a remuneração compatível àquela época. Também, em muitos casos, registra-se o trabalho seriado e exaustivo de origem fordista (observado comumente na construção civil e telemarketing).

Enfim, o exame atual do mercado de trabalho na Bahia - no período entre 1980 e 2010 - é caracterizado pelo incremento das atividades precarizadas, configurando um processo que suscita mais preocupações do que festejos.

REFERÊNCIAS

45 mil baianos desistem de ir a busca de vagas de emprego. **A Tarde**. 25 fev. 2009. Disponível em: <www.atardeonline.com.br>. Acesso em: 20 jun. 2009.

ABRAMO, L.; SANCHES, S.; COSTANZI, R. Análise preliminar dos déficits de trabalho decente no Brasil no período 1992-2006. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE SOCIOLOGIA, 16., 2009. Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro, 2009.

AGAMBEM, G. **Homo Sacer**: o poder soberano e a vida nua. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003.

_____. A Zona Morta da lei. **Folha de São Paulo**, Caderno Mais! 2003.

ANTUNES, R. **Adeus ao trabalho?** Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. São Paulo: Cortez, 2005.

_____. **Entre o passado e o futuro**. 5. ed. São Paulo: Perspectiva, 2001.

_____. **Riqueza e miséria do trabalho no Brasil**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2006.

_____. **Os sentidos do trabalho**: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. 3. ed. São Paulo: Boitempo Editorial, 2000.

ARENDT, H. **A condição humana**. 7. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.

_____. **O que é política?** 5. ed. Rio de Janeiro: Bertrand, 2004.

ARON, R. **As etapas do pensamento sociológico**. Tradução Sérgio Bath. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

ARRETCHE, M. A descentralização como condição de governabilidade: solução ou miragem? **Espaço e Debates**, v. 16, n.39, 1996.

_____. Relações federativas nas políticas sociais. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 23, n.8, 2002.

ASSAF NETO, A. **Mercado financeiro**. 8 ed. São Paulo: Atlas, 2007.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE QUÍMICA – ABIQUIM. **Anuário da Indústria Química Brasileira**. São Paulo: AIQUIM, 1992.

BAUMAN, Z. **Globalização**: as conseqüências humanas. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1999.

BRASIL. [Constituição]. **Constituição**: República Federativa do Brasil, 1988. Brasília: Senado Federal, Centro Gráfico, 1988.

_____. Ministério do Trabalho e Emprego. **Cadastro Geral de Empregados e Desempregados – CAGED**. Disponível em: <www.mte.gov.br/empregador/caged>. Acesso em: 30 mar. 2010.

_____. _____. **Relação Anual de Informações Sociais - RAIS**. Disponível em: <<http://www.rais.gov.br>>. Acesso em: 30 mar. 2010.

BOBBIO, N. **Estado, governo, sociedade**: para uma teoria geral da política. 6. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1997. (Pensamento político, 69).

BOURDIEU, P. **Contrafogos**: táticas para enfrentar a invasão neoliberal. Trad. Lucy Magalhães. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1998.

CASTEL, R. **As metamorfoses da questão social**. Petrópolis: Vozes, 1998.

CERQUEIRA, D. F. **Incentivos fiscais e investimentos na indústria de transformação no Estado da Bahia (1994 a 2004)**: internacionalização produtiva e subdesenvolvimento. 2007. Dissertação (Mestrado em Ciências Econômicas) - Instituto de Economia da Unicamp. Campinas, São Paulo, 2007.

COSTA GOMES, C. A. da. O desmonte do estado e o funcionário público. In: SEMINÁRIO O DESMONTE DO ESTADO, 2009, Brasília. **Anais...** Brasília: CONDSEF, 2009.

GOMES, C. A. da C.; GOMES, G.E.B.O.C.; PITANGA, V. V. L. **A globalização da defesa do trabalho**. Salvador: Bureau, 2009. v. 1.

DEDECCA, C. S. **Trabalho, financeirização e desigualdade**. Campinas - SP: IE/UNICAMP, 2009.

DELEGACIA REGIONAL DO TRABALHO NA BAHIA (DRT/BA). **Relatório sobre terceirização e segurança e saúde dos trabalhadores nas empresas do Pólo Petroquímico de Camaçari**. Salvador: MT/PNUD/DRT-BA/CRH-UFBA, 1995.

_____. **Relatório sobre terceirização e relações no trabalho nas empresas do Pólo Petroquímico de Camaçari**. Salvador: MT/PNUD/DRT-BA/CRH-UFBA, 1995.

DIEESE - DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS. [Site Oficial]. Disponível em: <<http://www.dieese.org.br>> . Acesso em: 20 mar. 2010.

DONZELOT, J. La nouvelle question urbaine. **Esprit**, n.258, nov. 1999.

DRUCK, M. da G. Flexibilização e precarização: formas contemporâneas de dominação do trabalho. **Caderno CRH**, Salvador, n. 37, p. 11-22, jul./dez. 2003.

_____. **Terceirização**: (des) fordizando a fábrica: um estudo do complexo petroquímico. Salvador: EDUFBA, 2001.

DRUCK, M. G. Flexibilização, terceirização e precarização: a experiência dos sindicatos. In: FRANCO, T. (Org.). **Trabalho, riscos ambientais e meio ambiente**: rumo ao desenvolvimento sustentável?. Salvador: EDUFBA, 1997. p. 117-158.

DRUCK, M. da G; BORGES, A. Terceirização: balanço de uma década. **Caderno CRH**, Salvador, n. 37, p. 11-22, jul./dez. 2002.

DRUCK, M. da G; FRANCO, T. **A perda da razão social do trabalho**. São Paulo: Boitempo, 2007.

FILGUEIRAS, L. O neoliberalismo no Brasil: estrutura, dinâmica e ajuste do modelo econômico. In: EDUARDO, M.; ARCEO, E. **Neoliberalismo y sectores dominantes**: tendencias globales y experiencias nacionales. Buenos Aires: CLACSO - Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, 2006.

FILGUEIRAS, L. A. M.; DRUCK, G.; AMARAL, M. F. O conceito da informalidade: problema ou solução. **Cadernos de Análise Regional**, Salvador, v.4, n.9, p.11-43, jan. 2002.

FISCHER, T. M. D. Estratégias de governança de cidade e regiões: gestão dos poderes locais e desenvolvimento integrado. In: SEMINÁRIO TECNOLOGIAS DE GESTÃO: TENDÊNCIAS E DESAFIOS, 2000. Salvador. **Anais eletrônicos...** Salvador, 2000.

FOUCAULT, M. **A governamentalidade**. Ditos e Escritos IV. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2003a.

_____. **Em defesa da sociedade**. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

_____. **Estratégia, poder-saber**. Ditos e escritos IV – a vida dos homens infames. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2003b.

FURTADO, A. (Coord.). **Capacitação tecnológica, competitividade e política industrial**: uma abordagem setorial e por empresas líderes. Brasília: IPEA, 1994. (Texto para Discussão, 348).

HARVEY, D. **Condição pós-moderna**: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. 11. ed. Sao Paulo: Loyola, 2002.

HEGEL, G. W. F. **Lecciones sobre la historia de la filosofía**. México: Fondo de Cultura Económica, 1979.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. [Portal institucional]. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>>. Acesso em: 12 jan. 2010.

INDÚSTRIA e comércio se aquecem para festas de final de ano. **Globo news**. Disponível em: <<http://globonews.globo.com/Jornalismo/GN/0,,MUL1391280-17671,00.html>> Acesso em: 20 set. 2010.

IVO, A. B. L. **Metamorfoses da questão democrática**: governabilidade e pobreza. Buenos Aires: CLASCO/ASDI, 2001.

IVO, A. B. L; SCHERER–WARREN, I. Pobreza, dívida e cidadania. **Caderno CRH**, Salvador, v. 17, n. 40, p.11– 6, jan./abr. 2004.

KOWARICK, L. Sobre a vulnerabilidade socioeconômica e civil: Estados Unidos, França e Brasil. **RBCS**, v. 18, n. 51 fev.2003.

MARSHALL, T. H. **Cidadania, classe social e status**. Rio de Janeiro: Zahar, 1967.

MARX, K. **O capital**: crítica da economia política. 15. ed. Rio de Janeiro: Bertrand, 1996. 2v.

MÉSZÁROS, I. **A educação para além do capital**. São Paulo: Boitempo, 2002.

- OLIVEIRA, F. A. de. Da terceirização e da flexibilização como estágios para a globalização. **Revista Jurídica**, Toledo, 1998.
- PESSOTI, G. C. Um estudo da política industrial da Bahia no período 1950-2005. 2008. Dissertação (Mestrado)-Universidade Salvador - UNIFACS, Salvador, 2008.
- PLIHON, D. A ascensão das finanças especulativas. **Economia e Sociedade, Campinas**, n. 5, p. 61-78, 1995.
- POCHMANN, M. **O emprego na globalização**: a nova divisão internacional do trabalho e os caminhos que o Brasil escolheu. São Paulo: Boitempo, 2002.
- RAMOS, L. C. S. **A sociedade civil em tempos de globalização**: uma perspectiva neogramsciana. 2005. Dissertação (Mestrado)- Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais da PUC-Rio, Rio de Janeiro, 2005.
- SANTOS, M. **Por uma outra globalização**: do pensamento único à consciência universal. 13. ed. Rio de Janeiro: Record, 2006.
- SANTOS, M.; SILVEIRA, M. L. **O Brasil**: território e sociedade no início do século XXI. 5. ed. Rio de Janeiro: Record, 2003.
- SEI – SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA. [Portal institucional]. Disponível em: < <http://www.sei.ba.gov.br>>. Acesso em: 20 mar. 2010.
- SEI – SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA. **O PIB da Bahia 1975-2000**: metodologia unificada e análises setoriais. Salvador, 2002a. (Série Estudos e Pesquisas, 58). Disponível em: < <http://www.sei.ba.gov.br>>>. Acesso em: 20 mar. 2010.
- _____. **Panorama social da Bahia nos anos 90**. Salvador, 2002b. (Série Estudos e Pesquisas, 59). Disponível em: < <http://www.sei.ba.gov.br>>>. Acesso em: 20 mar. 2010.
- SENAI - SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM INDUSTRIAL. [Site Oficial]. Disponível em: <<http://www. www.senai.fieb.org.br>>>. Acesso em: 20 mar. 2010.
- SENNETT, R. **A corrosão do caráter**: consequências pessoais do trabalho no novo capitalismo. 12. ed. Rio de Janeiro: Record, 2007.
- MARTINS, J. de S. **A aparição do demônio na fábrica**: origens sociais do eu dividido no subúrbio operário. São Paulo: Ed. 34, 2008.
- SUERDIECK, F. S. R. Emprego formal: “o racionamento” do emprego em tempos de crise energética. **Bahia Análise & Dados**, Salvador : SEI, v.11, p.46-53, dez.2001.
- TEIXEIRA, F. ; GUERRA O. 50 anos da industrialização baiana: do enigma a uma dinâmica exógena e espasmódica. **Bahia Análise & Dados**, Salvador, v.10 n.1, p. 87-98, jul.2000.
- VÉRAS NETO, F. Q. **Análise crítica de globalização neoliberal**: seu impacto no mundo do trabalho à luz da interpretação dos conceitos de fetichização e racionalização nas obras de Karl Marx e Marx Weber. Curitiba: Juruá Editora, 2007.